

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**RELATÓRIO**  
Gerência – 2011



# **RELATÓRIO ANUAL**

## Gerência de 2011



**XI Legislatura**  
**1 de janeiro a 19 de junho**

Presidente da Assembleia da República

Jaime José Matos da Gama

Vice-Presidentes

José Eduardo Vera Cruz Jardim

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Secretários da Mesa

Maria Celeste Lopes da Silva Correia

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Abel Lima Baptista

Pedro Filipe Gomes Soares

Vice-Secretários da Mesa

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Maria Paula da Graça Cardoso



**XII Legislatura**  
**20 de junho a 31 de dezembro**

Presidente da Assembleia da República

Maria da Assunção Andrade Esteves

Vice-Presidentes

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

António Filipe Gaião Rodrigues

Secretários da Mesa

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Abel Lima Baptista

Artur Jorge da Silva Machado

Vice-Secretários da Mesa

Maria Paula da Graça Cardoso

Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá

Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida



**XI Legislatura**  
1 de janeiro a 19 de junho

## **Conselho de Administração**

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
Presidente

Jorge Fernando Magalhães da  
Costa  
Representante do GP do PPD/PSD

João Guilherme Nobre Prata  
Fragoso Rebelo  
Representante do GP do CDS-PP

Helena Maria Moura Pinto  
Representante do GP do BE

Bruno Ramos Dias  
Representante do GP do PCP

José Luís Teixeira Ferreira  
Representante do GP do PEV

Maria Adelina de Sá Carvalho  
Secretária-Geral da AR

Francisco José Pereira Alves  
Representante dos Funcionários Parlamentares



**XII Legislatura**  
20 de junho a 31 de dezembro

## **Conselho de Administração**

António Fernando Couto dos Santos  
Presidente

José Manuel Lello Ribeiro de  
Almeida  
Representante do GP do PS

João Guilherme Nobre Prata  
Fragoso Rebelo  
Representante do GP do CDS-PP

Bruno Ramos Dias  
Representante do GP do PCP

Mariana Rosa Aiveca  
Representante do GP do BE

José Luís Teixeira Ferreira  
Representante do GP do PEV

Maria Adelina de Sá Carvalho  
Secretária-Geral da AR

Francisco José Pereira Alves  
Representante dos Funcionários Parlamentares

## Glossário

<b>AESD</b>	Assembleia Europeia de Segurança e Defesa
<b>AHP</b>	Arquivo Histórico Parlamentar
<b>ANCV</b>	Assembleia Nacional de Cabo Verde
<b>ANPGB</b>	Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau
<b>ANSTP</b>	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
<b>APCE</b>	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
<b>AP CPLP</b>	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>APEM</b>	Assembleia Parlamentar Euro Mediterrânica
<b>APM</b>	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
<b>APNATO</b>	Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>ARM</b>	Assembleia da República de Moçambique
<b>ASGP</b>	Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos
<b>ASG – PLP</b>	Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
<b>ASG – UIP</b>	Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar
<b>AUEO</b>	Assembleia da União da Europa Ocidental
<b>BE</b>	Bloco de Esquerda
<b>BIB</b>	Biblioteca
<b>CADA</b>	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
<b>CAJP</b>	Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz
<b>CDS-PP</b>	Centro Democrático Social – Partido Popular
<b>CFBD-ADN</b>	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
<b>CFPI</b>	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
<b>CFSI</b>	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
<b>CFSIIC</b>	Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal
<b>CIC - RP</b>	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
<b>CINF</b>	Centro de Informática da AR
<b>CNE</b>	Comissão Nacional de Eleições
<b>CNECV</b>	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
<b>CNPD</b>	Comissão Nacional de Protecção de Dados
<b>CNPMA</b>	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
<b>DAC</b>	Divisão de Apoio às Comissões
<b>DAR</b>	Diário da Assembleia da República
<b>DAPAT</b>	Divisão de Aprovisionamento e Património
<b>DAPLEN</b>	Divisão de Apoio ao Plenário

<b>DE</b>	Divisão de Edições
<b>DGF</b>	Divisão de Gestão Financeira
<b>DILP</b>	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
<b>DP</b>	Divisão de Protocolo
<b>DR</b>	Diário da República
<b>DRAA</b>	Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual
<b>DRHA</b>	Divisão de Recursos Humanos e Administração
<b>DRI</b>	Divisão de Relações Internacionais
<b>DSAF</b>	Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros
<b>DSATS</b>	Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
<b>DSDIC</b>	Direcção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
<b>ERC</b>	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
<b>FPIA</b>	Fórum Parlamentar Ibero-americano
<b>GABSG</b>	Gabinete do Secretário-Geral
<b>GARIP</b>	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
<b>GDP</b>	Grupo Desportivo Parlamentar
<b>GP</b>	Grupo Parlamentar
<b>GR%</b>	Grau de Execução (percentagem)
<b>IAS</b>	Indexante de Apoios Sociais
<b>LOFAR</b>	Lei Orgânica da Assembleia da República
<b>NATO</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>OAR</b>	Orçamento da Assembleia da República
<b>OE</b>	Orçamento de Estado
<b>OSCE</b>	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
<b>PAR</b>	Presidente da Assembleia da República
<b>PCP</b>	Partido Comunista Português
<b>PEV</b>	Partido Ecologista "Os Verdes"
<b>PLC</b>	Processo Legislativo Comum
<b>PNTL</b>	Parlamento Nacional de Timor Leste
<b>POC-AR</b>	Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>RMMG</b>	Retribuição Mínima Mensal Garantida
<b>SAR</b>	Serviços da Assembleia da República
<b>SIGAR</b>	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
<b>UIP</b>	União Interparlamentar

# Índice

<b>NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL</b>	<b>13</b>
1.1 OAR 2011	13
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2011	19
<b>2. ATIVIDADES PARLAMENTARES</b>	<b>23</b>
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	29
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	30
2.3 DIPLOMACIA PARLAMENTAR	32
2.4 GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE	48
2.5 CERIMÓNIAS, RECEÇÃO DE DELEGAÇÕES E DE ENTIDADES OFICIAIS E OUTRAS REUNIÕES	49
2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	53
<b>3. ATIVIDADES DE APOIO</b>	<b>54</b>
3.1 GESTÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO	54
<b>4. ATIVIDADE EDITORIAL</b>	<b>62</b>
<b>5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR</b>	<b>65</b>
5.1 BILATERAL	65
5.2 MULTILATERAL	70
<b>6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>70</b>
<b>7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS</b>	<b>77</b>
<b>8. FINANCIAMENTO</b>	<b>82</b>
8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS	82
8.2 SUBVENÇÕES PÚBLICAS	84
<b>9. INVESTIMENTOS</b>	<b>85</b>
9.1 PROJETOS TRANSITADOS PARA 2012	91
<b>10. EXECUÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>92</b>
10.1 DAS DESPESAS	92
10.2 DAS RECEITAS	95
<b>11. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>97</b>
<b>NOTA FINAL</b>	<b>101</b>

## Índice de Quadros

<b>QUADRO 1</b>	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2011	<b>18</b>
<b>QUADRO 2</b>	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	<b>19</b>
<b>QUADRO 3</b>	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS	<b>20</b>
<b>QUADRO 4</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES	<b>20</b>
<b>QUADRO 5</b>	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	<b>22</b>
<b>QUADRO 6</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	<b>27</b>
<b>QUADRO 7</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	<b>28</b>
<b>QUADRO 8</b>	REUNIÕES (UIP)	<b>35</b>
<b>QUADRO 9</b>	REUNIÕES (AP-CPLP)	<b>36</b>
<b>QUADRO 10</b>	REUNIÕES (APNATO)	<b>37</b>
<b>QUADRO 11</b>	REUNIÕES (APCE)	<b>41</b>
<b>QUADRO 12</b>	REUNIÕES (APEM)	<b>43</b>
<b>QUADRO 13</b>	REUNIÕES (OSCE)	<b>44</b>
<b>QUADRO 14</b>	REUNIÕES (AUEO)	<b>44</b>
<b>QUADRO 15</b>	OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS	<b>46</b>
<b>QUADRO 16</b>	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO	<b>48</b>
<b>QUADRO 17</b>	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS	<b>53</b>
<b>QUADRO 18</b>	ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”	<b>54</b>
<b>QUADRO 19</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”	<b>54</b>
<b>QUADRO 20</b>	LANÇAMENTOS EDITORIAIS	<b>65</b>
<b>QUADRO 21</b>	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	<b>83</b>
<b>QUADRO 22</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	<b>84</b>
<b>QUADRO 23</b>	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	<b>86</b>
<b>QUADRO 24</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	<b>87</b>
<b>QUADRO 25</b>	PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2012	<b>92</b>
<b>QUADRO 26</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	<b>93</b>
<b>QUADRO 27</b>	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2012 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	<b>94</b>
<b>QUADRO 28</b>	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	<b>95</b>
<b>QUADRO 29</b>	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2011	<b>96</b>

## Índice de Gráficos

<b>GRÁFICO 1</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2008 A 2011	<b>21</b>
<b>GRÁFICO 2.1</b>	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2011	<b>22</b>
<b>GRÁFICO 2.2</b>	DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2011	<b>23</b>
<b>GRÁFICO 3</b>	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES, AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	<b>26</b>
<b>GRÁFICO 4</b>	PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES	<b>29</b>
<b>GRÁFICO 5.1</b>	EVOLUÇÃO DO Nº DE VISITAS GUIADAS	<b>58</b>
<b>GRÁFICO 5.2</b>	DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO	<b>58</b>
<b>GRÁFICO 6.1</b>	EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS	<b>59</b>
<b>GRÁFICO 7</b>	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL	<b>65</b>
<b>GRÁFICO 8</b>	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE CONCURSAL E DE SELEÇÃO	<b>77</b>
<b>GRÁFICO 9</b>	EVOLUÇÃO DO QUADRO DE EFETIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS	<b>79</b>
<b>GRÁFICO 10</b>	EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS	<b>79</b>
<b>GRÁFICO 11</b>	EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE	<b>80</b>
<b>GRÁFICO 12</b>	EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL	<b>80</b>
<b>GRÁFICO 13</b>	FUNCIÓNÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE	<b>81</b>
<b>GRÁFICO 14</b>	EVOLUÇÃO DAS VENDAS	<b>97</b>
<b>GRÁFICO 15</b>	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	<b>98</b>

## Nota do Conselho de Administração

Nos termos do nº 1 do artigo 59º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** relativo à Gerência de 2011, bem como duas **Contas**: a primeira relativa ao período de 1 de janeiro a 19 de junho, referente à **XI Legislatura**, e a segunda ao período de 20 de junho a 31 de dezembro de 2011, respeitante à **XII Legislatura**, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob direta coordenação da Secretária-Geral da Assembleia da República.

O Relatório que se apresenta traduz, tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2011 foram introduzidas no OAR inicial aprovado no Plenário em 22 de outubro de 2010, as características gerais na vertente orçamental e financeira da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento das Subvenções para as Campanhas das Eleições Presidenciais, Legislativas e para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Na globalidade das despesas, geriu-se um total de **€123.929.025,04**, encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as Entidades Autónomas** e as **subvenções aos Partidos Políticos e às campanhas eleitorais**, com um nível global de **execução de 80,60%**, dos quais:

- **€82.028.862,20** - Despesa total – **atividade da AR**, com execução de **76,24%**, da qual:
  - **€76.596.198,87** - Despesas Correntes - **atividade da AR**, com execução de **78,30%**;
  - **€5.432.663,33** - Despesas de Capital - **atividade da AR**, com execução de **47,27%**;
- **€12.067.178,50** - Transferências **Entidades Autónomas**, com execução de **81,27%**;
- **€15.053.357,09** - **Subvenções aos Partidos Políticos**, com execução de **100%**; e
- **€14.779.627,25** - **Subvenções para campanhas eleitorais**, com execução de **84,47%**.

A taxa de execução mais baixa do que tem sido habitual nos anos mais recentes, verificada na Despesa total – atividade da AR e nas transferências para entidades autónomas, deve-se ao clima de grande contenção com que foi realizada a execução orçamental do exercício de 2011.

Ao nível da **Atividade Parlamentar**, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos de Sessões Plenárias e em Comissões Especializadas e acompanhou as atividades de diplomacia parlamentar em sede das instituições interparlamentares de que é parte.

Em matéria de **investimento** destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2011:

- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação**, aumentando a eficácia e eficiência dos serviços prestados aos utilizadores do sistema informático;
- Ao nível dos **sistemas de audiovisual**, destacando-se a entrada em funcionamento de 4 novas régies de produção e a aquisição da plataforma de web-tv (software) para o Canal Parlamento;
- Ao nível das **obras de melhoria/conservação**, nomeadamente a empreitada de requalificação dos sótãos do Andar Nobre (2ª fase).

Por outro lado, a AR prosseguiu a sua **atividade editorial** própria e desenvolveu atividades de aproximação ao exterior e divulgação das suas atividades, abrindo as portas aos visitantes e realizando exposições

É ainda de salientar que a atividade desenvolvida pela AR continuou neste ano a registar níveis crescentes de exigência, tanto a nível da complexidade como do volume das tarefas, a que os **Funcionários Parlamentares** tiveram de dar resposta, não obstante a contínua diminuição do número de efetivos. No que respeita a Recursos Humanos, é de destacar a aprovação da Lei nº 23/2011, de 20 de maio, que veio aprovar o Estatuto dos Funcionários Parlamentares.

## 1. Enquadramento Orçamental

### 1.1 OAR 2011

Em 11 de outubro de 2010, o Conselho de Administração elaborou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2011, com base na proposta de OAR2011 coordenada e apresentada pela Secretária Geral, nos termos dos artigos 15º e 24º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, tendo aquela sido aprovada em Plenário, na sessão de 22 de outubro de 2010, pela Resolução da Assembleia da República n.º 115/2010, publicada no Diário da República n.º 211 - I Série A, de 29 de outubro de 2010.

No OAR2011 aprovado, os montantes inscritos para as **despesas correntes e de capital** da atividade da AR ascenderam, respetivamente, a €75.934.352,45 e €4.871.218, traduzindo globalmente uma **diminuição de 10,1% relativamente ao OAR2010 corrigido**.

Por outro lado, o montante total do **Financiamento de Entidades e Subvenções** foi de €33.673.312,01, apresentando um **decréscimo de 68,5%** face ao OAR2010 corrigido, sendo que esta diminuição decorre essencialmente do facto de, em 2010, estarem inscritas as verbas globais necessárias ao pagamento da subvenção para a campanhas das Eleições Autárquicas de 2009 (€57.797.550), e em 2011, apenas se ter procedido à inscrição das dotações orçamentais das subvenções públicas para a **campanha das Eleições Presidenciais** (€4.260.000) e **da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira** (€770.076,92).

Incluem-se, ainda, no **Financiamento de Entidades e Subvenções**, em 2011, as **subvenções aos Partidos Políticos** (€16.976.974,09) e as **transferências para as Entidades Autónomas** (€11.666.261) – cfr Quadro1. Importa salientar que no OAR2011 inicial, e em relação ao OAR2010 corrigido, houve uma manutenção dos montantes das subvenções públicas atribuídas aos Partidos Políticos, os quais vieram a ser alterados em sede de 1ºOAR2011 suplementar, em função dos cálculos efetuados com base nos resultados das Eleições Legislativas realizadas em 2011. No que respeita às transferências para as Entidades Autónomas apresentaram **um decréscimo de 22,0%**, em virtude do OAR2011 ter deixado de integrar as receitas próprias destas Entidades, que incluíam os respetivos saldos de gerência (em resultado da sua plena inscrição orçamental em sede de OE2011).

**O 1º Orçamento Suplementar de 2011**, elaborado nos termos do artigo 50º da LOFAR, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, sob proposta do Conselho de Administração, em 1 de julho<sup>1</sup>. Este 1º OAR suplementar alterou a dotação orçamental inicial no montante de €114.478.882,46 para €130.534.586,94 (aumento no valor de **€16.055.704,48**), com os seguintes fundamentos:

- Integração do diferencial do saldo de gerência da Assembleia da República apurado à data de encerramento da gerência de 2010: **€5.560.652,75** (no OAR2011 foram inicialmente inscritos €14.404.997,24, sendo que o valor efetivamente apurado a 31/12/2010 foi de €19.965.649,99);
- Integração do saldo de gerência da subvenção pública para a campanha eleitoral das Eleições Autárquicas de 2009: **€10.320.078,55** (diferença entre o valor inscrito no OAR2010 (€57.797.550,00) e a soma dos valores pagos (€41.477.471,45) acrescida de €6.000.000,00, valor que foi objeto de devolução antecipada ao Tesouro). Apesar desta

---

<sup>1</sup> Resolução da Assembleia da República n.º 111-A/2011, publicada no DR - I Série - n.º 126, de 4 de julho

devolução ao Tesouro e prevendo-se não ser necessária a utilização integral do saldo remanescente em sede de redistribuição, realizada em 2011, dos excedentes da subvenção para a campanha das Eleições Autárquicas, foi ainda possível a utilização de um montante de €7.668.000 para efeitos de subvenção à campanha das Eleições Legislativas de 2011, cuja realização não era previsível aquando da elaboração do OAR 2011 inicial.

- Integração do diferencial entre o valor requisitado pela AR ao OE e o valor requerido à AR pela CNE, apurado à data do encerramento da gerência de 2010: **€120.917,50**, importância que, em 2011, foi devolvida ao Tesouro;
- Inscrição do valor reposto pelo CDS-PP, relativo ao IVA recuperado ao Estado, no âmbito da subvenção estatal para a campanha das Eleições ao Parlamento Europeu de 2009: **€54.055,68** (tratando-se de um valor pago em anos anteriores, foi inscrito, na vertente da receita, na rubrica "15.01.01 – Reposições não abatidas aos pagamentos", encontrando-se a contrapartida, na vertente da despesa, na rubrica "05.07.01E – Subvenção Estatal para campanhas eleitorais – Forças Políticas", de forma a realizar uma 2ª redistribuição de excedentes, que foi efetuada em 2011, após cobrança deste valor).

Importa ainda realçar, no âmbito deste 1º Orçamento Suplementar, os seguintes aspetos:

- A reinscrição na "dotação provisional - corrente" do valor do reforço efetuado, em sede de 2ª alteração orçamental, no orçamento da Comissão Nacional de Eleições, no montante de €280.000, com contrapartida assegurada pelo saldo de gerência apurado à data de 31/12/2010 da subvenção pública para as Eleições Autárquicas de 2009;
- O reajuste das dotações de diversas rubricas orçamentais da despesa, que se tornou necessário em função dos encargos assumidos e não pagos no exercício económico de 2010, traduzido pelos compromissos transitados para o exercício de 2011, no valor de €2.173.433,62 cuja cobertura se encontrava assegurada pelo saldo de gerência da AR apurado e não integrado em OAR2011 inicial.

Foi ainda aprovado, em 22 de dezembro de 2011<sup>2</sup>, pelo Plenário da AR, o **2º Orçamento Suplementar de 2011**, elaborado nos termos do artigo 50º da LOFAR, alterando-se a dotação

---

<sup>2</sup>Resolução da Assembleia da República n.º 160/2011, publicada no DR – I Série - n.º 246, de 26 de dezembro

global de €130.534.586,94 para €123.929.025,04 (diminuição global no valor de **€6.605.561,90**) com o objetivo de:

- Reduzir as transferências do OE para o OAR2011 num total de **€6.763.985**, dado que as mesmas não foram requisitadas na sua totalidade à Direcção-Geral do Orçamento, em resultado:
  - das reduções remuneratórias e contratuais, previstas nos artigos 19º e 22º da Lei do OE2011 - Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro - que não haviam sido consideradas em sede de elaboração do OAR2011 por a essa data não serem conhecidas;
  - da redução de 10 % no valor das subvenções públicas atribuídas aos partidos políticos e às campanhas eleitorais inscritas em OAR2011 inicial, nos termos do nº 1 do artigo 3º da Lei nº55/2010, de 24 de dezembro, a qual, atenta a data da publicação da referida Lei, não foi considerada em sede de elaboração do OAR2011. Acresceram, ainda, à referida diminuição de 10% as reduções que decorreram do recálculo da subvenção aos partidos em função dos resultados eleitorais das últimas Eleições Legislativas de 2011;
  - da indexação ao Indexante de Apoios Sociais das Subvenções de Assessoria e do Plafond para remunerações dos Grupos Parlamentares, nos termos do nº 2 do artigo 3º da Lei nº 55/2010, de 24 de dezembro, que anteriormente eram calculados com base na RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida. No que respeita ao plafond para remunerações dos GP’s, importa salientar que, à redução mencionada, acresce a que resulta do recálculo do plafond em função dos resultados eleitorais das Eleições Legislativas de 2011; e
  - da manutenção da subvenção para comunicações aos valores de 2010, uma vez que o cálculo utilizado no OAR2011 previa a atualização da RMMG de 2010 para 2011, o que não se verificou.
- Proceder à inscrição orçamental da importância de **€158.423,10**, reposta na XII Legislatura pela candidatura às Eleições Presidenciais do Professor Aníbal Cavaco Silva. Uma vez que o pagamento desta subvenção foi efetuado na XI Legislatura e a devolução ocorreu já na XII Legislatura, não foi possível abater este valor à execução da XI Legislatura, tendo sido efetuado o registo contabilístico de uma Reposição Não Abatida (RNAP).

Para além dos dois orçamentos suplementares referidos, efetuaram-se **sete alterações orçamentais verticais**, visando reajustar dotações e enquadrar situações pontuais com tradução financeira, entretanto surgidas, as quais **não influenciaram**, contudo, a **despesa global**. Essas alterações obtiveram o parecer favorável do Conselho de Administração, respetivamente, em 3 de março, 4 e 18 de maio, 28 de setembro, 26 de outubro e 14 de dezembro, do ano em referência, e em 11 de janeiro de 2012 (ratificação de alteração orçamental efetuada em 27 dezembro).

Importa salientar que a **3ª alteração orçamental** contemplou os encargos decorrentes da antecipação das Eleições Legislativas, que não estavam previstos em OAR2011 inicial, nomeadamente com “subsídios de reintegração” e “material de informática”, e que a **4ª alteração** teve como único objetivo reforçar a rubrica “quotizações” para fazer face ao pagamento urgente da contribuição nacional (quotização) para a APNATO, cujo pagamento vinha sendo, até então, assegurado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Da execução do OAR2011 decorreu um **saldo de gerência apurado à data de 31 de dezembro de 2011, a transitar para o ano de 2012, no valor de €24.673.332,93** dos quais €2.301.553,15 correspondem ao saldo das subvenções para as Eleições Autárquicas de 2009 e Presidenciais, Legislativas e para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira de 2011, configurando o remanescente (€22.371.779,78) um saldo da AR, do qual uma parte (€9.500.000) foi integrada no OAR inicial de 2012.

As alterações aprovadas, quer em sede de OARs Suplementares, quer no quadro das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subatividades), refletiram-se ao nível das diversas atividades, conforme se apresenta no Quadro 1 seguinte:

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2011

Unidade: Euro

Atividades	OAR2010 corrigido	OAR2011 inicial	OAR2011 corrigido	Var%	Var%
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
<b>DESPESAS CORRENTES AR</b>	<b>77.532.524</b>	<b>75.148.310</b>	<b>75.612.605</b>	<b>-3,08%</b>	<b>-2,48%</b>
ATIVIDADES PARLAMENTARES	36.864.481	37.401.629	35.104.875	1,46%	-4,77%
ATIVIDADES DE APOIO	33.785.706	32.614.640	32.698.900	-3,47%	-3,22%
ATIVIDADE EDITORIAL	2.034.507	1.376.945	1.423.339	-32,32%	-30,04%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	676.186	516.635	551.025	-23,60%	-18,51%
OUTRAS ATIVIDADES	3.841.719	3.000.000	5.561.299	-21,91%	44,76%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	184.655	178.944	213.648	-3,09%	15,70%
OUTRAS ENTIDADES	145.270	59.517	59.517	-59,03%	-59,03%
<b>DESPESAS DE CAPITAL AR</b>	<b>11.735.220</b>	<b>4.871.218</b>	<b>5.432.663</b>	<b>-58,49%</b>	<b>-53,71%</b>
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	141.985	70.000	101.551	-50,70%	-28,48%
INVESTIMENTO	10.631.430	3.801.218	4.483.612	-64,25%	-57,83%
OUTRAS ATIVIDADES	961.805	1.000.000	847.500	3,97%	-11,88%
<b>TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)</b>	<b>89.267.743</b>	<b>80.019.528</b>	<b>81.045.268</b>	<b>-10,36%</b>	<b>-9,21%</b>
<b>DESPESAS CORRENTES CONSELHOS</b>	<b>602.082</b>	<b>786.042</b>	<b>983.594</b>	<b>30,55%</b>	<b>63,37%</b>
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	153.160	147.770	149.010	-3,52%	-2,71%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	157.206	165.030	165.135	4,98%	5,04%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	199.697	230.862	295.954	15,61%	48,20%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	92.019	242.380	373.495	163,40%	305,89%
<b>DESPESAS CAPITAL CONSELHOS</b>	<b>11.975</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-100,00%</b>	<b>-100,00%</b>
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	6.475	0	0	-100,00%	-100,00%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	5.500	0	0	-100,00%	-100,00%
<b>TOTAL CONSELHOS CORRENTES E CAPITAL(2)</b>	<b>614.057</b>	<b>786.042</b>	<b>983.594</b>	<b>28,01%</b>	<b>60,18%</b>
<b>TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)</b>	<b>89.881.801</b>	<b>80.805.570</b>	<b>82.028.862</b>	<b>-10,10%</b>	<b>-8,74%</b>
<b>ENTIDADES AUTÓNOMAS</b>	<b>14.949.427</b>	<b>11.666.261</b>	<b>12.067.179</b>	<b>-21,96%</b>	<b>-19,28%</b>
<b>SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS</b>	<b>16.976.975</b>	<b>16.976.974</b>	<b>15.053.357</b>	<b>0,00%</b>	<b>-11,33%</b>
<b>SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS</b>	<b>74.931.915</b>	<b>5.030.077</b>	<b>14.779.628</b>	<b>-93,29%</b>	<b>-80,28%</b>
<b>TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇ</b>	<b>196.740.118</b>	<b>114.478.882</b>	<b>123.929.025</b>	<b>-41,81%</b>	<b>-37,01%</b>

Da análise do Quadro 1 ressalta que o OAR2011, face ao OAR2010, apresenta um **decréscimo de 37,01% da despesa global (o decréscimo é de 9,21% excluindo os Conselhos, as Entidades Autónomas, as subvenções aos partidos e para as campanhas eleitorais)**. Este comportamento é determinado pela diminuição de encargos afetos às subvenções para as campanhas eleitorais, decorrente do facto de a verba inscrita em 2010 incluir, sobretudo, o pagamento global da subvenção para a campanha das Eleições Autárquicas de 2009, enquanto que em 2011 o montante global inscrito é significativamente inferior, embora incluía as subvenções estatais para três atos eleitorais – Presidenciais, Legislativas nacionais e Legislativas da Região Autónoma da Madeira -, bem como a redistribuição de excedentes das Eleições Autárquicas de 2009 e ainda uma 2ª redistribuição de excedentes das Eleições para o Parlamento Europeu de 2009.

Em “Despesas Correntes”, a **variação negativa de 2,48%** decorre, principalmente, da diminuição verificada em “Atividades parlamentares” e “Atividades de apoio”, em resultado da aplicação das **reduções remuneratórias e contratuais** determinadas pela Lei do OE2011. A variação positiva verificada em “Outras atividades” (44,76%), onde se inclui exclusivamente a dotação provisional da AR para fazer face às eventuais despesas correntes inadiáveis que não tenham sido previstas em sede de orçamento inicial, reflete as medidas de extrema contenção

orçamental em 2011, representando parte da “poupança” conseguida pela AR em 2011, no valor global de €5.561.299.

No que se refere às “Despesas de Capital”, o Quadro 1 evidencia um **decréscimo** de **53,71%**, face ao valor orçamentado em 2010, sendo, em termos absolutos, a subatividade “Investimento” que apresenta a maior variação (-57,83%). Face à conjuntura económica, a AR reduziu o seu plano de investimento para 2011 a projetos inadiáveis, o que justifica a redução verificada.

## 1.2 Execução Orçamental — 2011

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2011 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPEAS CORRENTES	76.596.199	59.971.831	78,30%
DESPEAS DE CAPITAL	5.432.663	2.567.798	47,27%
<b>TOTAL AR</b>	<b>82.028.862</b>	<b>62.539.629</b>	<b>76,24%</b>
<b>ENTIDADES AUTÓNOMAS</b>	12.067.179	9.807.223	81,27%
<b>SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS</b>	15.053.357	15.053.356	100,00%
<b>SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS</b>	14.779.628	12.483.988	84,47%
<b>TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES</b>	<b>123.929.025</b>	<b>99.884.196</b>	<b>80,60%</b>

Em 2011, os encargos assumidos atingiram o montante de €99.884.196 (Quadro 2), o que se traduziu numa **execução orçamental** de **80,60%**, registando-se uma diferença de €24.044.829, entre o valor total orçamentado e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é influenciado não só pela dotação provisional não executada (num total de €6.408.799,13 - corrente e capital) mas também pelas verbas não requisitadas pelas Entidades Autónomas (€2.259.956), algumas das quais resultantes das cativações previstas na Lei do OE2011 e no respetivo Decreto-Lei de Execução Orçamental, e pelos montantes não executados inscritos a título de subvenções (€2.295.640).

Verifica-se, conforme Quadro 3 infra, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **76,24%** pelo que, com o objetivo de melhor esclarecer a execução da atividade da AR em 2011, far-se-á doravante **uma análise que não inclui os montantes transferidos para as Entidades Autónomas nem as mencionadas Subvenções Estatais para os Partidos Políticos e para as Campanhas Eleitorais.**

**Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS**

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2011 corrigido sem Transf. Entid. Autónomas /Subvenções	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	76.596.199	59.971.831	78,30%
DESPESAS DE CAPITAL	5.432.663	2.567.798	47,27%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>82.028.862</b>	<b>62.539.629</b>	<b>76,24%</b>

O nível de execução orçamental foi de **78,30%** em "Despesas Correntes" e de 47,27% em "Despesas de Capital", constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da atividade normal da AR.

Desagregando a execução por atividades (Quadro 4), face à respetiva natureza da despesa, verifica-se que a taxa de execução orçamental mais elevada, em sede de **despesas correntes**, é atingida em "Outras entidades" (100%), seguida de "Atividades Parlamentares" (86,81%), "Outros encargos parlamentares" - Quotizações (85,63%) e "Atividade de Apoio" (83,93%).

Na análise do Quadro 4 importa, ainda, salientar que, no ano de 2011, em termos de estrutura da despesa, o peso orçamental das "**Atividades Parlamentares**" foi de 48,73%, logo seguido das "**Atividades de Apoio**" que representam 43,88% do total orçamentado.

**Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES**

Unidade: Euro

Atividades	OAR2011 corrigido	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
		1	2	3=2/1
ATIVIDADES PARLAMENTARES	35.104.875	30.475.239	86,81%	48,73%
ATIVIDADES DE APOIO	32.698.900	27.444.884	83,93%	43,88%
ATIVIDADE EDITORIAL	1.423.339	829.251	58,26%	1,33%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	551.025	368.815	66,93%	0,59%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA EU	0	0	n. aplic.	0,00%
OUTRAS ATIVIDADES*	5.561.299	0	0,00%	0,00%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	213.648	182.940	85,63%	0,29%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	149.010	103.295	69,32%	0,17%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	165.135	84.536	51,19%	0,14%
OUTRAS ENTIDADES	59.517	59.517	100,00%	0,10%
CONSELHO NAC. PROCREIAÇÃO MED. ASSISTIDA	295.954	147.192	49,73%	0,24%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN	373.495	276.162	73,94%	0,44%
<b>DESPESAS CORRENTES (1)</b>	<b>76.596.199</b>	<b>59.971.831</b>	<b>78,30%</b>	<b>95,89%</b>
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	101.551	36.635	0,00%	0,06%
INVESTIMENTO	4.483.612	2.531.162	56,45%	4,05%
OUTRAS ATIVIDADES*	847.500	0	0,00%	0,00%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	0	0	n. aplic.	0,00%
CONSELHO NAC. PROCREIAÇÃO MED. ASSISTIDA	0	0	n. aplic.	0,00%
<b>DESPESAS DE CAPITAL (2)</b>	<b>5.432.663</b>	<b>2.567.798</b>	<b>47,27%</b>	<b>4,11%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)</b>	<b>82.028.862</b>	<b>62.539.629</b>	<b>76,24%</b>	<b>100,00%</b>

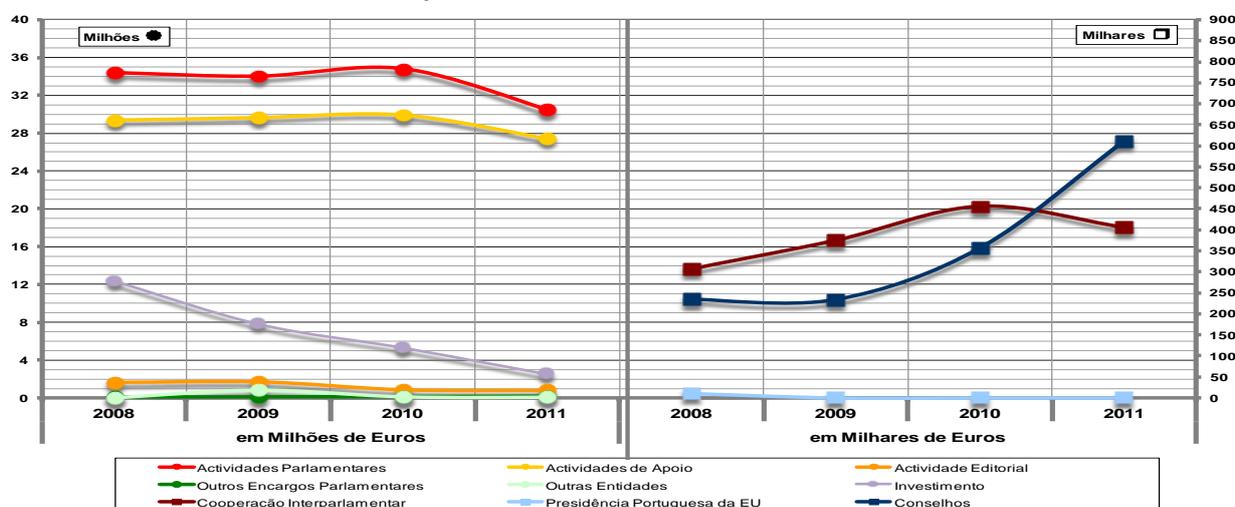
(\*) Dotação Provisional não utilizada

No que respeita às **despesas de capital**, cuja taxa de execução foi de 47,27%, salienta-se a subatividade “Investimento” com uma realização de 56,45%, indicador que traduz uma redução de 52,52% face à execução do ano de 2010 (Quadro 5), em virtude das medidas de contenção orçamental aplicadas ao plano de investimentos para 2011.

Importa ainda reter que empreitadas concluídas que integraram o Plano de Investimentos de 2011 foram as seguintes:

- Empreitada de requalificação dos sótãos do Andar Nobre (2ª fase);
- Empreitada de requalificação do gabinete médico e de enfermagem;
- Empreitada de requalificação de duas instalações sanitárias junto do Jardim das Oliveiras, no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de reabilitação do teto da galeria da Sala do Senado no Palácio de S. Bento; e
- Construção de Passadiços metálicos para acesso aos Registos Corta-fogo integrados no sistema AVAC do Palácio de S. Bento.

**Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2008 A 2011**



A evolução da despesa realizada por atividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1, verificando-se que, no ano de 2011, **houve um decréscimo ou estabilização das despesas**, com exceção quer das realizadas por três Entidades que funcionam junto da AR que apresentam, respetivamente, um crescimento de 478,66% (CFSIIC), 35,96% (CNPMA) e 4,61% (CAJP), quer da subatividade “Outros encargos parlamentares” – Quotizações – que apresentou um aumento de 34,66% (cfr. Quadro 5), este último resultante do pagamento da quota para a APNATO, anteriormente suportada pelo Ministérios dos Negócios Estrangeiros.

Por outro lado, conforme evidenciado no Quadro 5, salientam-se os **decréscimos de 12,47% nas “Atividades parlamentares” e 8,40%, nas “Atividades de apoio”**, justificados não só pela aplicação das reduções remuneratórias e contratuais da Lei do OE2011, como também das medidas de contenção generalizadas e que, nomeadamente ao nível dos **“Investimentos” se traduziram em termos absolutos, numa redução de €2.800.371,38 (52,52%)**.

**Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

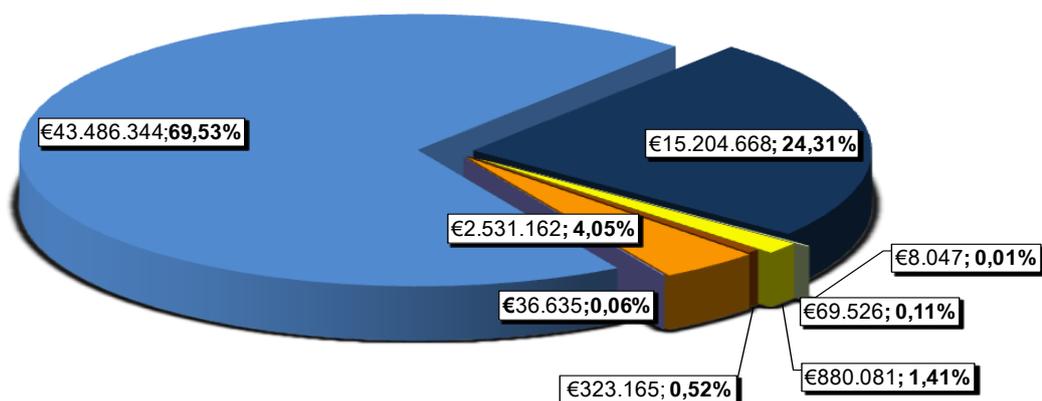
Unidade: Euro

Atividades	Encargos Assumidos		Var%
	2010	2011	
ATIVIDADES PARLAMENTARES	34.816.487	30.475.239	-12,47%
ATIVIDADES DE APOIO	29.962.655	27.444.884	-8,40%
ATIVIDADE EDITORIAL	892.447	829.251	-7,08%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	455.769	405.450	-11,04%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	135.858	182.940	34,66%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	119.693	103.295	-13,70%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	80.808	84.536	4,61%
OUTRAS ENTIDADES	104.555	59.517	-43,08%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	108.260	147.192	35,96%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	47.724	276.162	478,66%
INVESTIMENTO	5.331.534	2.531.162	-52,52%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>72.055.791</b>	<b>62.539.629</b>	<b>-13,21%</b>

**Gráfico 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2011**

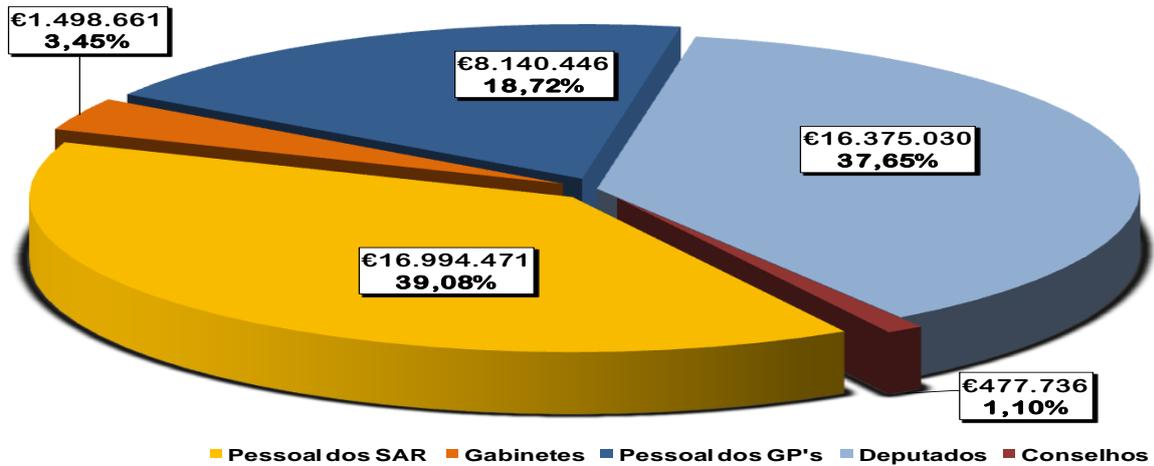
Título do Gráfico

Despesas com Pessoal	Aquisição de bens e serviços	Juros e outros encargos
Transferências correntes	Subvenções assessoria e comunicaç.	Outras despesas correntes
Aquisição de bens de capital	Outras despesas de capital	



O Gráfico 2.1 apresenta a **distribuição da despesa** por agrupamento económico: as “Despesas com Pessoal” representam **69,53%** do total da despesa de 2011 (cf. Gráfico 2.2), seguidas das “Aquisições de Bens e Serviços” (**24,31%**) e das “Aquisições de Bens de Capital”, que representam **4,05%**.

Gráfico 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2011



O gráfico 2.2 evidencia os encargos englobados na rubrica orçamental “Despesas com Pessoal”. De acordo com os princípios do classificador económico, esta rubrica integra os encargos com remunerações e outras despesas com o pessoal dos Serviços da Assembleia da República (SAR), para além de outros encargos de idêntica natureza, nomeadamente com Deputados. De acordo com a realidade patente no Gráfico 2.2, verifica-se uma distribuição quase equitativa na partição dos encargos relacionados, por um lado, com “**Pessoal dos SAR**” (39,08%) e, por outro, os encargos imputáveis a “**Deputados**” (37,65%) - o qual não inclui as despesas de transporte consideradas no agrupamento 02 – “Aquisições de bens e serviços”- enquanto os encargos com **pessoal afeto aos “Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares”** representam 18,72%. Já os encargos com o **pessoal nomeado para os Gabinetes da AR** constituem **3,45%** do encargo total com remunerações e com o pessoal afeto aos **Conselhos** integrados no orçamento da AR uma ponderação de 1,10%.

## 2. Atividades Parlamentares

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções legislativas e de orientação e fiscalização políticas, bem como a competência eletiva de outros órgãos.

Não obstante a atividade política do Parlamento ser objeto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 117º do Regimento, referem-se abaixo alguns indicadores próprios dessa atividade.



Antes, porém, não pode deixar de mencionar-se que a atividade parlamentar da AR sofreu um abrandamento, durante mais de dois meses, por força da dissolução ocorrida em 7 de abril de 2011. Saliente-se, contudo, que a diminuição verificada nos trabalhos parlamentares foi compensada aquando do início da XII Legislatura, por força de um elevado número de iniciativas entradas que corporizavam um importante conjunto de medidas decorrentes da implementação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) a Portugal.

Assim, em 2011 realizaram-se **92 reuniões plenárias** (39 na XI Legislatura e 53 na XII Legislatura) e **3 da Comissão Permanente** (na XI Legislatura). Ainda no âmbito da atividade parlamentar, foram realizadas **33 Conferências de Líderes** (16 relativas à XI Legislatura e 17 à XII Legislatura).

Durante o ano de 2011 realizaram-se **31 reuniões do Conselho de Administração**, 12 na XI Legislatura (1 de janeiro a 19 de junho) e 19 na XII Legislatura (20 de junho a 31 de dezembro).

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **52 Propostas de Lei** (13 na XI e 39 na XII), **271 Projetos de Lei** (142 na XI e 129 na XII), **29 Propostas de Resolução** (16 na XI e 13 na XII), **389 Projetos de Resolução** (228 na XI e 161 na XII), **1 Projeto de Deliberação** (na XII), **30 Apreciações Parlamentares** (24 na XI e 6 na XII), não se verificando a ocorrência de Inquéritos Parlamentares ou a apresentação de Projetos de Regimento e de Revisão Constitucional. Foram aprovadas, em 2011, 1 Lei Orgânica, 69 Leis, 166 Resoluções e 1 Deliberação.

Foram apresentados pelos Deputados os seguintes **Requerimentos**: 210 ao Governo (105 na XI e 105 na XII), 3042 à Administração Local (1275 na XI e 1767 na XII), 3 às Regiões Autónomas (na XII) e 58 a Entidades Independentes (44 na XI e 14 na XII). No mesmo ano, foram recebidas as seguintes **respostas**: 88 do Governo (30 na XI e 58 na XII), 2004 da Administração Local (833 na XI e 1171 na XII), 2 das Regiões Autónomas (XII) e 43 das Entidades Independentes (30 na XI e 13 na XII).

Foram ainda apresentadas pelos Deputados 3959 perguntas (2454 na XI e 1505 na XII), tendo sido obtidas 2389 respostas (1071 na XI e 1318 na XII).

Durante o ano de 2011 procedeu-se também à preparação, organização e acompanhamento das eleições para os seguintes órgãos:

- Presidente da Assembleia da República;
- Conselho de Administração da Assembleia da República;
- Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa da Assembleia da República;

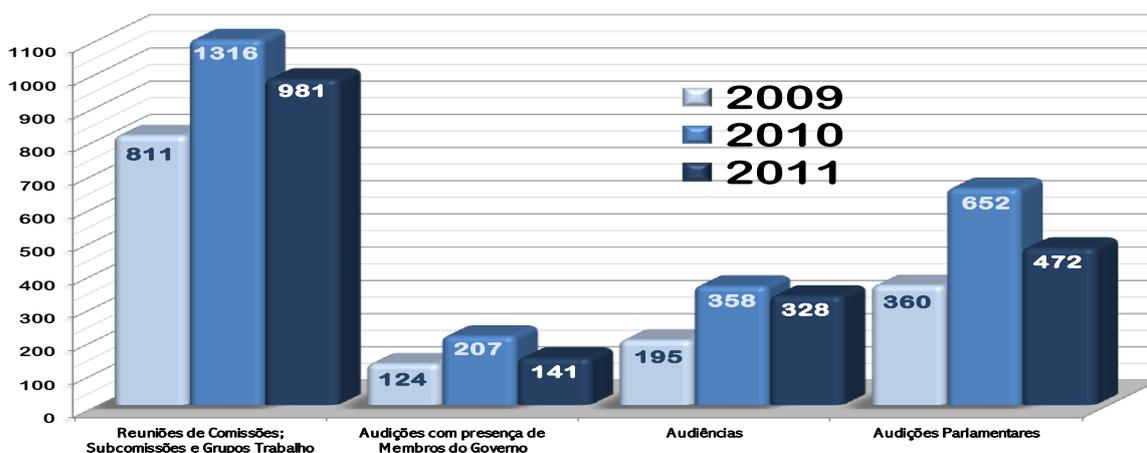


- Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP),
- Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO);
- Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE);
- Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE);
- Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM);
- Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM);
- Delegação da Assembleia da República ao Fórum Parlamentar Ibero-Americano (FPIA);
- Delegação da Assembleia da República à União Interparlamentar (UIP);
- Conselho de Estado;
- Comissão Nacional de Eleições;
- Conselho Superior de Defesa Nacional;
- Comissão para a Fiscalização do Segredo de Estado;
- Conselho Superior de Informações;
- Conselho Superior de Segurança Interna;
- Presidente do Conselho Económico e Social;
- Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos;
- Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários;
- Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários;
- Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social;
- Conselho Superior da Magistratura;
- Conselho Superior do Ministério Público;
- 1 membro para o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa;

No ano de 2011, apesar das vicissitudes atrás apontadas, as Comissões, as Subcomissões e os Grupos de Trabalho efetuaram 981 reuniões, das quais **141 contaram com a presença de Membros do Governo**, num total de 472 audições. Foram ainda concedidas **328 audiências** pelas Comissões.

Relativamente ao período compreendido entre 2009 e 2011, verificam-se as diferenças evidenciadas, de forma sintética, no gráfico 3 que a seguir se apresenta:

**Gráfico 3 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES, AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES**



Verifica-se, assim, que apesar da interrupção da atividade parlamentar, não é significativo o decréscimo de 25,5%, verificado no ano de 2011, respeitante ao número de reuniões das comissões, subcomissões e grupos de trabalho globalmente considerados, que passaram de 1316 em 2010 para 981 em 2011, sendo, bem pelo contrário, demonstrativo do impulso verificado na XII Legislatura, a que não é alheia a situação económico-financeira do país. Esta constatação também está presente na comparação com o número de audições e audiências, em relação aos anos de 2009 e de 2010.

Em 2011 deram entrada **136 petições**, 45 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos e 89 remetidas por via eletrónica. Comparativamente com 2010, houve um **aumento** na ordem de 23,64%, uma vez que nesse ano deram entrada 110 petições, sendo mais significativa a variação das remetidas por via eletrónica (89 em 2011 versus 42 em 2010).

Por outro lado, a atividade parlamentar originou a produção de **779 Diários da Assembleia da República** (versão exclusivamente eletrónica), representando uma variação positiva de 7,9%), distribuídos por 95 números da **1.ª Série** (-5%) e 684 da **2.ª Série** (+6,5%), com 66 Suplementos. Na 1.ª Série do DAR foram trabalhadas 15.471 páginas (-3,75%) e na 2.ª Série 156.759 páginas (-18,8%).

No sistema de gravação digital (**DIGIAUDIO**) foram gravadas 2.727 horas, correspondentes a 95 reuniões do Plenário da Assembleia da República (287h) e a 976 reuniões das Comissões Parlamentares e de outros eventos (2.440h).

Já o **Canal Parlamento** produziu 3.500 horas de emissão (em direto e em diferido), correspondentes a reuniões do Plenário, das Comissões Parlamentares e de outros eventos realizados na AR, designadamente Conferências e Colóquios.

Realizaram-se, também, 70 verificações de quórum/votações no **sistema de votação eletrónica**.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4, as **“Atividades Parlamentares” representam 48,73% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 86,81%**. Regista-se, agora, no Quadro 6, a correspondente desagregação da despesa realizada pelas respetivas subatividades:

**Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	OAR2011	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Presidente da Assembleia da República	124.250	90.791	73,07%	0,30%
Gabinete de Apoio ao PAR	661.730	556.877	84,15%	1,83%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.109.170	975.379	87,94%	3,20%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	487.771	411.250	84,31%	1,35%
Conselho de Administração	70.000	69.842	99,77%	0,23%
Grupos Parlamentares	997.722	985.189	98,74%	3,23%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.627.615	8.005.653	92,79%	26,27%
Comissões Parlamentares	534.458	243.052	45,48%	0,80%
Deputados	20.114.803	18.119.574	90,08%	59,46%
Parlamento Europeu	59.900	54.195	90,48%	0,18%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	13.056	1.927	14,76%	0,01%
Deslocações em Território Nacional	2.100	69	3,29%	0,00%
Deslocações ao Estrangeiro	1.134.792	653.693	57,60%	2,14%
Grupos Parlamentares de Amizade	124.008	826	0,67%	0,00%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	902.696	217.231	24,06%	0,71%
Programa Parlamento Jovem	122.829	83.927	68,33%	0,28%
Sessão Solene de Tomada de Posse do Presidente da República	17.976	5.763	32,06%	0,02%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>35.104.875</b>	<b>30.475.239</b>	<b>86,81%</b>	<b>100,00%</b>

O Quadro 6 permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das dezassete subatividades que integram as “Atividades Parlamentares”, bem como o respetivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 85,73% do total dos encargos assumidos** correspondem apenas às duas componentes seguintes:

- **“Deputados”** – que integra as despesas com as respectivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento e vencimento extraordinário, despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte, prestações familiares e complementares, contribuições para a CGA e segurança social (ambas encargos da entidade patronal), seguros e subsídio de reintegração (59,46%). O vencimento/vencimento

extraordinário foram objeto de uma redução remuneratória de 5%, introduzida pelo artigo 11º da Lei nº12-A/2010, de 30 de junho, em vigor a partir de junho de 2010, acrescida, a partir de 1 de janeiro de 2011, das reduções remuneratórias estipuladas pela Lei do OE2011, que abrangeram também as despesas de representação; e

- **“Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares”** - onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afeto a estes Gabinetes, também objeto das reduções remuneratórias previstas na Lei do OE2011, e respetivos encargos sociais obrigatórios para a CGA e Segurança Social (26,27%).

**Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	Encargos assumidos		
	2010	2011	Var%
	1	2	3=2/1
Presidente da Assembleia da República	122.802	90.791	-26,07%
Gabinete de Apoio ao PAR	575.843	556.877	-3,29%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	980.478	975.379	-0,52%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	462.897	411.250	-11,16%
Conselho de Administração	67.860	69.842	2,92%
Grupos Parlamentares	1.070.920	985.189	-8,01%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.739.671	8.005.653	-8,40%
Comissões Parlamentares	432.380	243.052	-43,79%
Deputados	20.760.463	18.119.574	-12,72%
Parlamento Europeu	58.888	54.195	-7,97%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	11.972	1.927	-83,90%
Deslocações em Território Nacional	6.786	69	-98,98%
Deslocações ao Estrangeiro	914.673	653.693	-28,53%
Grupos Parlamentares de Amizade	3.240	826	-74,50%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	509.451	217.231	-57,36%
Programa Parlamento Jovem	98.163	83.927	-14,50%
Sessão Solene de Tomada de Posse do Presidente da República		5.763	n.a.
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>34.816.487</b>	<b>30.475.239</b>	<b>-12,47%</b>

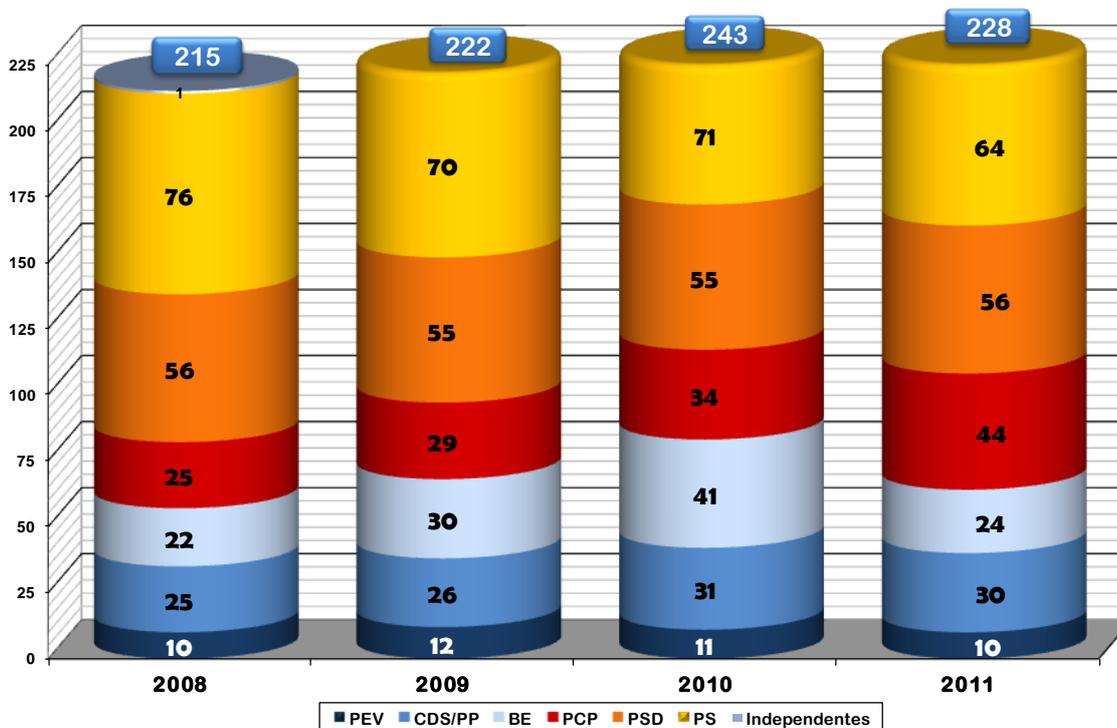
Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2010 para 2011 (Quadro 7), as “Atividades Parlamentares”, em termos globais, registaram um **decréscimo de 12,47%**, variação influenciada pela execução orçamental das subatividades “Deputados” (variação absoluta de €2.640.889, o que representa -12,72%), derivada essencialmente da aplicação das reduções remuneratórias estabelecidas pela Lei do OE2011, e “Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares” (variação absoluta de €734.018, representando -8,4%), devido ao facto de o plafond para remunerações dos GP’s, previsto no artigo 46º da LOFAR, que era anteriormente indexado à RMMG, ser agora indexado ao IAS, nos termos do nº 2 do artigo 3º da Lei nº 55/2010, de 24 de dezembro.

Os demais decréscimos registados, sobretudo nas subatividades “Receção de delegações e Entidades oficiais” (-57,36%) e “Deslocações ao estrangeiro” (-28,53%), estão relacionados não só com a interrupção dos trabalhos parlamentares aquando do fim da XI Legislatura, mas também com as reduções derivadas dos normativos em vigor para deslocações dos Senhores Deputados que preveem a utilização da classe económica, entre outras medidas de contenção definidas.

## 2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução, nos últimos quatro anos, do número de funcionários por Grupo Parlamentar, à data de 31 de dezembro, é apresentada no Gráfico seguinte.

**Gráfico 4 – PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES**



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR, para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares, no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares, tendo estes Gabinetes, em 2011, sido sujeitos às reduções remuneratórias estatuídas pela Lei do OE2011.

Refira-se que **os encargos sociais acarretam um custo não incluído no plafond atribuído aos GP's**, nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal (Segurança Social, CGA - desde 2008 - e ADSE - desde 2011), conforme valores que de seguida se

apresentam, tendo-se mantido estável o encargo de 2011, face ao de 2010, em virtude das reduções remuneratórias aplicadas, com a correspondente redução nas referidas contribuições, o que contrariou o efeito da introdução dos descontos para a ADSE em 2011:

Anos	Segurança Social (€)	Var%
2008	1.064.797,00	n.a.
2009	1.130.698,00	6,2%
2010	1.346.689,51	19,1%
2011	1.341.101,88	-0,4%

Acresce salientar que, nos termos do nº2 do artigo 3º da Lei nº 55/2010, de 24 de dezembro, o plafond para remunerações do pessoal dos GP's foi, como supra se referiu, reduzido, passando a estar indexado ao IAS, em detrimento da RMMG.

## 2.2 Comissões Parlamentares

Em 2011, no decurso da **2ª Sessão Legislativa da XI Legislatura** e no início da **1ª sessão Legislativa da XII Legislatura**, funcionaram, respetivamente, 13 e 12 comissões parlamentares permanentes.

Na XII Legislatura registaram-se alterações, quer no número de comissões (a de Obras Públicas passou a integrar a Economia), quer na designação de algumas das Comissões:

XI Legislatura	XII Legislatura
1ª - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	<i>Idem</i>
2ª - Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	<i>Idem</i>
3ª - Comissão de Defesa Nacional	<i>Idem</i>
4ª - Comissão de Assuntos Europeus	<i>Idem</i>
5ª - Comissão de Orçamento e Finanças	5ª - Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
6ª - Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia	6ª - Comissão de Economia e Obras Públicas
7ª - Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Regional e Pescas	7ª - Comissão de Agricultura e Mar

8ª - Comissão de Educação e Ciência	8ª – Comissão de Educação, Ciência e Cultura
9ª - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações	9ª – Comissão de Saúde
10ª - Comissão de Saúde	10ª – Comissão de Segurança Social e Trabalho
11ª - Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública	11ª - Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local
12ª - Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	12ª – Comissão para a Ética, Cidadania e Comunicação
13ª - Comissão de Ética, Sociedade e Cultura	

Durante o ano de 2011, funcionaram, também, **5** Comissões Eventuais, a saber:

- Comissão Eventual para a Revisão Constitucional;
- Comissão Eventual para a Análise das Questões do Recenseamento Eleitoral;
- Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Tragédia de Camarate;
- Comissão Eventual de Verificação de Poderes;
- Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal.

Não obstante as atividades programadas pelas Comissões na XI Legislatura, tais como Conferências, - Colóquios e Seminários, com exceção do Programa Parlamento dos Jovens, terem cessado com a dissolução do Parlamento, a AR prosseguiu a sua política de aproximação ao cidadão. Assim, ao longo do ano de 2011, foram concretizados relevantes eventos (8), destacando-se, já na XII Legislatura, a cerimónia de entrega do Prémio dos Direitos Humanos e a cerimónia de homenagem ao Fado e aos Fadistas, na sequência da distinção do Fado como Património Cultural e Imaterial da Humanidade, bem como diversas **audições públicas** e **visitas** (as Comissões, Subcomissões e Grupos de Trabalho participaram, em 2011, em 82 visitas externas e deslocações).

A par dos eventos, as Comissões concederam igualmente um apreciável número de audiências a entidades nacionais e estrangeiras, em muitos dos casos a comissões de parlamentos do espaço EU, conforme se constata no ponto 2.5.3 deste relatório.

### 2.3 Diplomacia Parlamentar

No domínio das Organizações Internacionais e Interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro, e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, importa salientar que a dissolução da AR em abril e a realização de eleições legislativas em junho tiveram um forte impacto nas atividades externas, designadamente na representação em reuniões das organizações parlamentares internacionais. Com efeito, apenas após a eleição em julho das novas delegações se retomou a participação plena nessas organizações.

O evento mais relevante neste domínio foi a **realização da Reunião da Comissão Permanente da Assembleia Parlamentar da NATO nos dias 1 a 3 de abril, que decorreu na cidade de Ponta Delgada, nos Açores**. Esta reunião teve um significado político relevante para a Aliança Atlântica e implicou, ao nível organizativo, uma forte coordenação entre a Assembleia da República, o Governo Regional dos Açores e a Assembleia Parlamentar da NATO, concluída com sucesso.

No domínio das organizações parlamentares internacionais, cumpre salientar que, na sequência da denúncia, pelos Estados-membros, do Tratado de Bruxelas modificado, se **extinguiu a Assembleia Europeia de Segurança e Defesa (AESD/AUEO)** que realizou, a 9 e 10 de maio, em Paris, a sua 60ª e última Sessão Plenária.

A atividade das Delegações da Assembleia da República, durante 2011, junto das organizações parlamentares internacionais teve efeitos diretos ao nível do **exercício de cargos por Deputados portugueses**. Assim:

- O Deputado João Soares (PS) continuou a desempenhar o cargo de Presidente Emeritus da Assembleia Parlamentar da OSCE, tendo sido ainda nomeado Representante Especial desta Assembleia Parlamentar para a região do Cáucaso;
- O Deputado Eduardo Cabrita (PS) continuou a desempenhar o cargo de Presidente da Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, Intercâmbios Humanos e da Cultura da APEM, cujo mandato terminará em março de 2012;
- O Deputado Miranda Calha (PS) foi eleito Vice-Presidente da APNATO durante a 57ª Sessão, que decorreu em Bucareste, em outubro de 2011;
- O Deputado José Vera Jardim (PS) exerceu o cargo de Vice-Presidente da AESD/AUEO durante a 60ª e última Sessão da referida Assembleia Parlamentar, que teve lugar em Paris, no mês de maio;

- O Deputado Vitalino Canas (PS) desempenhou o cargo de Vice-Presidente da Comissão para Dimensão Civil da Segurança da APNATO durante o ano de 2011;
- Na Sessão Anual da APNATO de Bucareste, os membros da Delegação portuguesa foram eleitos para os seguintes cargos:
  - Vice-Presidente da Comissão Política: Deputado José Lello - PS (reeleição);
  - Vice-Presidente da Comissão de Defesa e Segurança: Deputado Miranda Calha - PS (reeleição);
  - Vice-Presidente do Grupo Especial para o Mediterrâneo e Médio Oriente: Deputado Correia de Jesus (PSD);
  - Vice-Presidente da Subcomissão para a Segurança Energética e Ambiental: Deputada Luísa Salgueiro - PS (reeleição);
  - Relator especial para o Afeganistão da Comissão para Dimensão Civil da Segurança: Deputado Vitalino Canas - PS (reeleição);
- O Deputado Duarte Pacheco (PSD) exerceu o cargo de auditor interno da União Interparlamentar (UIP) durante o ano de 2011;
- A Deputada Rosa Maria Albernaz (PS) foi eleita Presidente do Grupo de Facilitadores para a Questão do Chipre da União Interparlamentar (UIP);
- A Deputada Maria da Conceição Pereira foi reeleita Relatora da III Comissão da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM) para a questão da "Educação", na VI Sessão Plenária, em Palermo;
- A APCE prevê um sistema de rotatividade entre os Estados-membros, tendo Portugal direito a uma Vice-Presidência em 2011 e 2012. O Deputado José Vera Jardim (PS), Presidente da Delegação na XI Legislatura, foi eleito Vice-Presidente em janeiro, exercendo o cargo até junho. Neste cargo foi substituído pelo Deputado Mota Amaral (PSD), Presidente da Delegação, após eleição em outubro,

Na Sessão de janeiro da APCE, alguns membros da Delegação foram eleitos para os seguintes cargos:

- Presidente da Comissão para a Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens (CIOMH), Deputado José Mendes Bota (reeleição);
- Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE/DC), Deputado João Bosco Mota Amaral (reeleição);
- Vice-Presidente do Grupo Democrata Europeu (GDE), Deputado Telmo Correia;

Foram ainda designados:

- Membros da Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-membros do Conselho da Europa (Comissão de *Monitoring*) os Deputados João Bosco Mota Amaral (PSD) e Telmo Correia (CDS/PP);
- Representante da Comissão de Cultura, Ciência e Educação da APCE no Conselho Executivo do Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes (PS);
- O Deputado José Mendes Bota (PSD) integrou a Rede de Parlamentares de Referência, para as questões da violência doméstica;
- A Deputada Maria de Belém Roseira (PS) integrou a Rede de Parlamentares de Referência para a Campanha do Conselho da Europa contra a violência sexual relativa às crianças;

A eleição de Deputados portugueses para os cargos acima identificados contribuiu para a projeção do Parlamento português, concretizando uma diplomacia parlamentar ativa e interventiva na definição das agendas das referidas organizações parlamentares internacionais.

**2.3.1.** Das reuniões realizadas no âmbito da **União Interparlamentar (UIP)** destaca-se a participação da Delegação na 124ª Assembleia da União Interparlamentar, na Cidade do Panamá, de 15 a 20 de abril. Para além da sessão plenária, os membros da Delegação da Assembleia da República participaram nas três Comissões Permanentes.

A Delegação da AR à UIP participou, ainda, nas seguintes reuniões:

- Por ocasião da Sessão de Abertura 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque, de 19 a 22 de setembro, num conjunto de reuniões sobre as seguintes temáticas: (i) Mediação pacífica; (ii) Prevenção e controlo de doenças não comunicáveis; (iii) Desertificação, degradação dos solos e seca no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza; (iv) 10º Aniversário da adoção da Declaração de Durban e do Programa de ação contra o racismo (22 de setembro);
- Na Sessão Anual da Conferência Parlamentar da Organização Mundial do Comércio (OMC), que se realizou em Genebra, nos dias 19 e 21 de setembro de 2011, que teve como tema: "O Comércio de recursos naturais: o positivo e o negativo – qual a perspetiva parlamentar?";
- Na 125ª Assembleia da União Interparlamentar, que teve lugar em Berna, de 16 a 19 de outubro. Participaram também nas três Comissões Permanentes (Paz e Segurança

Internacional; Desenvolvimento Sustentável, Finanças e Comércio; Democracia e Direitos Humanos); no Conselho Diretivo, na reunião do Grupo Geopolítico a que Portugal pertence e na Comissão para os Assuntos da Nações Unidas;

- Na Audição Parlamentar 2011 da 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas que se realizou em Nova Iorque, na sede das Nações Unidas, a 28 e 29 de novembro sobre o tema: "Reforçar a responsabilidade política para um mundo mais pacífico e mais próspero";

No âmbito da Conferência Mundial promovida pelas Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CP17), que decorreu em Durban de 2 a 9 de dezembro.

As deslocações feitas no âmbito da UIP foram distribuídas da seguinte forma:

**Quadro 8 – Reuniões (UIP)**

Reuniões (UIP)	N.º Deputados
124ª Assembleia da União Interparlamentar	3
Sessão de Abertura 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas	2
Sessão Anual da Organização Mundial do Comércio (OMC)	2
125ª Assembleia da União Interparlamentar	5
Audição parlamentar 2011 da 66ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	2
Conferência Mundial da ONU sobre Alterações Climáticas (CP17)	2

De referir que, em paralelo às Assembleias da UIP, decorreram as reuniões da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos (ASG-UIP), de que é membro e presidente honorária a Secretária-Geral da Assembleia da República.

**2.3.2.** No âmbito da atividade da **Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP)**, destaca-se a reunião do Grupo de Trabalho constituído na Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe. Esta reunião teve como propósito a preparação da III AP-CPLP, que teve lugar em setembro do mesmo ano, tendo participado os representantes dos Parlamentos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. A AR esteve representada pela Deputada Maria do Rosário Carneiro (PS).

Na III AP-CPLP realizada de 20 a 23 de setembro de 2011, no Parlamento Nacional de Timor-Leste, em Díli, a AR esteve representada pelos Deputados Adriano Rafael Moreira (PSD), Presidente do Grupo Nacional, Miguel Coelho (PS), Vice-Presidente do Grupo Nacional e Arménio Santos (PSD), membro do mesmo Grupo. O Chefe da Delegação da AR foi o Vice-Presidente da AR, Deputado Ferro Rodrigues (PS), em representação da Presidente da AR.

Para além das deliberações tomadas em sede de cada Comissão Especializada, foram aprovadas, por consenso, as seguintes Deliberações e Recomendações:

- “O Protocolo Interinstitucional de relacionamento e de coordenação entre os órgãos da CPLP”;
- “Criação das Comissões Especializadas da AP-CPLP”;
- “Criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar e apresentar propostas de alteração ao Estatuto e ao Regimento da AP-CPLP” – coordenação pelo PNTL;
- “Estratégias das políticas de desenvolvimento da Língua Portuguesa”;
- “A Língua portuguesa como língua oficial nos fora internacionais, em especial na UIP”.
- “A Língua Portuguesa como fator de unidade e convivência cultural”;

No decurso dos trabalhos salienta-se a apresentação do Relatório de Atividades da Presidência da AP-CPLP relativo ao período 2009-2011, do Relatório de Atividades da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP (RM – AP-CPLP), relativo ao mesmo período e a aprovação do Programa Anual de Atividades da AP-CPLP para 2011-2013.

#### Quadro 9 – Reuniões (AP-CPLP)

Reuniões (AP-CPLP)	N.º Deputados
Reunião do Grupo de Trabalho preparatória da III AP-CPLP	1
III AP-CPLP	4
Conferência de Presidentes dos Parlamentos e Chefes de Delegação da AP-CPLP	1
Reunião da Rede de Mulheres Parlamentares da AP-CPLP	3
Reuniões das Comissões Especializadas da AP-CPLP	3
Reunião dos Presidentes dos Grupos Nacionais	1

**2.3.3.** No âmbito da **Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)** e no decurso do ano de 2011, destaca-se a reunião da Comissão Permanente APNATO que teve lugar nos Açores. Tratou-se de uma organização conjunta da Assembleia da República e do Governo Regional dos Açores, que decorreu em Ponta Delgada, entre 1 e 3 de abril.

Nesta reunião foram debatidas as prioridades da organização, à luz da declaração resultante da cimeira da NATO de Lisboa, e elaborado o plano de atividades para 2011.

Os principais assuntos tratados em 2011 pela APNATO foram: *Informação e Segurança Nacional; A Ucrânia pós-laranja: dinâmica interna e prioridades da política externa; Desafios à Governação no Afeganistão; Transição no Afeganistão: Avaliar o esforço de segurança;*

*Defesa antimíssil: o caminho em frente para a NATO; Operações da NATO no âmbito do Novo Conceito Estratégico e a UE como parceiro operacional; Enfrentar um difícil ambiente Fiscal: as Implicações Económicas e de Segurança da Consolidação Fiscal; Encontrar soluções viáveis no Afeganistão: O Trabalho da Comunidade Internacional na Construção de uma Economia e Sociedade funcionais; As economias dos Balcãs: Bloqueios Regionais, Distrações da Europa e a Crise Global; A ascensão da China e possíveis implicações para a NATO; O Afeganistão - no Contexto Regional; A luta contra ameaças biológicas e químicas: O caminho futuro; Segurança Alimentar e Água: Implicações para a segurança euro-atlântica; e A luta contra a insurgência afegã: Ameaças Low-Tech, Soluções High-Tech.*

As deslocações da Delegação Parlamentar Portuguesa à APNATO distribuíram-se da seguinte forma:

#### Quadro 10 – Reuniões (APNATO)

Reuniões (APNATO)	N.º Deputados
57ª. Sessão Anual <sup>3</sup>	8
Sessão da Primavera	1
Comissão Permanente	2
Reuniões de fevereiro	6
Subcomissão para as Parcerias da NATO (PCNP)	1
Subcomissão para as Relações Transatlânticas (PCTR)	1
Subcomissão para a Governação Democrática (CSDSG)	1
Comissão de Defesa e Segurança (DSC)	3
Subcomissão para a Cooperação Transatlântica em matéria de Segurança e Defesa (DSCTC)	1
Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança e Defesa (DSCFC)	2
Comissão de Economia e Segurança (ESC)	1
Subcomissão para a Cooperação e Convergência Económica Leste-Oeste (ESECW)	1
Subcomissão para a Segurança Energética e Ambiental	1
Grupo Especial do Mediterrâneo e Médio Oriente (GSM)	7
Seminários Rose-Roth	3
Bureau	2
Fórum Parlamentar Transatlântico	3

<sup>3</sup>Inclui reuniões de comissões, subcomissões e grupos políticos não contempladas nos outros pontos

**2.3.4.** No âmbito da **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)**, destacam-se os seguintes grandes temas debatidos ao longo do ano, os quais deram origem à aprovação de Resoluções e Recomendações e no debate, dos quais participou a Delegação da AR:

Debates de urgência:

- Violência contra os cristãos no Médio Oriente;
- A situação na Bielorrússia após a eleição presidencial;
- A situação na Tunísia;
- A chegada maciça de migrantes em situação irregular, requerentes de asilo e refugiados sobre as costas do Sul da Europa;
- A situação nos Balcãs.

Debates de atualidade:

- O funcionamento da democracia na Hungria;
- A situação no Norte de África;
- As consequências políticas e humanitárias da situação na Síria e na Líbia;
- Como poderão os membros do Conselho da Europa ajudar os países atingidos por catástrofes humanitárias, nomeadamente da África Oriental?

Outros temas:

- A Reforma do Conselho da Europa e o seu seguimento;
- Viver em conjunto na Europa do Século XXI: follow-up do Relatório do Grupo de Pessoas Eminentíssimas;
- A implementação dos acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH);
- A Declaração de Princípios sobre a Igualdade e a Ação do Conselho da Europa;
- O sobre-endividamento dos Estados: um perigo para a democracia e os direitos humanos;
- A situação dos direitos humanos na Europa;
- Direitos fundamentais e responsabilidades fundamentais;
- Os direitos humanos e a luta contra o terrorismo;
- Combater todas as formas de discriminação fundadas na religião
- A necessidade de uma reflexão mundial sobre as implicações da biometria nos direitos humanos;
- A pena de morte nos Estados-membros e Observadores do Conselho da Europa;
- Assegurar a proteção contra os atentados à honra e à reputação das pessoas;
- A proteção da vida privada e dos dados pessoais na internet e nos media em linha;
- A proteção das testemunhas: pedra angular da justiça;
- A proteção das fontes de informação dos jornalistas;

- Reforçar os mecanismos de prevenção da tortura na Europa;
- A necessidade e um balanço dos progressos alcançados na aplicação da Convenção de Berna;
- Investigação sobre alegados tratamentos desumanos de pessoas e de tráfico ilícito de órgãos humanos no Kosovo;
- Obrigação dos Estados-membros e Observadores do Conselho da Europa de cooperar na repressão contra crimes de guerra;
- Seleção pré-natal em função do sexo;
- Por uma longevidade positiva: valorizar o emprego e o trabalho dos seniores;
- Os organismos geneticamente modificados: uma solução para o futuro?
- Acompanhamento dos compromissos relativos aos direitos sociais;
- Combater a pobreza;
- Políticas de prevenção em matéria de saúde nos Estados-membros do Conselho da Europa;
- Proteger os refugiados e os migrantes em situação de extradição e de expulsão: indicações. Artigo 39 do Regulamento do TEDH;
- A proteção das mulheres imigradas no mercado de trabalho;
- Problemas ligados à chegada à Europa, permanência e regresso de crianças não acompanhadas;
- As crianças migrantes sem documentos em situação irregular: um motivo real de preocupação;
- Chegada maciça de migrantes em situação irregular, requerentes de asilo e refugiados nas margens do sul da Europa;
- Requerentes de asilo e refugiados: por uma partilha das responsabilidades na Europa;
- Interceção e salvamento no mar de requerentes de asilo, refugiados e migrantes em situação irregular;
- A Soberania Nacional e o Estatuto de Estado no Direito Internacional contemporâneo: necessidade de uma clarificação;
- Cooperação entre o Conselho da Europa e as democracias emergentes no mundo árabe;
- A reconciliação e o diálogo político entre os países da ex-Jugoslávia;
- A Água: fonte de conflitos;
- O impacto do Tratado de Lisboa no Conselho da Europa;
- Os recursos abusivos ao Segredo de Estado: obstáculos ao controlo parlamentar e judiciário das violações de direitos humanos;
- Legislação sobre a proteção para vítimas de violência doméstica;
- A violência psicológica;
- A pornografia violenta e extrema;

- Combater as “imagens de abusos sobre crianças” através de uma ação empenhada, transversal e internacionalmente coordenada;
- Educação contra a violência na Escola;
- Proteção dos estudantes e jovens contra a obesidade e a diabetes de tipo 2;
- Por uma convenção-quadro europeia relativa aos jovens;
- Conter a forte redução da taxa de emprego dos jovens;
- Jovens delinquentes: medidas sociais, educação e readaptação;
- Expansão da democracia através da redução da idade de voto para os 16 anos;
- A dimensão religiosa do diálogo intercultural;
- Mulheres no espaço rural na Europa;
- Mais mulheres nas instâncias de decisão económicas e sociais;
- A proteção de mulheres imigrantes no mercado de trabalho;
- Os conflitos armados e o ambiente;
- Preservar o ambiente no Mediterrâneo;
- Os riscos sanitários dos metais pesados e outros metais;
- O perigo potencial dos campos magnéticos e o seu efeito sobre o ambiente;
- O impacto da Parceria oriental da União Europeia na governação e no desenvolvimento económico na Europa Oriental;
- Promover o microcrédito ao serviço de uma economia social;
- Estimular o desenvolvimento local: uma perspetiva inovadora nas regiões afetadas pela crise;
- A economia subterrânea: uma ameaça à democracia, ao desenvolvimento e ao Estado de direito;
- Os desafios com que são confrontadas as economias locais;
- Reformas da Política Comum das Pescas e da política Comum da Agricultura.

As deslocações para participação nos trabalhos distribuem-se do seguinte modo:

**Quadro 11 – Reuniões (APCE)**

<b>Reuniões (APCE)</b>	<b>Nº Deputados</b>
1ª Parte da Sessão Ordinária de 2011 (Plenária) <sup>4</sup>	<b>8</b>
2ª Parte da Sessão Ordinária de 2011 (Plenária) <sup>4</sup>	<b>4</b>
3ª Parte da Sessão Ordinária de 2011 (Plenária) <sup>4</sup>	<b>2</b>
4ª Parte da Sessão Ordinária de 2011 (Plenária) <sup>4</sup>	<b>8</b>
Comissão Permanente (março – Paris)	<b>2</b>
Comissão Permanente (novembro-Edimburgo)	<b>1</b>
Bureau (março-Paris)	<b>2</b>
Bureau (setembro-Caserta)	<b>1</b>
Bureau (novembro-Edimburgo)	<b>1</b>
Bureau (dezembro-Paris)	<b>2</b>
Comissão dos Assuntos Políticos (novembro-Paris)	<b>1</b>
Comissão dos Assuntos Políticos e Subcomissão sobre o Médio Oriente (dezembro-Paris)	<b>1</b>
Comissão de Assuntos Económicos e do Desenvolvimento (dezembro-Paris)	<b>1</b>
Comissão das Migrações, Refugiados e População (novembro-Paris)	<b>1</b>
Comissão da Cultura, Ciência e Educação (dezembro-Paris)	<b>1</b>
Comissão do Ambiente, Agricultura e Assuntos Territoriais (fevereiro-Paris)	<b>1</b>
Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres e Homens (fevereiro-Paris)	<b>1</b>
Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres e Homens (junho-Paris)	<b>1</b>
Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres e Homens (setembro-Paris)	<b>1</b>
Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres e Homens (dezembro-Paris)	<b>1</b>
Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-membros do Conselho da Europa (Comissão de Acompanhamento) (setembro-Paris)	<b>1</b>
Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-membros do Conselho da Europa (Comissão de Acompanhamento) (novembro-Paris)	<b>1</b>

<sup>4</sup> Inclui reuniões de Comissões, Subcomissões, Comité Misto, Grupos Políticos e Redes de Parlamentares de Referência não contempladas nos outros pontos.

Reuniões (APCE)	Nº Deputados
Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-membros do Conselho da Europa (Comissão de Acompanhamento) (dezembro-Paris)	1
9ª Comissão Ad Hoc para a Prevenção e Combate da Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (CAHVIO) (janeiro-Estrasburgo)	1
Conferência “Involving men in Companies Gender Equality Policies” (março-Paris)	1
Reunião com o Grupo de Relatores sobre a Cooperação jurídica do Comité de Ministros do Conselho da Europa (março-Estrasburgo)	1
Cerimónia de abertura à assinatura da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (maio-Istambul)	1
Reunião com a Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade de Género do Parlamento Europeu (junho-Viena)	1
Reunião do Gender-Stat Expert Group “Gender-specific data collection as prerequisite for effective policies to combat violence against women” (setembro-Viena)	1
Fórum para o Futuro da Democracia (outubro- Limassol)	1
5ª Reunião de Parlamentares de Referência da campanha do Conselho da Europa contra a violência sexual relativa às crianças (novembro-Florença)	1

**2.3.5.** No âmbito da **Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM)**, realizou-se a 7ª Reunião Plenária em Roma, a 4 de março. Para além da sessão plenária reuniram as Comissões Permanentes: Comissão Política; Comissão Económica; Comissão da Cultura; Comissão dos Direitos da Mulher e Comissão *ad hoc* de Energia e Ambiente. Portugal manteve a Presidência da Comissão da Cultura.

Destacam-se duas reuniões da Reunião da Comissão Promoção Qualidade de Vida, Intercâmbios Humanos e da Cultura, sob a presidência da Assembleia da República, uma em Lisboa, a 31 de janeiro de 2011, e uma segunda em Bruxelas, em outubro do mesmo ano.

As deslocações efetuadas no âmbito da Delegação Parlamentar Portuguesa à APEM distribuíram-se da seguinte forma:

**Quadro 12 – Reuniões (APEM)**

Reuniões (APEM)	Nº Deputados
Reunião do Bureau alargada aos Presidentes das Comissões da APEM	1
Reunião do <i>Bureau</i> alargada aos Presidentes das Comissões da APEM	1
7ª Sessão Plenária	3
Reunião da Comissão Promoção Qualidade de Vida e da Cultura	1
Reunião da Comissão Promoção Qualidade de Vida e da Cultura	1
Reunião Comissão Política, de Segurança e dos Direitos Humanos	1
Reunião do Grupo de Trabalho para a EMUNI (Universidade Euro-mediterrânica)	1
Reunião da Comissão Económica	1
Reunião da Comissão para o Ambiente e Água	1
Reunião do Grupo de Trabalho para a EMUNI (Universidade Euro-mediterrânica)	1
Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Financiamento e Regulamento	1

**2.3.6.** No contexto da **Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)**, o tema escolhido para a 20ª Sessão Anual Plenária foi “Reforço da eficácia e da eficiência da OSCE – Um novo começo depois da Cimeira de Astana”. Este tema foi objeto de três Resoluções e Relatórios.

Foram, ainda, aprovadas Resoluções sobre os seguintes temas: Combate ao extremismo violento e radicalização que conduz ao terrorismo; Transição política no Mediterrâneo; Moldávia; Minorias nacionais; O trabalho do Comité da Dimensão Humana do Conselho Permanente da OSCE; Promoção da cibersegurança; Coordenação da política de migrações na OSCE; Utilização de terras agrícolas como ferramenta contra a fome, malnutrição e migrações incontroladas; Combate ao tráfico de seres humanos; Liberdade de movimentos para a informação e o conhecimento; Género, migrações e interdependência económica; Segurança nuclear e proteção ambiental; Reforço dos esforços para combater o racismo, xenofobia e incentivar a inclusão; Combater o tráfico de órgãos humanos; Raptos internacionais de crianças por pais; Combate à intolerância e discriminação contra cristãos na área da OSCE; Promoção de políticas a favor da população Roma; Promoção de políticas de igualdade entre homens e mulheres na população Roma; Programa de proteção de testemunhas – um desafio à justiça e à reconciliação; Bielorrússia; Representação das mulheres na AP OSCE; Combate ao crime transnacional organizado; e Implementação do Plano das Nações Unidas para o combate ao tráfico de pessoas.

No decorrer da 10ª Sessão de Inverno, para além da discussão do tema geral "Reforço da eficácia e da eficiência da OSCE – Um novo começo depois da Cimeira de Astana", foram ainda debatidas outras duas matérias: "Imigração, integração e diálogo multiétnico" e "A situação política no Mediterrâneo".

As Reuniões de Outono foram constituídas por uma Conferência Parlamentar sobre desenvolvimento regional no sudeste europeu, pelo Fórum do Mediterrâneo e por um Debate Especial sobre o papel da OSCE na resolução de conflitos.

No âmbito da Assembleia Parlamentar da OSCE, as deslocações encontram-se distribuídas da seguinte forma:

**Quadro 13 – Reuniões (OSCE)**

Reuniões (OSCE)	Nº Deputados
10ª Sessão de Inverno – Viena	6
20ª Sessão Anual Plenária - Belgrado	2
Reuniões de Outono - Dubrovnik	5
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Tunísia - Tunes	2
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Rússia – S. Petersburgo	2

**2.3.7.** No quadro da **Assembleia Europeia de Segurança e Defesa / Assembleia da União da Europa Ocidental (AESD/AUEO)**, e na sequência da decisão de fazer terminar a atividade desta Assembleia Parlamentar no ano 2011, foram debatidos apenas três temas, que pretendem ser o legado do debate parlamentar europeu das questões de Segurança e Defesa: *A política externa, segurança e defesa da Europa: Realizações e Perspetivas*; *A segurança e defesa: marcos para o Futuro*; e *O futuro das capacidades de defesa europeia*, de que foi relator o Deputado Mendes Bota.

O total de deslocações efetuadas no âmbito da Delegação Parlamentar Portuguesa à AESD/AUEO foi distribuído da seguinte forma:

**Quadro 14 – Reuniões (AUEO)**

Reuniões (AUEO)	Nº Deputados
60ª Sessão da AUEO (Plenária) <sup>5</sup>	3
Comissão Técnica e Aeroespacial	2

<sup>5</sup> Inclui reuniões de comissões, subcomissões e grupos políticos não contempladas nos outros pontos

**2.3.8.** No quadro da **Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM)**, a Delegação da AR (5 Deputados) participou na VI Sessão Plenária que decorreu em Palermo, em outubro.

A Assembleia Regional da Sicília acolheu, nos dias 27 e 28 de outubro, a VI Reunião das Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM) e a VI Sessão Plenária, a qual teve lugar no dia seguinte, 29 de outubro. Para além da Delegação portuguesa, estiveram também presentes representantes de 18 membros de pleno direito da APM: Andorra, Argélia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Chipre, Eslovénia, França, Grécia, Israel, Itália, Jordânia, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Malta, Mónaco, Marrocos, Palestina, Sérvia e Turquia.

No âmbito da III Comissão - Diálogo entre Civilizações e Direitos Humanos, foi apresentado um relatório e uma resolução (no Grupo Especial de Trabalho sobre as Questões de Género) sobre "Violência Doméstica", da autoria da Presidente da Delegação Portuguesa, Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD). Ambos os documentos foram aprovados por unanimidade. Foram também discutidos e votados relatórios e resoluções sobre a Situação no Médio Oriente, Plataformas Petrolíferas, Mudanças Constitucionais na Bósnia-Herzegovina, Crime Organizado e Terrorismo, Água e Turismo no Mediterrâneo, Energia Nuclear, Migrações e Comércio e Investimentos no Mediterrâneo.

De referir que o Senado francês acolheu, em fevereiro, a primeira reunião dos Secretários-gerais dos Parlamentos que integram a APM, tendo a AR sido representada pela Secretária-Geral.

**2.3.9.** No contexto do **Fórum Parlamentar Ibero-americano (FPIA)**, realizou-se na cidade de Assunção, República do Paraguai, nos dias 24 e 25 de outubro de 2011, o VII Fórum Parlamentar Ibero-Americano, sob o tema "Transformação do Estado e Desenvolvimento", tendo o mesmo sido debatido em duas mesas de trabalho: "O papel dos Parlamentos na transformação do Estado" e "O papel dos Parlamentos e o Desenvolvimento", com a presença de uma delegação de 5 Deputados portugueses.

O Fórum antecedeu a XXI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, com tema idêntico, e que teve lugar na mesma cidade, nos dias 28 e 29 de outubro de 2011. No Fórum, para além da representação do Parlamento de Portugal, participaram igualmente parlamentares de seis outros países. Estiveram também presentes, com estatuto de observador, representantes da Secretaria-Geral Ibero-Americana.

**2.3.10.** No âmbito das deslocações ao estrangeiro realizadas pelo **Presidente da Assembleia da República** durante o ano de 2011, destacam-se as seguintes:

- Conferência de Presidentes dos Paramentos da União Europeia - Bruxelas, Bélgica, em abril;
- Celebração Oficial do 150º Aniversário da Proclamação da Unidade de Itália - Roma, Itália, em junho.

O Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado Eduardo Ferro Rodrigues (PS), representou a Presidente da AR na III Assembleia Parlamentar da CPLP, que decorreu em setembro no Parlamento Nacional de Timor-Leste, Díli.

**2.3.11.** Neste capítulo estão englobadas **todas as deslocações não integradas nas delegações parlamentares permanentes anteriormente referidas**. Contabiliza-se um total de 108 deslocações, entre Deputados e funcionários, das quais se destacam:

**Quadro 15 – OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS**

Outras Deslocações Diversas	Participantes
Programa <i>Voluntary Visitor</i> (Washington)	7
Reunião de Secretários Gerais dos Paramentos da União Europeia preparatória da Conferência dos Presidentes dos Paramentos dos Estados Membros da União Europeia e do Parlamento Europeu (Bruxelas)	1
Terceiras Jornadas de Direito e Cidadania da Assembleia Legislativa de Macau (Macau)	1
2ª. Conferência da <i>European Friends of Israel</i> (Jerusalém)	10
Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus para a preparação da agenda da XLV COSAC (Budapeste)	2
55ª: Sessão da Comissão dos Direitos da Mulher <i>The Role of Parliaments in Promoting Access and Participation of Human and Girls to Education, Training, Science and Technology</i> (Nova Iorque)	1
Reunião de Presidentes de Comissões de Orçamento e Finanças (Budapeste)	1
Reunião Interparlamentar das Comissões de Igualdade <i>Women's Political role in de future European Union</i> (Bruxelas)	1
Reuniões Interparlamentares no Parlamento Europeu, organizadas pela Comissão sobre a Crise Financeira, Económica e Social e pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (Bruxelas)	2
Audição Parlamentar da Sessão Anual da Conferência Parlamentar da Organização Mundial do Comércio (Genebra)	2
Participação no 2011 MIECF (Macau)	1
Participação em <i>Missão</i> Internacional de observação de Eleições Presidenciais na Nigéria (Nigéria)	1
<i>2nd Annual World Infrastructure Security Summit</i> (Washington)	1

Outras Deslocações Diversas	Participantes
Reunião Interparlamentar organizada pelo Parlamento Europeu e a Assembleia Nacional da Hungria subordinada ao tema: Balcãs Ocidentais – Rumo a uma Europa mais integrada (Bruxelas)	2
Conferência de Presidentes das Comissões de Saúde (Budapeste)	1
Conferência dos Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Parlamentos Nacionais dos Estados Membros da UE, do PE e dos países candidatos (Budapeste)	1
Reunião de Presidentes de Comissões da Educação e Ciência e das Comissões do Emprego e do Trabalho (Budapeste)	1
Reunião da XLV COSAC (Budapeste)	7
Reunião de Presidentes de Comissões de Assuntos Europeus (Varsóvia)	2
Conferência de Presidentes de Comissões de Assuntos Económicos (Varsóvia)	1
XXI Fórum Económico (Krynica)	3
Visita de Trabalho sobre Planeamento Familiar e Saúde Reprodutiva no âmbito do Grupo Parlamentar sobre População e Desenvolvimento – Fórum de Parlamentares Europeus sobre População e Desenvolvimento (Jacarta)	1
9ª. Conferência de Verão de Defesa (Rennes)	1
Conferência sobre Avaliação Tecnológica (Bruxelas)	1
Conferência de Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Parlamentos nacionais dos Estados Membros da UE, do PE e dos países candidatos (Varsóvia)	1
Conferência dos Presidentes de Comissões de Finanças (Varsóvia)	1
Reunião de Presidentes das Comissões de Agricultura (Varsóvia)	1
Reunião Interparlamentar sobre o Futuro da Política de Coesão à luz das novas Propostas Legislativas (Bruxelas)	2
Reunião Interparlamentar sobre o Controlo Democrático da Estratégia de Segurança Interna e sobre o papel da Europol, Eurojust e Fontex (Bruxelas)	2
XLVI COSAC (Varsóvia)	8
Reunião Interparlamentar – Fórum do Mercado Único (Cracóvia)	2
Reunião da Comissão para o desenvolvimento da Subcomissão para os Direitos Humanos do PE com os Parlamentos dos Estados Membros da UE sobre a questão dos Direitos Humanos como condição para a Política de Desenvolvimento (Bruxelas)	1
Seminário Parlamentar de Alto Nível da OCDE (Paris)	2
Reunião Interparlamentar sobre o Mercado Interno (Bruxelas)	1
Reunião sobre o Futuro da Política Comum das Pescas (Bruxelas)	1
Conferência <i>EU Multiannual Financial Framework 2014 – 2020</i> (Bruxelas)	2
Missão Internacional nas Eleições para a Assembleia Constituinte na Tunísia (Tunes)	1
Acompanhamento na Visita do Presidente da República às Comunidades Portuguesas (Nova Iorque, Washington e Califórnia)	1

Outras Deslocações Diversas	Participantes
AWEPA, <i>European Parliamentarians with Africa</i> e NIMD, <i>Netherlands Institute for Multiparty Democracy</i> (Maputo)	1
Conferência subordinada ao tema <i>The Independent Sector &amp; Diversity in Education Creating a Learning Society</i> (Varsóvia)	1
Seminário <i>Parliamentarians against Human Trafficking</i> (Londres)	1
Reunião Interparlamentar subordinada ao tema “Coesão Social e Evolução Demográfica numa Europa Sustentável” (Bruxelas)	2

Constam do Quadro nº 16 seguinte alguns indicadores relativos à globalidade das despesas com deslocações ao estrangeiro (viagens e estadas), cuja contabilização se encontra distribuída por várias subactividades (108 – Comissões Parlamentares; 113 – Deslocações ao estrangeiro, 201 – Serviços da AR e 302 – Cooperação):

#### Quadro 16 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

Unidade: Euro

	2008	2009	2010	2011
N.º de deslocações	463	475	448	311
Despesa assumida	1.560.615	1.787.402	1.015.754	758.228
Despesa/deslocação	<b>3.371</b>	<b>3.763</b>	<b>2.267</b>	<b>2.438</b>

Importa referir que as despesas com deslocações ao estrangeiro ocorridas em 2011, que incluem transportes e alojamentos, refletem uma diminuição de 30,6% no número de viagens de 2010 (448) para 2011 (311), derivada sobretudo da interrupção dos trabalhos parlamentares, a que está associada uma redução de 25,4% nas despesas inerentes.

## 2.4. Grupos Parlamentares de Amizade

No ano de 2011 funcionaram 39 Grupos Parlamentares de Amizade (GPA), no âmbito bilateral, e 2 Grupos Parlamentares de Amizade multilaterais. Das diversas iniciativas desenvolvidas pelos Grupos Parlamentares de Amizade, registam-se as seguintes:

- Em janeiro o Presidente do GPA Portugal/França, Deputado Carlos Gonçalves (PSD), recebeu o Senador francês, Christophe-André Frassa, eleito pela Emigração, e o Embaixador de França em Lisboa;  
Em março, o Presidente do GPA reuniu com o *Proviseur* do Liceu *Charles Lepierre*, Jean-Jacques Elbisser, com o objetivo de conhecer o projeto pedagógico daquela escola;  
No mês de abril, recebeu na AR três autarcas franceses;

- Em fevereiro uma delegação de Deputados do GPA Portugal/Israel, presidida pelo Deputado João Rebelo (CDS-PP), visitou Israel para participar na 2ª Conferência Política da *European Friends of Israel* (EFI) que decorreu em Jerusalém. Para além das reuniões propriamente ditas os membros do GPA tiveram também a oportunidade de visitar centros tecnológicos e de investigação, tendo ainda decorrido reuniões no Parlamento de Israel (*Knesset*).
- O GPA Portugal/Marrocos organizou a visita do grupo homólogo - GPA Marrocos/Portugal - que visitou a Assembleia da República e outras instituições oficiais;
- O GPA Portugal/Timor-Leste teve uma audiência com a RTP, como propósito de sondar aquela empresa sobre os conteúdos dos programas da RTP para Timor-Leste, no seguimento das anteriores audiências que têm vindo a ser feitas no sentido de se obter um quadro da situação da língua portuguesa nesse país;
- GPA Portugal/Turquia participou numa audiência (CAE+CNECP+GPA) com o Ministro de Estado e responsável pela negociação da adesão da Turquia à UE, por ocasião da sua visita oficial a Portugal;
- O GPA Portugal/Venezuela recebeu o Deputado venezuelano Saul Ortega, por ocasião da sua visita oficial a Portugal;
- O Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento promoveu, a 29 de março, o VI Colóquio OS DIREITOS HUMANOS NA ORDEM DO DIA – Igualdade Saúde e Cidadania e Desenvolvimento, e, a 26 de outubro, o Colóquio de lançamento do Relatório Sobre a Situação da População Mundial 2011 (SWOP- UNFPA).

Das atividades destes Grupos resultou, no ano de 2011, um conjunto de 42 reuniões.

Evolução dos Grupos Parlamentares de Amizade	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de Grupos existentes	29	30	33	41	41
Nº de Reuniões realizadas	82	73	29	128	42

## 2.5 Cerimónias, Receção de Delegações e de Entidades Oficiais e outras Reuniões

Destaca-se, em especial, a Cerimónia de posse de Sua Excelência o Presidente da República, a 9 de março de 2011, com a presença das mais altas individualidades do Estado.

No plano das relações externas, assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares,



pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

**2.5.1.** No plano das **relações internacionais multilaterais**, destacam-se as seguintes reuniões:

- Reunião da Comissão Permanente da Assembleia Parlamentar da NATO, realizada em Ponta Delgada, Açores;
- Reunião da Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, Intercâmbios Humanos e da Cultura da Assembleia Parlamentar Euro Mediterrânica;
- Cerimónia de Entrega do Prémio Norte Sul do Conselho da Europa;
- Reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública com missão chefiada pelo Fundo Monetário Internacional;
- Reuniões da Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal com a Troika, composta pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional;
- I Encontro Interparlamentar de Quadros nas Áreas de Relações Internacionais, Protocolo e Relações Públicas, no âmbito da Associação de Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa.

**2.5.2.** No plano das **relações internacionais bilaterais**, salientam-se as seguintes visitas oficiais, cerimónias e reuniões:

- Visita do Presidente do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek;
- Visita do Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Mevlut Çavusoglu;
- Visita do Presidente em exercício do Parlamento Nacional Timor-Leste, Vicente Guterres;
- Visita da Vice-Presidente da Comissão Permanente da Assembleia Popular Nacional da China;
- Visita do Vice-Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês;
- Visita da Comissão de Assuntos Sociais do Género e Ambientais da Assembleia da República de Moçambique;
- Visita de uma Delegação de Deputados do Parlamento Nacional de Timor-Leste;
- Visita de uma Comissão de Regulação Interna e Mandato de Deputados de Timor Leste;
- Visita de uma Delegação da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China
- Visita de Delegação da Assembleia Popular Nacional da Hungria;
- Visita de uma Delegação de Deputados da Assembleia Provincial de Kwazulu/Natal – África do Sul;
- Visita do Secretário-geral da NATO;
- Visita do Secretário-Geral da Assembleia Nacional de Angola;
- Visita do Secretário-Geral da Assembleia Nacional de Cabo Verde;



- Visita do Secretário-Geral do Parlamento do Chipre;
- Visita de uma Delegação de Funcionários do Parlamento Sueco;
- Visita de um Grupo de Funcionários do Senado Francês;

Relativamente às **audiências do Presidente da Assembleia da República destacam-se as seguintes:**

- Presidente da República de Cabo Verde, Dr. Pedro Pires;
- Presidente da Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe, Dr. Evaristo de Carvalho;
- Primeiro-Ministro de Timor-Leste;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros de Marrocos e delegação;
- Delegação da Comissão A do Parlamento Nacional de Timor Leste;
- Presidente do Governo Nacional da Madeira;
- Secretário-Geral da NATO;
- Presidente do Euro Grupo;
- Secretário-Geral da Conferência Ibero-americana;
- Provedor de Justiça Europeu;
- Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;
- Presidente do Tribunal de Contas;
- Presidente do Supremo Tribunal Administrativo;
- Presidente e Vice-Presidente do Conselho Superior de Magistratura;
- Comandante General da Guarda Nacional Republicana;
- Secretário-Geral da UGT;
- Conselho Regulador da ERC;
- Conselho Nacional da Juventude;
- Presidente do Conselho Nacional de Ética;
- Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida;
- Presidente do Conselho de Acompanhamento Julgados de Paz;
- Comissão Nacional das Comemorações do Centenário da República;
- Associação Sindical dos Juizes Portugueses;
- Sindicato dos Magistrados do Ministério Público;
- Direcção do Instituto Luso-Árabe para a Cooperação para a entrega do "Pergaminho Dourado";
- Direcção da Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República.

**2.5.3.** No plano nacional, destacam-se as seguintes **iniciativas:**

- Encerramento das Comemorações do Centenário da República;
- Café Ciência da Comissão de Educação, Ciência e Cultura;

- Audição Parlamentar anual sobre o programa de trabalho;
- Audição sobre Políticas da Juventude;
- Sessão Pública “Coerência das Políticas: O Desafio do Desenvolvimento”;
- Audição sobre Políticas da Juventude;
- Reunião do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida;
- Colóquio Parlamentar – “Os jovens, álcool e segurança rodoviária”;
- Reunião do Conselho Económico Social;
- Conferência – “Transferência de competências para os Municípios”;
- Colóquio “Emancipação da Juventude”;
- Seminário “Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”
- Colóquio “Os direitos humanos na ordem do dia – igualdade, saúde, cidadania e desenvolvimento ”;
- Audição Parlamentar sobre Avaliação de Desempenho Docente;
- Seminário do Conselho Económico Social “ O futuro dos serviços sociais de interesse geral e os desafios colocados à contratação coletiva na União Europeia”;
- Audição “Orçamento da União Europeia para 2012”;
- Audição “Pacote da Governação Económica”;
- Plenário do Conselho Económico Social;
- Audição “Política Comum das Pescas”;
- Audição Pública Parlamentar “A Floresta que temos, A Floresta que queremos”;
- Conferência sobre “O Serviço Público de Comunicação social”;
- Reunião com Comissão de Reforma do Parlamento de Cabo Verde.

**Paralelamente, foram ainda organizadas e acompanhadas as seguintes cerimónias comemorativas e de homenagem:**

- Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos – Entrega do Prémio Direitos Humanos;
- Voluntariado: O Mundo chama por nós – Iniciativa da 12ª Comissão (XII Legislatura);
- Cerimónia Comemorativa de Evocação do Dia de Memória do Holocausto;
- Lançamento do Livro “Parlamentos: A Lei, A Prática e as Representações: da Idade média à Atualidade”;
- Cerimónia de Entrega de Doação de Documentação pertencente ao espólio do General João Pereira Bastos e espólio do coronel Hélder Ribeiro;
- Lançamento da Edição portuguesa da Obra Federalist Papers;
- Lançamento do “Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011”;
- Lançamento do Livro “José Estêvão: o Homem e a Obra”;
- Lançamento do livro “Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria”;

- Lançamento do Livro "Identidade (s) " de Manuel Casimiro;
- Lançamento do livro "Património Mundial de Ordem Portuguesa";
- Lançamento do livro "A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império";
- Sessão de fados na Assembleia da República;
- "Amarante seus produtos e tradições" na Assembleia da República;
- Tertúlia "Chá de saúde – Quero ser saudável" – Iniciativa da 9ª Comissão (XI Legislatura).

**2.5.4.** No início da XII Sessão Legislativa decorreu, pela segunda vez, a iniciativa de **acolhimento aos Deputados** no âmbito de uma nova legislatura, com o objetivo de ser disponibilizada, de imediato, não só a informação necessária ao exercício dos respetivos mandatos, como também ao processamento de abonos e remunerações. No processo de acolhimento, para além de ser preenchido o registo biográfico informatizado, há a possibilidade de fornecer os elementos informativos relativos ao funcionamento da AR.

## 2.6 Outros Encargos Parlamentares

A subatividade "Outros Encargos Parlamentares" no OAR2011 engloba apenas os montantes de despesa relativos às **quotizações de organizações internacionais**, representando 0,29% dos encargos globais assumidos, (cfr Quadro 4).

Os encargos assumidos em 2011 nesta subatividade, num total de €182.940,22 apresentam um crescimento de 34,66% relativamente ao ano anterior (€135.857,95), refletindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, nos seguintes termos:

**Quadro 17 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

Unidade: Euro

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	2010	2011	Var%
UIP	60.548,66	77.660,82	28,26%
UIP – Grupo Doze Mais	610,81	602,54	-1,35%
APNATO	0,00	33.289,00	n.a.
OSCE	27.989,00	27.989,00	0,00%
ASG UIP	577,24	389,86	-32,46%
APM	37.700,00	37.700,00	0,00%
Contrib. anual IPEX	1.674,00	1.804,00	7,77%
Várias	6.758,24	3.505,00	-48,14%
<b>Total</b>	<b>135.857,95</b>	<b>182.940,22</b>	<b>34,66%</b>

### 3. Atividades de Apoio

De acordo com o Quadro 4, as “Atividades de Apoio” corresponderam, em 2011, a 43,88% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se a subatividade “**Serviços da Assembleia da República**” como a mais representativa na estrutura de despesa, com 58,56% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respetivo agrupamento (Quadro 18).

**Quadro 18 – ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”**

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	OAR2011	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Serviços da Assembleia da República	17.784.494	16.071.346	90,37%	58,56%
Gabinete do Secretário-Geral	623.270	530.534	85,12%	1,93%
Formação	235.151	180.528	76,77%	0,66%
Ação Social	1.179.015	880.274	74,66%	3,21%
Despesas de Funcionamento	12.734.127	9.656.238	75,83%	35,18%
Gabinete Médico	142.843	125.964	88,18%	0,46%
<b>TOTAL</b>	<b>32.698.900</b>	<b>27.444.884</b>	<b>83,93%</b>	<b>100,00%</b>

O decréscimo de 8,40% dos encargos assumidos com as “Atividades de Apoio” (Quadro 19) reflete as reduções de encargos ao nível das subatividades “Serviços da AR” (- 8,70%) e “Despesas de Funcionamento” (-10,13%), em resultado das reduções remuneratórias e contratuais impostas pela Lei do OE2011, bem como das medidas de contenção definidas internamente pela AR e da redução de pessoal verificada em 2011.

**Quadro 19 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”**

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	Encargos Assumidos		Var%
	2010	2011	
Serviços da Assembleia da República	17.603.508	16.071.346	-8,70%
Gabinete do Secretário-Geral	499.238	530.534	6,27%
Formação	195.330	180.528	-7,58%
Ação Social	796.401	880.274	10,53%
Despesas de Funcionamento	10.745.179	9.656.238	-10,13%
Gabinete Médico	122.999	125.964	2,41%
<b>TOTAL</b>	<b>29.962.655</b>	<b>27.444.884</b>	<b>-8,40%</b>

#### 3.1 Gestão das Atividades de Apoio

No ano de 2011, a gestão das várias “Atividades de Apoio” continuou a pautar-se por objetivos direcionados: a uma contínua racionalização de recursos, à melhoria dos instrumentos de

controlo de gestão, à melhoria das condições de trabalho e das instalações, à abertura do Parlamento ao cidadão, à conservação do património imobiliário da AR e ainda à adoção de medidas com vista à melhoria ambiental.

**3.1.1.** No que se refere à **racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão**, merece ser assinalado que, **com vista à redução de custos obtida com a contratualização de aquisições de bens e serviços**, se iniciaram os trabalhos necessários à:

- Adoção de uma solução de comunicação unificada para a AR – Contratação de serviços de voz e de dados, numa solução de comunicação unificada, que permitirá à Assembleia da República, não apenas reduzir os seus custos financeiros, mas também simplificar as tarefas administrativas com o acompanhamento da execução dos contratos.

Neste âmbito, no segundo semestre de 2011, lançou-se o Concurso Público Internacional para a aquisição de uma solução de comunicação unificada para a AR.

- Renovação do parque reprográfico em regime de outsourcing - Procedeu-se ao lançamento do Concurso Público em 2011, o qual deverá ser concluído no primeiro semestre de 2012;
- Aquisição de serviços de transportes de passageiros em veículos automóveis com motorista para deslocações oficiais – A celebração deste contrato contribuirá para uma centralização/especialização deste tipo de serviço no GARIP. A assinatura deste contrato veio a ocorrer no 1º trimestre de 2012.

Ainda no âmbito dos objetivos relativos à **racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo e gestão**, bem como à utilização eficiente e otimizada dos recursos disponíveis, concretizaram-se as seguintes ações:

- Nas múltiplas áreas de atuação e intervenção previstas no artigo 20º da RAR nº 20/2004, de 16 de fevereiro, pela procura de excelência e prontidão na **resolução de problemas surgidos/solicitações externas**, assumindo, através do crescente conhecimento das pessoas e locais, uma constante atitude de vigilância e prevenção de potenciais situações problemáticas. Para este programa as ações passaram pelos seguintes projetos:

- a) Continuação da melhoria dos modelos relativos aos procedimentos concursais disponibilizados no SIGAR, com o objetivo de continuar a assegurar uma gestão integrada dos mesmos;

b) Implementação do controle dos montantes dos ajustes diretos com utilização do CPV (Common Procurement Vocabulary) no último trimestre de 2011, procedendo-se à classificação de todos os registos existentes no Sistema de Controlo de Ajustes Diretos (SCAD) com o respetivo CPV. A adoção pela contabilização ao nível do grupo permite distinguir os diferentes tipos de prestações, criando contas-correntes para cada um dos géneros e possibilitando o tratamento autónomo de objetos diferentes que até agora têm sido englobados num dos quatro seguintes itens: empreitada, fornecimento de bens, prestação de serviços e projetos de arquitetura e engenharia. A adoção desta nova metodologia revela-se mais adequada a uma gestão equilibrada da contratação levada a cabo pela AR.

Com a conclusão destas tarefas o SIGAR, em 2012, passou a deter de forma automática toda a informação relativa ao "controlo de montante por fornecedor", contribuindo para um acesso em tempo real à tomada de decisão.

- **Continuidade dos processos** que se inserem em múltiplas áreas de atuação, **assentes em princípios de economia, eficiência e eficácia**, nomeadamente:

a) Resposta às requisições de bens móveis e de consumíveis, com a inerente gestão de stocks, incluindo a manutenção atualizada de um inventário geral de bens móveis e imóveis da Assembleia;

b) Aplicação do "Regulamento Interno de Funcionamento do Armazém de Consumíveis" com o objetivo de melhorar a organização e funcionamento do armazém, procurando: agilizar todo o processo de aquisição de consumíveis, assegurando uma gestão e controlo mais eficientes e equilibrados do Armazém e, também, um planeamento adequado à atual estrutura organizacional da Assembleia da República. De salientar, igualmente, que do referido regulamento constam regras de contenção nos consumos de artigos disponíveis em armazém, as quais deverão ser cumpridas por todos os Serviços da Assembleia da República, Gabinetes e Grupos Parlamentares;

c) Abertura e sequência de procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, bem como do respetivo acompanhamento/fiscalização, procurando adaptar pessoas e métodos à realidade decorrente do novo regime legal da contratação pública;

d) Gestão continuada dos instrumentos contratuais de manutenção global ou parcial, com propostas de atualização, renovação ou não renovação dos mesmos, bem como elaboração de estatísticas periódicas acerca de consumos.

- e) Controlo, acompanhamento e correção de processos de aquisição no SIGAR – na vertente aprovisionamento.

**3.1.2** No que se refere à **política ambiental**, encontra-se a decorrer uma **auditoria tendente à certificação energética dos Edifícios da AR, a qual contribuirá para o conhecimento dos consumos energéticos e hídricos da AR.**

Com esta auditoria pretende-se, porém, não só implementar um sistema de certificação energética, dando a conhecer as medidas de melhoria do desempenho, com viabilidade económica, que a AR poderá implementar para reduzir as suas despesas com a energia e simultaneamente melhorar a eficiência energética dos seus edifícios, mas também avaliar o desempenho dos sistemas de climatização que devem assegurar uma boa qualidade do ar interior (QAI).

Neste âmbito, a AR têm adotado uma *política ambiental* cuidada e consciente, procurando a racionalização de consumos e custos através das seguintes medidas adotadas:

- ✓ Substituição de lâmpadas clássicas, tipo projetor, por lâmpadas de sistema LED;
- ✓ Redução da iluminação no parque de estacionamento em determinadas horas;
- ✓ Redução de consumos de água com a introdução de redutores de fluxo nas torneiras;
- ✓ Regulação das descargas dos autoclismos com a consequente diminuição do consumo de água;
- ✓ Instalação de variadores de frequência em diversos ascensores, dispositivos que aproveitam o percurso descensional do equipamento para acumular energia e reutilizá-la;
- ✓ Continuação da intervenção que visa dotar todas as casas de banho da Assembleia da República de dispositivos de deteção de movimento;
- ✓ Colocação de temporizadores em diversos equipamentos de ar condicionado tipo *split*, obviando a que estes permaneçam ligados durante a noite e aos fins de semana;
- ✓ Substituição de equipamentos de ar condicionado que se encontravam obsoletos, com incapacidade térmica e ineficiência energética, por aparelhos de nova geração;
- ✓ Aquisição de unidades de ar condicionado de gama de consumo A, por serem mais eficientes energeticamente e de baixo consumo.

**Importa ainda salientar a melhoria nas intervenções técnicas relacionadas com a área de climatização.** Com a adoção de um sistema de controlo e monitorização centralizados de AVAC para o Palácio de S. Bento, assistiu-se a uma melhoria significativa na climatização em diversas salas. A monitorização centralizada permite igualmente uma mais rápida deteção de avarias e consequente resolução mais eficaz das mesmas.

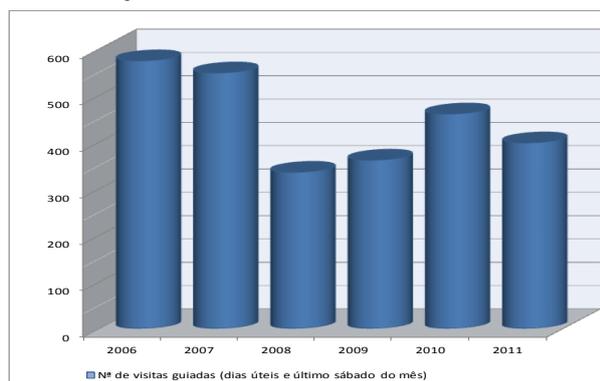
**3.1.3.** Uma das atividades dos SAR traduz-se na organização de **visitas guiadas** ao Palácio de S. Bento como um canal de comunicação envolvente, interativo e relacional do Parlamento português. Mais do que apenas dar a conhecer a história do lugar e da instituição, as visitas guiadas realizadas são um instrumento pedagógico e de cidadania.

No ano em apreço, realizaram-se 380 visitas guiadas em dias úteis e 18 no último sábado de cada mês, num total de 398 visitas, participadas por 14 524 cidadãos. Em relação a 2010, estes números traduzem uma redução de 13,4% no número de visitas guiadas e de apenas 11,8% no número de visitantes, variações que se revelam pouco expressivas face à circunstância de dissolução da AR.

Em 2011, foi organizado o serviço educativo de apoio à exposição “*Res Publica: Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820-1926*” (7 de outubro de 2010 a 31 de janeiro de 2011) e à exposição “*A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911*” (24 de outubro a 29 de dezembro). A primeira contou com um total de 377 visitantes exclusivos (202 em janeiro do ano em análise) e a segunda contou apenas com os visitantes integrados nas visitas ao Palácio.

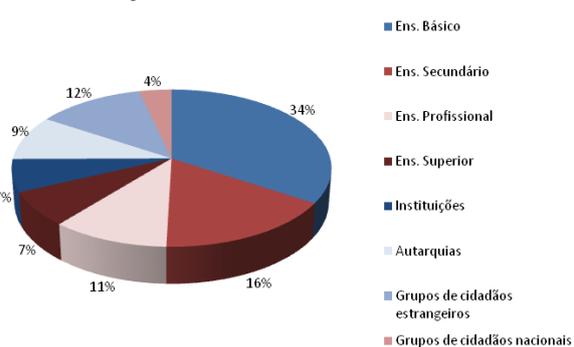
**Gráfico 5.1**

**EVOLUÇÃO DO Nº DE VISITAS GUIADAS**



**Gráfico 5.2**

**DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO**



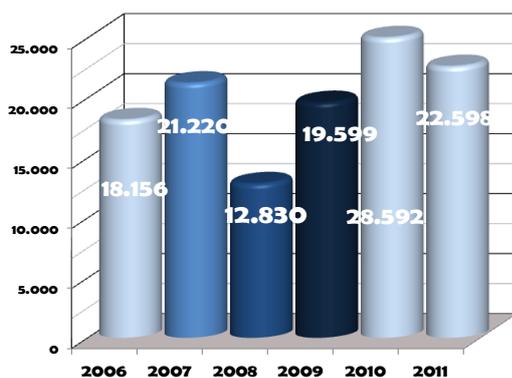
Em 2011, à semelhança do que ocorre há já mais de uma década, a Assembleia da República associou-se à comemoração das Jornadas Europeias do Património (JEP), pelo que o Palácio de S. Bento esteve de portas abertas, no último fim de semana de setembro, para acolher o maior número de visitantes alguma vez registado no âmbito desta iniciativa: 4 000. Sob o tema “Património e paisagem urbana”, a AR elaborou um programa educativo e cultural diversificado, que incluiu a mostra fotográfica “O Palácio de S. Bento na malha urbana”, a

oficina de expressão artística "Arquitetos por um dia...", a realização de jogos tradicionais e malabarismo, a atuação do grupo musical "Paganinus" e diferentes apontamentos musicais interpretados por estudantes de várias escolas de música, que decorreram nos espaços do Palácio de S. Bento.

Por outro lado, desde 2009 que a tradição de celebrar na Assembleia da República o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios e o Dia da Liberdade, no âmbito da iniciativa "**Parlamento de Porta Aberta**", tem trazido ao Palácio de S. Bento milhares de cidadãos interessados em conhecer melhor a sede do Parlamento português, as suas origens, funcionamento, história e património. 2011 não foi exceção e, uma vez mais, nos dias 18 e 25 de abril, mais de 2 100 visitantes de visitantes encheram de vida e movimento o Palácio de S. Bento.

Por outro lado, destaca-se a **exposição itinerante sobre a Assembleia da República e o Parlamentarismo**, apresentada no Governo Civil de Beja, Câmara Municipal da Vidigueira e Câmara Municipal de Ourique, bem como a **Comemoração do Dia Internacional dos Museus** – "Museus e Memória: os objetos contam a nossa história", exposição fotográfica de objetos relacionados com a história do Mosteiro de S. Bento da Saúde e com a história do Parlamento, (18/31 de maio).

**Gráfico 6.1**  
**EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS**



As **assistências às sessões plenárias** registaram a presença de 22 598 cidadãos que assistiram aos trabalhos parlamentares a partir das galerias da Sala das Sessões.

A informação ao cidadão surge concretizada através de um conjunto diversificado de ações, nomeadamente na manutenção do **portal de internet** do Parlamento – [www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt) -, de que se destacam: projeto *Sistema de Contributos a Iniciativas Parlamentares*, desenvolvido especificamente para as Comissões Parlamentares, que permite a gestão interna de



contributos a iniciativas parlamentares e o seu envio *online* através do portal; e procedimentos inerentes ao encerramento da XI Legislatura e abertura da XII, nomeadamente o desenvolvimento e implementação de um novo *site* para Sua Excelência a Presidente ad Assembleia da República.

Em termos estatísticos, o total de visitantes do portal foi de 2 094 176, o que representa uma média mensal de 174 515 acessos, traduzindo-se num aumento de 4,68% comparativamente a 2010.

Para além do portal de Internet, a informação ao cidadão foi veiculada em 2011 através da difusão de **53 notas à comunicação social**, valor que revela uma diminuição de quase 65% relativamente a 2010, possível consequência, uma vez mais, da suspensão dos trabalhos do Plenário e das Comissões Parlamentares na sequência da dissolução da AR. Em 2011, foram publicados 90 anúncios em jornais e revistas, mais 22 do que em 2010, sendo que 80 correspondem a publicações obrigatórias relativas a separatas do *Diário da Assembleia da República*. No que respeita aos meios televisivo e radiofónico, registou-se a transmissão de apenas um anúncio em cada um deles, ambos relativos à divulgação das Jornadas Europeias do Património 2011 (JEP), transmitidos como publicidade institucional.

A publicidade de iniciativas de cariz cultural, como as atividades desenvolvidas durante as JEP, o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios ou o Dia 25 de Abril, tem sido feita através da colaboração de várias entidades, em especial no sector dos transportes da Grande Lisboa, que, a título gracioso, consentem na colocação de cartazes informativos em autocarros, comboios, barcos e metropolitano.

O *mailing* direcionado e o recurso aos meios internos da AR que fomentam a comunicação com os cidadãos – o portal da Internet, o Canal Parlamento e o Boletim Informativo – têm também sido privilegiados em complemento ou alternativa às formas de divulgação acima referidas.

No que respeita ao **Boletim Informativo**, a sua desmaterialização, efetivada em outubro de 2009, e o carregamento automático de parte dos seus conteúdos pelos vários Serviços da AR veio permitir a disponibilização permanente e atualizada de informação essencial sobre as atividades parlamentares. Este facto fez desta agenda um recurso de referência e grande utilidade, em particular, por exemplo, para os órgãos de comunicação social.

**3.1.4** O programa **Parlamento dos Jovens** – uma iniciativa da Assembleia da República dirigida aos jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário - que culmina com a

realização de duas Sessões Nacionais na AR - em consonância e no cumprimento das orientações emanadas da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência e sob a gestão direta da Secretária-Geral, deu cumprimento aos objetivos projetados para a edição 2010/2011, registando-se a realização das sessões nacionais (básico e secundário) na Sala do Senado da Assembleia da República, em maio de 2011.

A calendarização minuciosa das ações do Programa, a subsequente programação e execução, com realce específico para a prévia organização e o empenhamento dos representantes das entidades parceiras: Assembleia da República, Ministério da Educação e Instituto Português da Juventude, a que se associaram ainda as Equipas de Apoio às Escolas, que diretamente fizeram o acompanhamento das Escolas participantes, contribuíram para o significativo impulso que se vem registando na participação das Escolas - **442** do ensino **básico** e **337** do ensino **secundário** – traduzida num total de **27.419** jovens envolvidos, representando um **aumento percentual global de 7,4%**, como se destaca no quadro:

	Básico		Secundário		Totais	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Escolas participantes	403	442	322	337	725	779
Turmas envolvidas	1.893	2.334	1.626	1.749	3.519	4.083
Alunos participantes nas listas eleitorais	11.959	17.902	8.376	9.517	20.335	27.419
Votantes nas eleições para as Sessões Escolares	93.212	110.336	55.319	61.654	148.531	171.990
Deputados eleitos para as Sessões Escolares	8.289	11.654	5.472	6.180	13.761	17.834
Alunos participantes nas Sessões Distritais/Regionais, eleitos nas Sessões Escolares	1.352	1.499	1.158	1.182	2.510	2.681
Nº de Escolas eleitas para a Sessão Nacional	65	64	65	63	130	127
Alunos eleitos para a Sessão Nacional	130	130	130	126	260	256

Cabe destacar ainda quer o impacto positivo do programa no seio da comunidade universitária e da sociedade civil em geral, bem como a atenção que tem merecido à comunicação social, quer o interesse pedagógico do programa na perspetiva do desenvolvimento de competências essenciais para a formação dos jovens, nomeadamente a capacidade de reflexão, o desenvolvimento do sentido crítico, o aperfeiçoamento da expressão oral, da capacidade de argumentação e a aprendizagem sobre as regras da democracia.

#### **Participação das Escolas dos círculos da Europa e Fora da Europa**

Também as Escolas da Europa e a do círculo Fora da Europa (A Escola Portuguesa de Macau) se fizeram representar nas duas sessões: básico e secundário.

### **Participação dos Deputados**

A Comissão Parlamentar de Educação e Ciência coordenou a participação dos Deputados nos debates a convite das Escolas, que se realizaram durante os meses de novembro de 2010 a fevereiro de 2011, com a presença de **355 Deputados em 355 Escolas das 358 que endereçaram convites**, destacando-se, também, a intervenção de Deputados em outras fases do programa, nomeadamente nas 20 Sessões Distritais, realizadas nos círculos eleitorais e nas Regiões Autónomas, bem como nas 2 Sessões Nacionais.

**3.1.5** A atividade de **Tradução** da Assembleia da República desenvolveu-se no ano de 2011 nas vertentes de tradução, retroversão, revisão de textos, de apoio linguístico aos Deputados, Gabinetes e Serviços da Assembleia da República.

À semelhança de anos anteriores, os textos traduzidos consistiram em documentação de apoio a conferências e reuniões de assembleias parlamentares, pareceres da Comissão de Assuntos Europeus, regulamentos das comissões parlamentares, intervenções de deputados, questionários, relatórios, textos para publicações, programas e correspondência, com especial destaque para o apoio ao nível de tradução dado às reuniões da Comissão da Cultura da APEM, bem como na atualização da página da Internet do Parlamento, na mudança de legislatura.

Na área da Terminologia, foi aumentado o corpus da BDTT-AR e foram disponibilizadas na *Intranet* e na *Internet* as primeiras definições de termos. Para além disso, a base de dados textual foi igualmente disponibilizada na *Intranet* e *Internet*, permitindo aumentar as potencialidades de pesquisa ao nível terminológico, mas também ao nível do próprio texto.

Realce-se ainda a organização, em parceria com a Procuradoria-Geral da República, do 2º Encontro de Tradutores da Administração Pública.

## **4. Atividade Editorial**

Em 2011, a atividade editorial e cultural da AR consubstanciou-se na edição de livros, agendas, convites e outros materiais promocionais, na produção de peças e artigos evocativos do Parlamento, na organização de sessões de lançamento de livros, na produção e acompanhamento de exposições e na divulgação do Parlamento através da Livraria Parlamentar e da participação na Feira do Livro de Lisboa.



A Divisão de Edições coordenou a edição de 25 livros, em que se salientam os títulos da Coleção Parlamento, com uma nova imagem gráfica: *José Estêvão: o Homem e a Obra*, de José Manuel Tengarrinha, *A questão religiosa no Parlamento*, Volume 2, de Maria Cândida Proença e Volume 3, de Paula Borges Santos; *António José de Almeida: o tribuno da República*, de Ana Paula Pires, *Magalhães Lima: um Idealista Impenitente*, de António Ventura, *Salazar e as eleições: um estudo sobre as eleições gerais de 1942*, de José Reis Santos e *Governo de Pimenta de Castro: um general no labirinto da I República*, de Bruno J. Navarro (Prémio “O Parlamento e a República” 2010). Destacam-se ainda o catálogo da exposição *A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911*, o fac-simile de *A forja da lei*, de Joaquim Madureira e a edição atualizada de *O Parlamento de Portugal* (português, inglês, francês e espanhol). Tendo em conta o início da XII Legislatura, procedeu-se à reedição com atualizações das seguintes obras: *Regimento da Assembleia da República*, *Colectânea parlamentar* e *Manual do Deputado*.

Em 2011, iniciaram-se ainda os trabalhos de preparação dos livros *Os Presidentes do Parlamento* (volume 2 – I República), coordenado por Fernando de Sousa, *Bernardino Machado: uma Vida de Luta*, de Alice Samara, *Pinheiro Chagas: uma biografia*, de António Pedro Barbas Homem, *José Domingues dos Santos: o “defensor do povo”*, de António José Queiroz, *António Granjo: República e Liberdade*, de Ernesto Castro Leal e Teresa Nunes, *Das urnas ao Hemiciclo: Eleições em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, coordenado por Pedro Tavares de Almeida e Javier Moreno Luzón, *Atas do Congresso Internacional I República e do Republicanismo*, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo e Oposição e eleições no Estado Novo*, de Mário Matos e Lemos e Luís Reis Torgal. Estes livros adotam já o novo acordo ortográfico.

A Divisão de Edições concebeu e editou, ainda, a agenda para 2012 com imagens do edifício do Parlamento desde o século XVII (Mosteiro de São Bento da Saúde) à atualidade e três modelos de cartões de Natal.

Em 2011, um júri constituído pelos Professores António Reis, João Carlos Espada e José Barata Moura atribuiu o Prémio “O Parlamento e a República” ao trabalho de Bruno J. Navarro sobre o Governo de Pimenta de Castro (editado na Coleção Parlamento).

Dos diversos materiais editados relativos à história e à atividade parlamentar, destacam-se o jornal da exposição *A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911*, a publicação *O Parlamento* a atualização da brochura *Uma visita à Assembleia* e o conjunto de programas/convites e cerimoniais executados para os eventos que tiveram lugar no Parlamento, nomeadamente a Posse do Presidente da República.

Destaca-se a criação da imagem gráfica e a produção de materiais para eventos que tiveram lugar na Assembleia da República, nomeadamente para o Parlamento dos Jovens, Jornadas Europeias do Património e sessão de encerramento das Comemorações do Centenário da República. Em 2011, foi ainda criada uma imagem coordenada para os eventos organizados pelas Comissões Parlamentares.

Em 2011, foram editados 29 novos artigos para venda e objetos institucionais. Procurou-se a dignificação dos objetos evocativos da Assembleia da República, visando a edição de peças exclusivas e o desenvolvimento da ideia de coleções de artigos. Neste sentido, foram desenvolvidas as linhas de *merchandising* inspiradas nos ferros da Sala do Senado e na pintura *Lex* da Sala dos Passos Perdidos. Foram criados ainda novos artigos da coleção “Amigos da Assembleia” e executada uma réplica em porcelana *biscuit* do busto da República, da autoria de Tomás Costa.

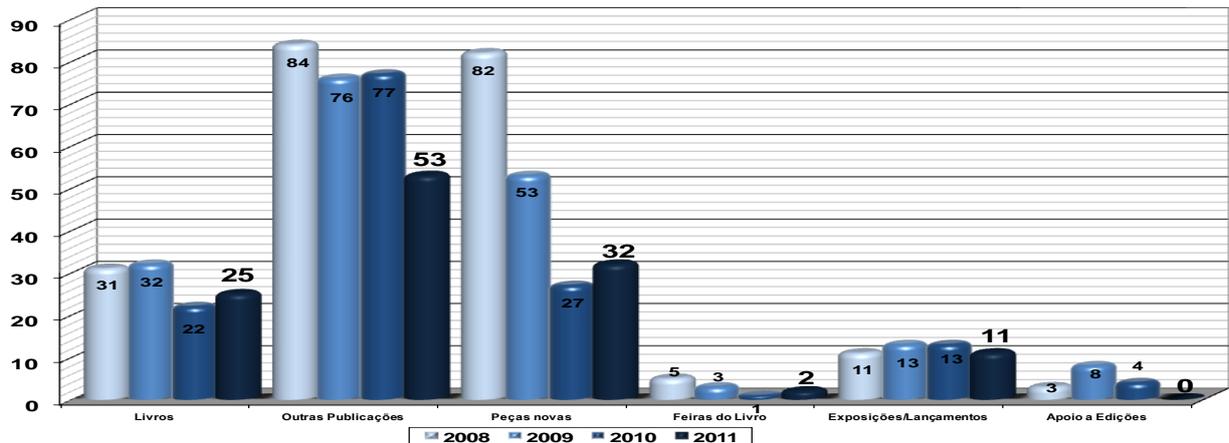
Foram organizadas nove cerimónias de apresentação de livros editados pela AR e por editoras externas e manteve-se a participação na Feira do Livro de Lisboa.

A Divisão de Edições organizou a exposição *A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1911* (outubro-dezembro), comissariada por Jorge Miranda, que esteve patente na Sala dos Passos Perdidos, e desenvolveu o grafismo da exposição *O Palácio de São Bento na Malha Urbana* (setembro).

**Quadro 20 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS**

<b>Atividade Editorial</b>	<b>2011</b>
<b>Livros</b>	
Impressos	21
Eletrónicos	4
<b>Material Promocional</b>	
Brochuras, folhetos	15
Postais, marcadores, convites, cartazes, anúncios	36
Agendas	2
<b>Peças</b>	
Peças novas: estanhos, porcelanas, peles, cristais e	32
<b>Exposições</b>	
Organização	2
<b>Feiras do livro</b>	
Lisboa e AR – Natal na Livraria Parlamentar	2
<b>Lançamentos de livros</b>	<b>9</b>

Gráfico 7 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL



Como se pode retirar deste gráfico, a contenção orçamental que a AR vem mantendo em 2010 e 2011 refletiu-se na natural redução desta atividade.

## 5. Cooperação Interparlamentar

### 5.1 Bilateral

No âmbito da Cooperação estabelecida com os Parlamentos de Língua Portuguesa, durante o ano de 2011, importa destacar, para além das atividades elencadas infra, a assinatura de três novos Programas de Cooperação integrados, pluridisciplinares e plurianuais. Estes Programas de Cooperação Parlamentar dão continuidade a projetos anteriores, consolidam as competências dos Serviços e funcionários desses parlamentos e promovem a troca de boas práticas:

#### Junho:

- Programa de Cooperação celebrado em junho com a Assembleia da República de Moçambique para o período 2011/2013;

#### Dezembro:

- Programa de Cooperação celebrado em dezembro com a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau para o período 2012/2014;
- Programa de Cooperação celebrado em dezembro com a Assembleia Nacional de Cabo Verde para o período 2012/2014.

Ao nível das atividades desenvolvidas durante o ano de 2011, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar, salienta-se:

### **Cooperação com a Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV)**

No quadro do Programa de Cooperação assinado em 27 de abril de 2009, foram desenvolvidas as seguintes ações:

**Janeiro** – Curso “Técnicas de Redação em Língua Portuguesa” (ANCV);

**Março** – Formação *on the job* na AR, na Área do Protocolo, de um funcionário da ANCV, por ocasião da Cerimónia de Tomada de Posse do Presidente da República;

**Abril** - Formação *on the job* na AR, na Área do Protocolo, de um funcionário da ANCV, no âmbito da organização de sessões solenes e/ou outras cerimónias comemorativas;

- Formação *on the job* na AR (DAPAT), de dois funcionários da área da Gestão Patrimonial da ANCV;

- Formação *on the job* na AR (DGF), de duas funcionárias dos Serviços Administrativos e Financeiros da ANCV, na área do processamento de “Abonos a Deputados”;

- Formação *on the job* na AR (DRAA), de três funcionários da área de Redação e Apoio Audiovisual da ANCV;

**Mai**o - Formação na Área da Biblioteca, Documentação e Informação Parlamentar e Arquivo (ANCV);

**Outubro** - Formação *on the job* na AR (CINF e DRAA), de dois funcionários do Centro de Informática da ANCV nas seguintes áreas: implementação de serviços de gestão de tecnologias de informação, de uma intranet para a ANCV, do projeto de informatização da bancada das Sessões da ANCV e na reestruturação do *data centre* da ANCV;

**Novembro** - Formação especializada na Área da Gestão Financeira (ANCV);

**Dezembro** - Visita à AR do Secretário-Geral da ANCV, de cujo programa constaram reuniões de trabalho com a Secretária-Geral, com o Auditor Jurídico e com os responsáveis dos Serviços da AR. No âmbito desta visita, destaca-se a assinatura pelos Secretários-Gerais da AR e da ANCV do Relatório de Avaliação Final do Programa de Cooperação 2009-2011, o qual expressou o valor positivo das ações desenvolvidas e a notória melhoria das capacidades profissionais dos dirigentes e técnicos da ANCV envolvidos. Em termos quantitativos, a taxa de execução do programa de cooperação 2009/2011 foi de 92%. Também nesta visita foi assinado o novo Programa de Cooperação para 2012-2014.

- Visita de uma Delegação da ANCV da Comissão Especializada da Reforma do Parlamento de Cabo Verde, composta pelo Presidente da Comissão, Deputado Arnaldo Andrade, os Deputados Jorge dos Santos e Lívio Lopes e o Técnico Paulo Veríssimo. Realizaram-se reuniões de trabalho com os Deputados José de Matos Correia (PSD) e Luís Pita Ameixa (PS), no âmbito da Reforma do Parlamento, com as Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CADLG) e de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP),



com a Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP) e com a Secretária-Geral da AR sobre o Processo de Modernização do Parlamento.

### **Cooperação com a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB)**

No quadro do Programa de Cooperação assinado em 17 de fevereiro de 2009, manteve-se em funções a tempo inteiro, junto da ANPGB, uma Leitora de português para o ensino da língua portuguesa aos Deputados e Funcionários guineenses e foi recrutado pela AR um consultor informático guineense para acompanhar o processo de informatização da ANPGB e dinamizar a utilização dos meios informáticos por parte dos serviços parlamentares guineenses. Neste âmbito realizou-se uma missão à ANPGB para avaliar a evolução do processo de informatização do Parlamento guineense.

Em julho, decorreu na AR um estágio *on the job* nas áreas de Protocolo e Relações Públicas para um funcionário da ANPGB.

Em resultado da parceria estabelecida entre a AR/União Interparlamentar/PNUD realizaram-se duas missões:

**Fevereiro** - Missão de avaliação técnica das atividades relativas à transcrição dos debates parlamentares da ANPGB;

**Julho** - Missão de reforço das capacidades da ANPGB sobre o controlo parlamentar e orçamental.

Com o objetivo de proceder à avaliação final do Programa de Cooperação 2009/2011 e definir um novo Programa de Cooperação Parlamentar para o período 2012/2014, deslocou-se à ANPGB uma missão da AR, que procedeu ainda à verificação final do projeto de informatização e à elaboração de um parecer favorável para a renovação do contrato da Leitora de Língua Portuguesa e do Consultor Informático, ambos sediados no Parlamento guineense.

### **Cooperação com a Assembleia da República de Moçambique (ARM)**

No âmbito da Cooperação Parlamentar estabelecida com ARM desenvolveram-se as seguintes ações:

**Janeiro** - Visita de estudo à AR de uma Delegação da ARM/ *Westminster Foundation for Democracy* (WFP) no âmbito da Cooperação Portugal/Moçambique sobre o processo de instalação de um Centro de Formação Parlamentar em Moçambique. A Delegação foi constituída pelo Secretário-Geral da Assembleia da ARM, Baptista Ismael Machaieie; por um representante da WFP, Felisberto Mulhovo e por um Assessor do Secretário-Geral da ARM, Albano Macie;



**Junho** - Missão de uma Delegação da AR, que integrou a Secretária Geral da Assembleia da República, à ARM para assinatura de um novo Programa de Cooperação Parlamentar para 2011/2013; após avaliação com os vários serviços deste parlamento das suas carências e prioridades.

**Agosto** – a convite da ARM, o Diretor do Centro de Formação da deslocou-se a Maputo para participar no lançamento do Centro de Estudos e Formação Parlamentar da ARM;

### **Cooperação com a Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe (ANSTP)**

No âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar para 2010/2012, realizaram-se as seguintes ações:

**Março** – seminário em São Tomé, destinado a Deputados e Funcionários da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, sobre “O reforço das competências de fiscalização dos Parlamentos e respetivos instrumentos”. A delegação da Assembleia da República foi composta pelos Deputados Filipe Neto Brandão (PS) e António Filipe (PCP) e pela Chefe de Divisão de Apoio às Comissões;

**Abril** - Missão de assistência técnica para reforço da formação nas áreas de arquivo intermédio e bases de dados bibliográfica na ANSTP;

**Mai**o - Formação *on the job* na AR para três revisores da ANSTP (9 a 13 de maio);

**Julho** -Assessoria na implementação de sistema de fornecimento de energia permanente no Centro de Processamento de Dados da ANSTP (julho);

**Julho** – Estágio *on the job* nas áreas das relações internacionais, protocolo e relações públicas para dois funcionários da ANSTP;

**Agosto** - Formação para dois técnicos da área de informática nos Serviços de Informática da AR.

Acrescem ainda:

**Março** – Doação de 1 processador para servidor HP DL380, 2 unidades de memória de 1 Gb e de 1 scanner;

**Agosto** - Envio de material informático diverso solicitado pela ANSTP (4 servidores, 10 baterias para UPS, 1 robot backup e 10 tapes);

**Novembro** - Fornecimento de material de acondicionamento de documentos de arquivo.

### **Cooperação com o Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL)**

No âmbito da cooperação parlamentar estabelecido com o PNTL para o período 2009/2012 desenvolveram-se as seguintes atividades:

- Continuação em Díli, a exercer funções junto do Parlamento Nacional, de um Quadro Superior da AR, na qualidade de Encarregada de Missão, com o propósito de

promover, dinamizar e acompanhar as ações no âmbito da cooperação técnica parlamentar luso-timorense;

- Continuação da contratação de uma Leitora de Língua Portuguesa, a exercer funções no Parlamento Timorense, em regime de exclusividade, para ministrar aulas de Língua Portuguesa a Deputados e a Funcionários;
- **Fevereiro** - Estágio do Diretor de Serviços de Pesquisa e Informação Técnica, no Centro de Informático da Assembleia da República;
- **Dezembro** - Missão de Assistência Técnica a Timor-Leste na área da informática, com vista ao desenvolvimento de competências na implementação de uma intranet e assistência técnica em segurança de rede;
- Estágios do Chefe do Património, Logística e Serviços Gerais e da Chefe dos Recursos Humanos, Serviços Administrativos e Atendimento aos Deputados e Bancadas na área de Gestão do Parlamento, na DAPAT, DRHA e Divisão de Serviços Financeiros da AR;
- **Setembro**- Estágio na Divisão de Apoio ao Plenário da AR para dois funcionários do PNTL, sobre conhecimentos teóricos e práticos nas diversas valências que revestem o apoio ao plenário;
- Estágio na AR para dois técnicos da área de Arquivo e Biblioteca do PNTL, na área corresponde de Arquivo e Biblioteca da AR;
- **Janeiro/Fevereiro** - Missão de Assistência Técnica na área do Arquivo, para apoio técnico na estruturação do serviço de Arquivo, na elaboração de regulamentos de arquivo corrente, no fornecimento de uma aplicação de registo de correspondência para gestão dos fluxos de expediente e na ação de formação em técnicas de registo de correspondência;
- **Julho** - Estágio na Assembleia da República, no GARIP, para dois funcionários do PNTL sobre relações públicas, comunicação e educação cívica e na área das relações internacionais, protocolo e segurança;
- Afetação ao PNTL, por um período de quatro semanas de uma vez e por oito semanas da outra, uma Técnica do Protocolo da Assembleia da República para prestar assessoria na área do Protocolo Parlamentar, cujas ações incidiram na organização das reuniões a cargo do Parlamento Nacional de Timor-Leste no quadro da 3ª Assembleia Parlamentar da CPLP;
- Foram ainda fornecidos pela Assembleia da República ao PNTL 2.000 exemplares da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, em versão bilingue português-tétum, 35 monografias de carácter técnico e 480 exemplares do Livro a Fada Oriana.

## 5.2 Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, e enquadrado nas atividades da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), a Assembleia da República organizou o seguinte Encontro Interparlamentar:

### **I Encontro Interparlamentar de Quadros das Áreas de Relações Internacionais, Relações Públicas e Protocolo dos Parlamentos dos PLP** (Lisboa, Portugal), de 11 a 15 de julho.

Igualmente no âmbito das atividades da ASG-PLP decorreu em Díli, de 16 a 19 de maio, organizado pelo Parlamento Nacional de Timor-Leste, o **VI Encontro dos Quadros Informáticos dos PLP**, no qual a AR esteve representada.

Ainda enquadrado no programa de atividades da ASG-PLP, decorreu em Brasília o **II Encontro Interparlamentar de Quadros das Áreas de Documentação, Informação e Arquivo dos PLP** – 28 de novembro a 2 de dezembro, no qual a AR também esteve representada.

O **XII Encontro da ASG-PLP** decorreu em Díli, Timor-Leste, de 20 a 23 de setembro, tendo participado os Secretários-Gerais dos Parlamentos de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste.

De acordo com o Programa do Encontro foram apresentados e debatidos variados temas, pelos Secretários Gerais presentes, tendo merecido especial interesse o respeitante ao “Orçamento da Assembleia da República de Portugal de 2012 – contenção exemplar”.

Destaca-se ainda que, no decurso do Encontro, foram apresentados os Relatórios de atividades dos parlamentos pelos respetivos Secretários-Gerais e aprovado o Plano de Atividades para 2011-2012.

## 6. Gestão das Tecnologias de Informação

Em 2011 a Gestão das Tecnologias de Informação da Assembleia na República (AR) foi condicionada pelo objetivo de incrementar a eficácia e eficiência dos serviços prestados aos utilizadores do sistema informático.

Tendo em conta o fim antecipado da XI legislatura, e o conseqüente início da XII, foi necessário proceder-se a nova avaliação das prioridades definidas para os projetos e tarefas a serem realizados pelo Centro de Informática (CINF), permitindo a preparação da infraestrutura necessária a uma adequada receção dos novos Deputados.

Em termos gerais, a gestão das TI na AR durante 2011 deu continuidade aos projetos resultantes da implementação das recomendações do INESC e da auditoria de segurança realizada à

Entidade Certificadora da AR (ECAR) e à aplicação da resolução do Software Livre, promoveu as ações necessárias à mudança de legislatura e acrescentou funcionalidades a soluções já existentes, com claras vantagens em termos de custos.

**6.1** No âmbito das **recomendações de INESC e da Auditoria à ECAR**, foram realizados os seguintes trabalhos:

. **Consolidação da infraestrutura de servidores**, com o intuito de descontinuar aplicações e serviços redundantes ou que já se encontrassem desatualizados;

. **Expansão da capacidade de processamento e armazenamento**, melhorando a resposta dos servidores existentes, com o aumento do espaço disponível para armazenamento e da capacidade de processamento, permitindo desta forma disponibilizar novos servidores para a implementação de novas soluções;

. **Implementação de medidas de segurança lógica da informação** - na sequência da aquisição do sistema de auditoria, que veio permitir assegurar um reforço na segurança aos Grupos Parlamentares, o CINF implementou a auditoria nas pastas e ficheiros identificados por cada Grupo Parlamentar como informação sensível, a qual que por este motivo, necessita de mecanismos adicionais de proteção O sistema de auditoria foi sujeito ao desenvolvimento de novas funcionalidades para garantir uma maior eficácia dos mecanismos de auditoria ao sistema de correio eletrónico e suas caixas de correio;

. **Aquisição de equipamentos ativos de rede** com capacidade de fornecer alimentação elétrica a outros dispositivos através da ligação de Rede (capacidade *PoE – Power Over Ethernet*), para dar resposta às dificuldades no acesso à rede reportadas pelos utilizadores do Novo Edifício. Foi ainda concluída a atualização dos equipamentos de rede instalados no mesmo edifício e a adequação da estrutura de rede ao número de postos de trabalho atualmente existente. Sobre este tema importa ainda realçar que foram substituídos equipamentos de rede que se encontravam em final de vida útil, garantindo assim a operacionalidade da rede da AR e assegurando uma melhoria efetiva do funcionamento dos gabinetes dos Grupos Parlamentares do Edifício Novo;

. **Substituição de Equipamentos de rede Sem Gestão (Hubs)**- foi concluído o processo, iniciado em 2010, de retirada de equipamentos de rede sem gestão (Hubs e Microswitches). Estes equipamentos foram substituídos por equipamentos de gestão remota e com melhor desempenho;

. **Integração dos sistemas de controlo de acesso (sCA) e de deteção de intrusão e alarmística (sDIA)** instalados no CPD e na ZAS, permitindo assim uma gestão mais eficaz das soluções e um maior controlo de segurança. Na ZAS foram também instalados detetores de intrusão;

. Aquisição de **solução de proteção na ligação à internet** - tendo-se verificado um aumento significativo de tentativas de ataque e intrusão aos sistemas informáticos da AR, e embora estes não tenham sido bem-sucedidos, considerou-se importante reforçar a segurança dos sistemas informáticos. Para tal foram contratados serviços de bloqueio e combate a estes ataques, ao nível do provider de internet da AR, reduzindo assim os ataques diretos ao site da AR;

. Implementação **das boas práticas ITIL** - A adoção das boas práticas ITIL tem por objetivo garantir que os serviços de tecnologia de informação e a sua prestação apresentam a qualidade necessária e suficiente ao funcionamento da AR;

O projeto será executado de forma faseada, tendo-se iniciado em 2011 a 1ª fase. Nesta 1ª fase serão definidos e implementados os processos de gestão de incidentes, gestão de pedidos de serviço, gestão de problemas, gestão das alterações, gestão da configuração, gestão do catálogo de serviços e melhoria contínua;

. **A atualização da ferramenta de apoio à Gestão dos serviços de Tecnologias de Informação** foi fundamental para a implantação dos processos definidos no projeto de adoção das boas práticas ITIL. Esta ferramenta detém as funcionalidades necessárias para uma quantificação rigorosa da quantidade e qualidade do trabalho produzido pelos técnicos do CINF. A ferramenta permite ainda detetar automaticamente o equipamento informático ligado à rede, nomeadamente computadores, software instalado, impressoras e periféricos;

. **Estudo e implementação de um “projeto-piloto” para a implementação de um sistema de comunicações unificadas**, que virá a proporcionar uma maior interligação entre os Deputados e seus assessores, Serviços e seus funcionários. Este projeto vem ainda disponibilizar uma ferramenta que permite, sem custos associados, a realização de videoconferências e chamadas de voz utilizando a rede da AR. Este projeto, para além de responder a uma das recomendações do INESC, vem também na sequência da pesquisa de soluções que permitam uma redução de custos, permitindo simultaneamente aos Deputados e técnicos a participação remota em reuniões, seminários e eventos;

. **Expansão da rede wireless** a todo o edifício Novo, permitindo aos senhores Deputados o acesso à rede através dos seus equipamentos móveis em qualquer ponto do edifício.

. A **implementação** de um “projeto-piloto” para a escolha da **plataforma de monitorização da rede informática**.

**6.2** No que respeita à **Resolução n.º 53/2007 – Software Livre**, durante 2011 foram desenvolvidas funcionalidades que integrarão a nova versão do sistema operativo Ubuntu, que se prevê sair em maio de 2012. Será esta a versão que o CINF disponibilizará aos Deputados que pretendam trabalhar com um posto “livre”. As novas funcionalidades desenvolvidas permitirão uma melhor integração dos postos de trabalho com impressoras, o mapeamento de drives, a implementação do novo acordo ortográfico com a disponibilização de um novo dicionário, entre muitas outras.

**6.3** Apesar das condicionantes orçamentais, o CINF procurou melhorar as soluções colocadas ao dispor dos seus utilizadores, tanto ao nível da performance como através do desenvolvimento de **novas funcionalidades ou mesmo com o aumento do âmbito da utilização das soluções**. Com este intuito foram desenvolvidas as seguintes tarefas:

. Introdução de novas funcionalidades da aplicação de **entrega de Perguntas e Requerimentos em formato eletrónico**, visando a redução da complexidade e do tempo do processo desde a entrega por parte dos Deputados até ao envio para o Ministério dos Assuntos Parlamentares ou para outra entidade Por despacho do Senhor Presidente da AR, a entrega de perguntas e requerimentos passou a ser feita obrigatoriamente de forma eletrónica. Face a esta deliberação, foi necessário dotar esta aplicação de uma capacidade de resposta e de simplicidade de utilização que permitisse a sua utilização massiva. Para tal, a aplicação foi reformulada, visando a redução do tempo do processo de assinatura e validação dos processos por parte da Mesa bem como a simplificação do processo em geral;

. **Atualização da plataforma de Base de Dados SQL, da versão 2005 para 2008** – executada ao longo do ano e permitindo a melhoria da performance das aplicações disponibilizadas pelo CINF;

. **Estudo de uma solução de arquivo de emails e ficheiros** – O volume de informação armazenado nos servidores da AR tem crescido de forma exponencial. Para dar resposta a esta questão o CINF tem vindo a adquirir hardware e a executar, de forma criteriosa, a gestão da infraestrutura existente, com o intuito de disponibilizar capacidade em disco adequada às necessidades da organização. Constatando que muita da informação armazenada nas caixas de correio e servidores, apesar de importante e necessária, se encontra já ultrapassada, durante 2011 o CINF estudou diversas soluções existentes no mercado com o intuito de planear a implementação de uma solução que venha melhorar a gestão, armazenamento e arquivo da

informação, com base em critérios de tempo, otimizando assim os recursos existentes. A solução encontrada será implementada em 2012;

. **Estudo de um antivírus alternativo à solução existente na AR** - O antivírus instalado nos postos de trabalho da AR, apesar de bastante eficaz, tem um peso significativo na performance dos mesmos. As restrições orçamentais não permitiram a substituição dos equipamentos dos Serviços da AR e dos portáteis dos Senhores Deputados por modelos mais recentes e com melhor performance. Assim, foi estudada a pesquisa de uma solução de antivírus igualmente eficaz mas cujo impacto nos postos de trabalho seja menor, melhorando a resposta dos computadores existentes na AR;

. **Aquisição de sistema de videoconferência**, permitindo aumentar a participação em eventos e reduzir os custos associados a viagens e alojamentos. O equipamento adquirido é portátil e pode-se ligar em qualquer ponto de rede, tornando a sua utilização mais simples, económica e abrangente;

. **Instalação de rede informática na portaria do parque de estacionamento** subterrâneo da Assembleia da República, permitindo a ligação deste serviço à rede da AR;

. **A implementação das medidas necessárias para a adoção do novo acordo ortográfico na Assembleia da República** - Para a aplicação do novo Acordo Ortográfico nos documentos oficiais da AR, foi necessário proceder aos testes de implementação e utilização de ferramentas para apoio dos utilizadores durante o processo de transição. Para tal o CINF instalou um corretor ortográfico, integrado com as ferramentas de produtividade, permitindo assim a deteção e correção dos erros ortográficos durante a elaboração dos documentos. Estas ferramentas são o garante para a redação uniforme dos atos publicados em Diário da República e no site do Parlamento;

. **Disponibilização de software de conversão de ficheiros em formato PDF para formato DOC** para substituição da funcionalidade do software Adobe Acrobat de conversão de documentos em formato PDF para documentos Word (formato doc). Este software foi disponibilizado a todos os utilizadores da AR;

. **Disponibilização de software para assinatura digital de ficheiros em formato PDF**, permitindo assim tirar partido dos certificados de assinatura digital fornecidos pela ECAR;

. **Instalação de um servidor BlackBerry** - a pedido de membros do Conselho de Administração, foi instalado um servidor BlackBerry que permite a sincronização de correio eletrónico, contactos, tarefas e calendário com os *smartphones BlackBerry*;

. **Aquisição** de software para a **Prescrição eletrónica de medicamentos** para os médicos do Gabinete Médico da AR, dando cumprimento à legislação que obriga a que a prescrição de medicamentos ser feita de forma eletrónica;

. **Introdução de alterações e melhorias** à aplicação de **Gestão da Tramitação do Processo Legislativo do Orçamento de Estado na AR (PL@OE)**, para adaptação às novas regras do processo e com o objetivo de aproximar cada vez mais a aplicação às necessidades dos utilizadores e cidadãos. Esta aplicação fornece informação relativa à tramitação do Orçamento de Estado na AR, disponibilizada ao público a partir da página do Parlamento e à AR em geral através da sua *Intranet*;

. **Desenvolvimento** e implementação do **Sistema de Identificação e Registo de Acessos à AR (SIRAR)** - Visando reduzir o tempo de espera dos visitantes, facilitar o trabalho de registo aos Agentes de Segurança no registo dos visitantes e fornecer dados relativos aos visitantes presentes na AR num determinado momento, foi implementado um sistema de identificação e registo de acessos à AR. Esta aplicação permitirá ainda aumentar a segurança e dignidade do Parlamento, e o controlo automático de visitantes à AR nas portarias existentes;

. **Substituição das Baterias do Sistema de alimentação ininterrupta do Centro de Processamento de Dados (CPD)**, que fornecem energia alternativa a todos os equipamentos residentes no CPD;

. **Ligação da aplicação PLC à base Audiovisual**, permitindo a disponibilização dos filmes das intervenções efetuadas em plenário nos ecrãs de pesquisa das intervenções.

**6.4** Tal como foi referido anteriormente, **a realização em 2011 de eleições legislativas antecipadas** obrigou à antecipação de alguns dos projetos do CINF para dar resposta ao processo de início da Legislatura. Para tal foram desenvolvidas as seguintes atividades:

. **Instalação e apoio à infraestrutura tecnológica de suporte ao Acolhimento aos Deputados**, com a instalação da rede no Salão Nobre, preparação e instalação dos postos de trabalho e impressoras para o evento, testes de submissão eletrónica de formulários, implementação de mecanismos de digitalização de assinatura e digitalização de documentos de identificação, criação de base de dados para o registo dos Deputados, criação dos novos utilizadores no sistema informático, emissão e entrega do cartão de Deputado de assinatura qualificada e autenticação;

. **A aquisição e implementação do sistema de Gestão de cartões de Certificados digitais (Card Management System)** dando resposta a algumas necessidades urgentes, das quais se

destacam a resposta a não conformidades assinaladas nas auditorias realizadas à ECAR, e procedendo à desmaterialização e automatização das tarefas inerentes à emissão dos cartões criptográficos e respetivos certificados, incluindo o cartão de Deputado. Esta solução centralizou e simplificou a atividade de certificação digital e permitiu a redução da possibilidade de erro humano e do tempo da prestação do serviço, representando um reforço da segurança de emissão de cartões e certificados digitais.

A atividade de certificação digital assume uma relevância significativa no início de cada Legislatura.

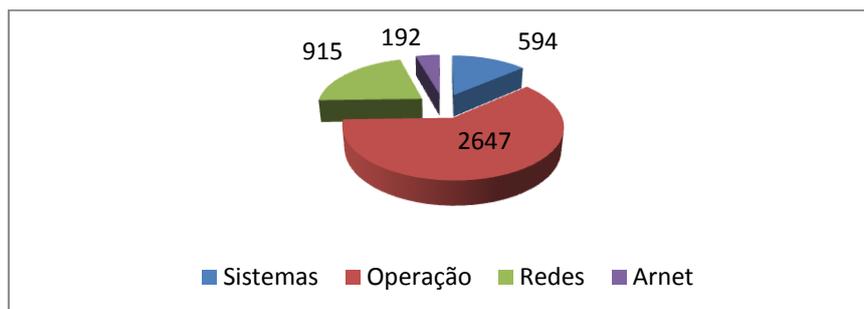
No intuito de rentabilizar o investimento realizado pela AR na atividade de certificação, foi alargado o âmbito dos destinatários dos certificados, passando a ser possível a emissão de certificados digitais para os utilizadores das Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira, e para os colaboradores dos organismos autónomos que funcionam junto à AR;

. **A alteração dos processos Mercúrio de emissão de certificados digitais, assim como o desenvolvimento dos processos desmaterializados de suspensão, revogação e reativação dos certificados** que, em articulação com o Sistema de Gestão de Cartões de Certificados Digitais, permitiu desmaterializar os processos administrativos de suspensão, reativação e revogação de certificados, contribuindo assim para uma gestão mais eficaz do ciclo de vida dos certificados;

. **Aquisição de portáteis** para os novos Deputados – com o início da XII Legislatura, foi necessário proceder à aquisição de portáteis para os novos Deputados eleitos. Relativamente aos reeleitos a AR optou, por razões de redução de custos, por não proceder à substituição dos equipamentos atribuídos;

**6.5** No âmbito da cooperação, o CINF colaborou na elaboração das especificações técnicas para a adaptação da aplicação Bungeni às necessidades dos Parlamentos de Língua Portuguesa nela interessadas.

**6.6.** Em 2011 o CINF respondeu a 4348 pedidos de Helpdesk, distribuídos da seguinte forma:



## 7 - Gestão de Recursos Humanos

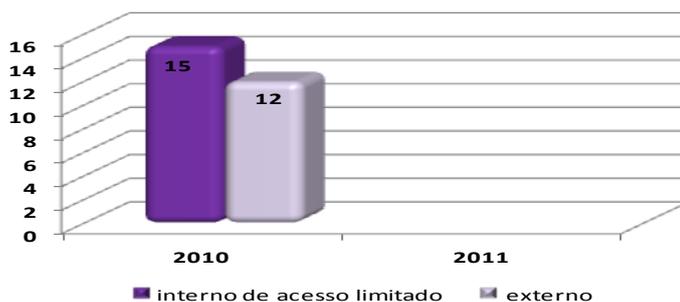
O ano de 2011 manteve a tendência de diminuição do número de efetivos, explicada quer pelo elevado número de aposentações, quer pela política de contenção de despesa materializada na supressão de todos os recrutamentos - internos e externos -, medida esta adotada ainda no final do ano de 2010, por deliberação do Conselho de Administração da Assembleia da República de 14 de outubro.

A diferença de efetivos, registada em 2011 face a 2010, relativamente aos movimentos de entrada, e tendo em conta a inexistência de abertura de procedimentos concursais em 2011, resulta tão só da conclusão de 7 procedimentos concursais abertos no ano anterior: 4 procedimentos para contratação a termo resolutivo incerto (1 para recrutamento de um técnico superior de jornalismo e 3 para recrutamento de três adjuntos para a DRAA e dois adjuntos para a DAPAT) e 3 concursos para a contratação de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado [2 técnicos superiores área de economia para a (DGF), 1 técnico superior de gestão e administração pública (CNPMA) e 1 técnico superior de relações internacionais (DP)].

Registou-se, ainda, o recrutamento de 4 trabalhadores, em regime de cedência de interesse público, para a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO).

O Gráfico 8, que a seguir se apresenta, ilustra o supra referido, isto é, a inexistência, em 2011, da abertura de quaisquer procedimentos concursais para recrutamento de pessoal.

**Gráfico 8 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE CONCURSAL E DE SELEÇÃO**



Em 2011 verificou-se pois uma diminuição efetiva de 8 trabalhadores face a 2010, resultando essa redução dos seguintes movimentos de entrada e saída:

### **Movimentos de Entrada:**

- 7 contratos de trabalho a termo resolutivo incerto;
- 4 mobilidades/cedências de interesse público (UTAO);
- 3 contratos de trabalho em funções parlamentares;

1 contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CNPMA);  
2 regressos devido a cessação da situação de mobilidade noutros serviços.

**Movimentos de saída:**

1 funcionário através de procedimento concursal fora da AR (período probatório);  
1 funcionário por denúncia de contrato;  
3 funcionários por falecimento;  
1 funcionário por licença sem remuneração de longa duração (superior a 90 dias);  
14 funcionários por aposentação;  
4 cessações de cedência de interesse público/mobilidade;  
1 funcionário por mudança de carreira.

Nestes termos, em 31 de dezembro de 2011 registaram-se 375 funcionários em efetividade de funções constantes do mapa de pessoal da Assembleia da República, nos quais se incluem 22 funcionários em regime de cedência de interesse público, 9 funcionários em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, bem como 4 trabalhadores afetos às entidades que funcionam junto da AR, a que corresponde a obrigação legal da prestação de apoio técnico e administrativo (CNPMA e CAJP).

Acresceu, ainda, a existência de 9 contratados em regime de avença, sendo que 1 destes contratos terminou em 31/12/2011<sup>6</sup>.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 23/2011, de 20 de maio, que aprovou o Estatuto dos Funcionários Parlamentares, surgiu um novo regime de carreiras com o conseqüente processo de transição de carreiras/categorias dos funcionários parlamentares do antigo para o novo modelo.

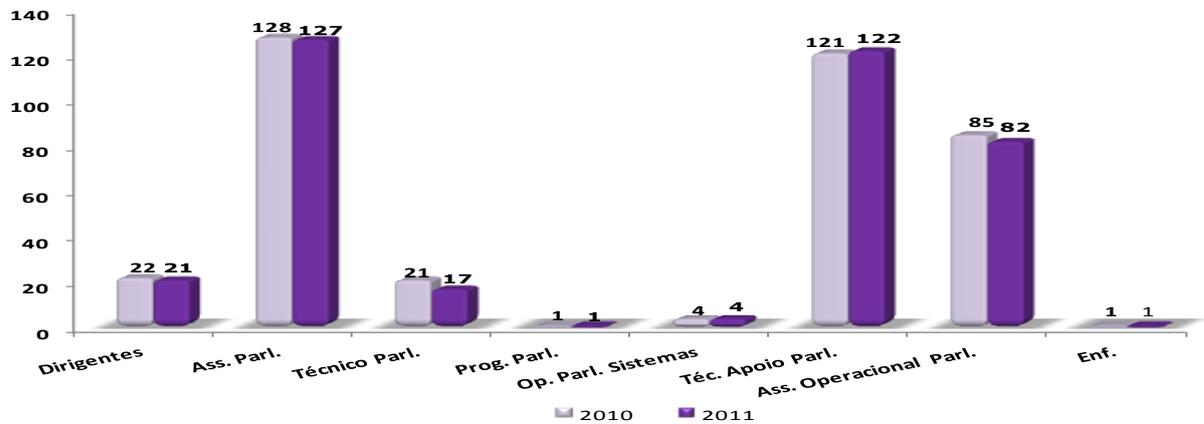
Em face de tal, tornou-se necessário proceder a ajustamentos de tabelas e gráficos, agrupando os efetivos em 2010 de acordo com as novas carreiras/categorias, para uma melhor leitura em termos comparativos.

Apresenta-se assim a evolução comparativa de efetivos.

---

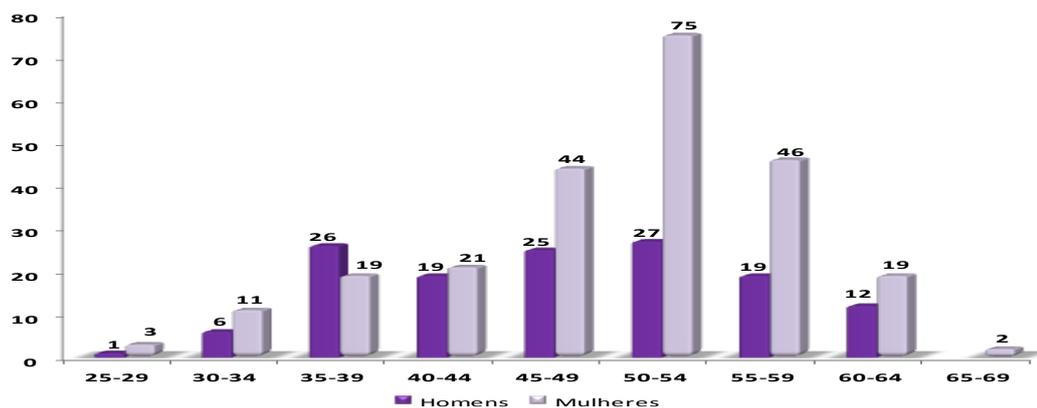
<sup>6</sup> Os contratos em regime de avença visaram as seguintes prestações de serviços: 3 de intérpretes de linguagem gestual (DRAA), 3 de serviços médicos (GabME), 1 de assessoria à Comissão de Defesa (DAC), 1 de apoio técnico e administrativo (CFSI) e 1 de motorista (GabSG).

**Gráfico 9 – EVOLUÇÃO DO QUADRO DE EFETIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS**



O Gráfico 9 acima evidencia a diminuição de efetivos de 2010 para 2011, mostrando que as carreiras/grupos de dirigente, assessor parlamentar, técnico parlamentar e assistente operacional parlamentar foram os mais afetados com saída de efetivos, especialmente no que respeita a este último grupo. Por outro lado, a carreira de técnico de apoio parlamentar conta com mais um efetivo, resultado da celebração de contrato de trabalho a termo incerto. Ainda assim, a carreira de assessor parlamentar continua a ser o grupo com maior representatividade (33,9% do total de funcionários), tendo aumentado a sua expressão em 0,5% como consequência da diminuição de funcionários verificada.

**Gráfico 10 – EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS**



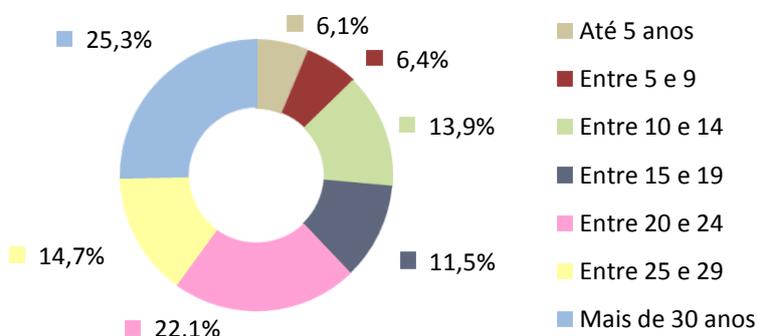
No que respeita à idade dos funcionários, a tendência sofreu um ligeiro retrocesso. A idade média dos funcionários em 2011 era de 48,8 anos (menos 0,8 anos face a 2010). Esta diminuição explica-se essencialmente pelo elevado número de aposentações que se têm vindo a verificar, e pela entrada de funcionários situados em escalões etários mais baixos.

O Gráfico 10 mostra que, tanto homens como mulheres se encontram, maioritariamente, no

escalão dos 50 aos 54 anos de idade, com 27,2% do total de efetivos.

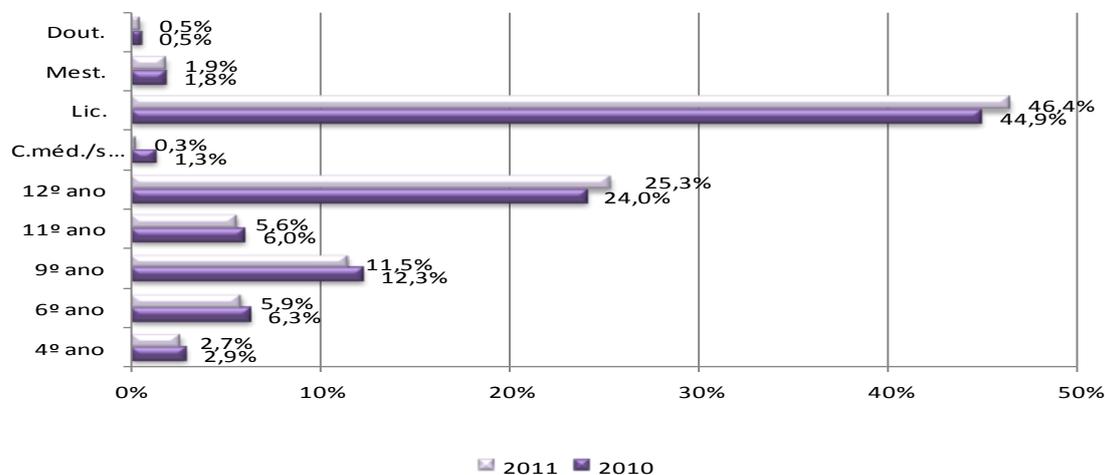
Não podendo dissociar a idade média dos funcionários do nível médio de antiguidade, que em 2011 se situou em 21,2 anos - valor igualmente registado em 2010-, pode verificar-se pelo Gráfico 11 a distribuição dos efetivos por nível de antiguidade na administração pública, evidenciando que o escalão de mais de 30 anos é o que agrupa maior número de funcionários, com um total de 95, correspondendo a uma percentagem de 25,3% dos efetivos. Segue-se o escalão dos 20 aos 24 anos, com 83 efetivos e uma percentagem de 22,1%.

**Gráfico 11 – EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE**



Relativamente ao nível habilitacional, tal como em anos anteriores, é notório um incremento de funcionários com grau habilitacional superior, o que se pode constatar pela leitura do Gráfico 12, que releva o aumento da percentagem de funcionários ao nível habilitacional de licenciatura e do 12.º ano, relativamente ao ano de 2010, de 1,5% e 1,3% respetivamente.

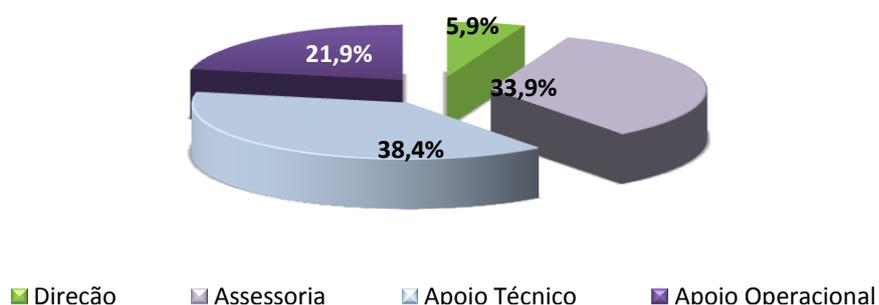
**Gráfico 12 – EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL**



O Gráfico 13 agrupa os funcionários por 4 grandes áreas de atividade: direção, assessoria, apoio técnico e apoio operacional. Este gráfico não pode ser comparado com 2010, dada a alteração de critérios utilizados para agrupamento de efetivos, decorrentes da reestruturação de carreiras por força da aplicação da Lei nº 23/2011, de 20 de maio.

Este gráfico demonstra, assim, o peso que cada carreira detém no mapa de pessoal da AR.

**Gráfico 13 – FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE**



No que se refere à **Formação Profissional**, assinala-se a execução do Plano de Formação para 2011, no âmbito do qual se realizaram 10.512 horas de formação (9.399 internas e 1.113 externas), que abrangeram todos os Grupos de Pessoal.

Ocorreram, neste ano, 982 participações em ações de formação internas e 61 em ações de formação externas, as quais abrangeram Funcionários Parlamentares, Funcionários de Grupos Parlamentares e Funcionários de Entidades que funcionam junto da AR.

As ações de formação executadas ao longo de 2011, foram distribuídas por áreas formativas, tendo todas elas como objetivo genérico desenvolver as competências individuais e coletivas dos Funcionários Parlamentares.

Os cursos relacionados com as áreas de Formação Específica – Técnicos Superiores e Técnicos, Adjuntos Parlamentares, Secretários Parlamentares e Auxiliares Parlamentares - (5.113 horas), Línguas (2.301 horas), Dirigentes (509 horas) e B.A.D. (265 horas), foram os que tiveram maior participação de Formandos.

Total de Funcionários em ações de formação	
Internas	982
Externas	61
<b>Total</b>	<b>1.043</b>

Com o apoio do Centro de Emprego e de Formação Profissional, decorreu na AR o modelo de ensino "Novas Oportunidades" que permitiu a alguns Funcionários (estiveram 5 em processo de RVCC - nível 12º ano e 11 em processo RVCC Profissional) a aquisição de habilitações literárias de nível superior. Estas novas habilitações potenciam novas áreas de desenvolvimento profissional e pessoal. Neste processo formativo registaram-se 536 horas de formação.

Horas de Formação por Grupo Profissional	Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profis.	Adminis- trativo	Auxiliar	Operário	Total
Horas de Form. Int.	684	2.486	394	1.580	2.240	2.015	0	9.399
Horas de Form. Ext.	42	706	148	197	20	0	0	1.113
Horas e-learning	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>726</b>	<b>3.192</b>	<b>542</b>	<b>1.777</b>	<b>2.260</b>	<b>2.015</b>	<b>0</b>	<b>10.512</b>

Manteve-se o recurso ao site na intranet (AR@NET) como forma de promover a visibilidade do programa de formação, sendo que este foi gerido (inscrições eletrónicas por grandes áreas) tendo como instrumento uma aplicação informática específica.

## 8. Financiamento

### 8.1. Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, concretamente a Comissão Nacional de Eleições (CNE), Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Provedoria de Justiça, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) e Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN (CFBD – ADN), como as verbas destinadas a suportar os encargos com os quatro Conselhos que funcionam junto da AR: Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (CFSI), Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz (CAJP), Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal (CFSIIC) e as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

### Quadro 21 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

Entidades	OAR2010 corrigido	OAR2011 corrigido	Var%
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	2.448.107	2.399.000	-2,01%
Comissão Nacional de Eleições	1.492.272	1.493.618	0,09%
Provedoria de Justiça	6.210.811	5.659.301	-8,88%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	3.499.122	1.308.280	-62,61%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	931.058	821.240	-11,79%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	368.057	293.600	-20,23%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	153.160	149.010	-2,71%
Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz	157.206	165.135	5,04%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	205.197	295.954	44,23%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	92.019	373.495	305,89%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	91.013	92.140	1,24%
Associação dos Ex-Deputados	44.732	43.837	-2,00%
Grupo Desportivo Parlamentar	16.000	15.680	-2,00%
<b>TOTAL</b>	<b>15.708.754</b>	<b>13.110.290</b>	<b>-16,54%</b>

Os valores orçamentados, que constam do quadro acima, integram unicamente as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital), acrescendo, no caso da Provedoria de Justiça €2.750 de eventuais receitas próprias inscritas a título de reposições não abatidas. As demais receitas próprias, incluindo os saldos de gerência, passaram, em 2011, a integrar exclusivamente o OE, deixando de constar no OAR.

No entanto, importa salientar que, relativamente à CNE, verificou-se em 2010 que os valores orçamentados foram superiores aos efetivamente requisitados por aquela Comissão em €120.917,50. Assim, este valor foi orçamentado pela AR em 2011, a fim de permitir a sua devolução ao Tesouro.

Em virtude da realização de Eleições Legislativas antecipadas, foi solicitado, pela CNE, um reforço orçamental de €280.000 para fazer face à campanha de esclarecimentos que antecedeu esse ato eleitoral. Esse reforço obteve contrapartida no saldo para a campanha das Eleições Autárquicas de 2009, que se previa não vir a ser utilizado, tendo sido integrado em sede de 1º OAR2011 Suplementar.

Em 2011, à semelhança de anos anteriores, mantiveram-se as transferências para o Instituto de Medicina Legal, nos termos do nº 4 do artigo 30º da Lei nº 5/2008, de 12 de fevereiro, para suportar os encargos com “meios humanos, administrativos, técnicos e logísticos” do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN (CFBD – ADN). A AR suportou ainda, dentro dos limites orçamentados para este ano, as despesas com os Conselhos que funcionam junto a este Órgão de Soberania: CFSI; CAJP; CNPMA; e CFSIIC.

O grau de realização global verificado nesta atividade é de 79,92%, sendo que, no que respeita às Entidades, a diferença para a execução plena se deve sobretudo às cativações decorrentes da Lei do OE2011 e do Decreto-Lei de Execução Orçamental do mesmo ano. No que respeita aos Conselhos, em que as despesas são suportadas pela própria AR, as taxas de execução variam entre 49,73% (CNPMA) e 73,94% (CFSIIC), como se infere do Quadro 22:

**Quadro 22 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES**

Unidade: Euro

Entidades	OAR2011		GR%
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	2.399.000	2.168.642	90,40%
Comissão Nacional de Eleições	1.493.618	1.493.618	100,00%
Provedoria de Justiça	5.659.301	4.846.564	85,64%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.308.280	218.046	16,67%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	821.240	804.216	97,93%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	293.600	261.545	89,08%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	149.010	103.295	69,32%
Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz	165.135	84.536	51,19%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	295.954	147.192	49,73%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	373.495	276.162	73,94%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	92.140	14.593	15,84%
Associação dos Ex-Deputados	43.837	43.837	100,00%
Grupo Desportivo Parlamentar	15.680	15.680	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>13.110.290</b>	<b>10.477.925</b>	<b>79,92%</b>

## 8.2. Subvenções Públicas

No que respeita às subvenções públicas previstas na Lei nº 19/2003, de 30 de junho, de que se destacam as subvenções aos Partidos Políticos e às campanhas eleitorais importa salientar que, em 2011 e até 31/12/2013, ambas se encontram sujeitas à redução de 10% estipulada pelo nº 1 do artigo 3º da Lei nº 55/2010, de 24 de dezembro, pelo que os reajustamentos aos valores inicialmente orçamentados foram considerados em sede de 2º OAR2011 Suplementar.

Deste modo, foram inscritos **€14.801.289,66**, para fazer face ao **pagamento das subvenções aos Partidos Políticos representados na AR**, com um grau de execução de 100%, acrescidos de **€252.067,43 para pagamento da mesma subvenção ao PCTP/MRPP e PAN**, os quais, embora não tendo obtido representação nas últimas Eleições Legislativas, obtiveram mais de 50.000 votos, o que lhes confere direito à subvenção, nos termos do nº 7 do artigo 5º da Lei nº 19/2003, de 20 de junho, com as alterações subsequentes.

Assim, em 2011 procedeu-se não só ao pagamento das subvenções para as campanhas, de acordo com o calendário eleitoral (Presidenciais e Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira), como também da subvenção para as Eleições Legislativas antecipadas e às redistribuições de excedentes das Eleições Autárquicas de 2009 e Europeias 2009 (2ª redistribuição).

No que respeita às Eleições Europeias de 2009, a 2ª redistribuição foi efetuada após cobrança efetiva de uma guia de reposição, inerente ao IVA recuperado ao Estado dessa campanha, no valor de €54.055,68.

À data de 31 de dezembro de 2011 encontrava-se, assim, na posse da AR, um saldo global de €2.295.639,09 respeitante às subvenções para as campanhas das Eleições Autárquicas de 2009 e Presidenciais, Legislativas e Legislativas Regionais da Madeira de 2011, melhor desagregado no quadro infra. Uma vez que, em 2012, apenas está prevista a utilização de €41.986,69 para pagamento ao PS da 2ª tranche da subvenção para a campanha das Eleições para a Assembleia Legislativa da RAM, restará um saldo remanescente de €2.253.652,40, ao qual acresce um montante de €5.914,06, entretanto repostos por uma das candidaturas às Eleições Presidenciais de 2011, pelo que, em 2012, se irá efetuar uma **devolução ao Tesouro, em sede de subvenções a campanhas eleitorais, no valor de €2.259.566,46.**

Unidade: Euro

SUBVENÇÕES PÚBLICAS	OAR2011 inicial	OAR2011 corrigido	Executado	Saldo	Grau de execução
AOS PARTIDOS POLÍTICOS	16.976.974,09	15.053.357,09	15.053.356,35	0,74	100,00%
ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	5.030.076,92	14.779.627,25	12.483.988,16	2.295.639,09	84,47%
Parlamento Europeu 2009	0,00	54.055,68	54.055,68	0,00	100,00%
Autárquicas 2009	0,00	2.372.078,55	2.144.744,35	227.334,20	90,42%
Presidenciais 2011	4.260.000,00	3.992.423,10	2.365.473,65	1.626.949,45	59,25%
Legislativas Reg. Madeira 2011	770.076,92	693.069,92	546.771,41	146.298,51	78,89%
Legislativas 2011	0	7.668.000,00	7.372.943,07	295.056,93	96,15%

## 9. Investimentos

No ano de 2011 regista-se, em termos orçamentais, um decréscimo do investimento de 57,83% para o qual contribuíram quase todas as rubricas de despesa de capital que se encontram evidenciadas no Quadro 23. Esse decréscimo advém, em grande parte, do objetivo de contenção orçamental com que foi elaborado o OAR2011.

### Quadro 23 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unidade: Euro

Investimento	OAR2010	OAR2011	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	3=2/1
Edifícios	40.000	85.533	113,83%
Equipamento de informática	2.640.658	801.616	-69,64%
Software informático	711.660	573.738	-19,38%
Equipamento Administrativo	924.728	366.434	-60,37%
Ferramentas e utensílios	3.000	3.000	0,00%
Artigos e objetos de valor	145.000	72.000	-50,34%
Equipamento de gravação e audiovisual	2.580.024	956.582	-62,92%
Bens do Domínio Público	3.576.361	1.624.710	-54,57%
Bens património histórico, artístico e cultural	10.000	0	-100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>10.631.430</b>	<b>4.483.612</b>	<b>-57,83%</b>

A análise do quadro supra permite identificar as rubricas que, em maior grau, justificam aquele decréscimo, nomeadamente as que têm maior peso na estrutura deste tipo de despesas, a saber: a rubrica “Bens do Domínio Público”, que se refere a despesas de capital efetuadas com empreitadas realizadas no Palácio de S. Bento (-54,57%, que se traduz em menos 1,9 milhões de euros); a rubrica “Equipamento Informático” (-69,64%, que representa um decréscimo de 1,8 milhões de euros); e a rubrica “Equipamento de gravação audiovisual” (-62,92%, que representa um decréscimo de 1,6 milhões de euros). A principal justificação prende-se com a razão já adiantada de que o Plano de Investimentos para 2011 foi elaborado tendo em conta fortes medidas de contenção orçamental.

Consequentemente e pelas mesmas razões, os valores orçamentados apresentam baixos níveis de execução em 2011. Assim, em termos de execução orçamental, registou-se uma taxa global de 56,45%, a que corresponde um saldo de €1.952.450,02, valor que representa a diferença entre as dotações orçamentadas e os encargos assumidos (Quadro 24).

### Quadro 24 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unidade: Euro

Investimento	OAR2011		GR%
	Corrigido	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Edifícios	85.533	85.533	100,00%
Equipamento de informática	801.616	607.503	75,78%
Software informático	573.738	389.863	67,95%
Equipamento Administrativo	366.434	255.200	69,64%
Ferramentas e utensílios	3.000	0	0,00%
Artigos e objetos de valor	72.000	8.800	12,22%
Equipamento de gravação e audiovisual	956.582	232.852	24,34%
Bens do Domínio Público	1.624.710	951.412	58,56%
Bens património histórico, artístico e cultural	0	0	n.a
<b>TOTAL</b>	<b>4.483.612</b>	<b>2.531.162</b>	<b>56,45%</b>

Salienta-se que, a execução financeira alcançada no ano de 2011 ao nível dos investimentos, foi também afetada pelas medidas adicionais ao Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, as quais abrangeram orientações profundas para redução e controlo da despesa. Neste sentido, a Assembleia da República reformulou parte do seu Plano de Investimentos, estabelecendo prioridades nos projetos e suspendendo outros para uma melhor oportunidade financeira.

Os projetos concluídos no ano de 2011, que visaram a melhoria das condições de trabalho e das instalações, bem como a conservação do património imobiliário da Assembleia da República, reportam-se às seguintes intervenções:

- **Empreitada de requalificação dos sótãos do Andar Nobre (2ª fase)**, na qual se procedeu a uma reutilização de um desvão entre o teto do andar nobre e os do plano da cobertura, numa área que se desenvolve desde a Sala de Leitura, da imprensa diária, na entrada da Biblioteca até à parede divisória do Salão Nobre. Fica assim constituído um piso técnico para a implantação das infraestruturas e equipamentos, de fácil acesso para a inspeção e manutenção dos Sistemas;
- **Empreitada de requalificação do gabinete médico e de enfermagem**, na qual se efetuou a requalificação global do espaço do Posto Médico, com adaptação de um espaço misto de apoio e farmácia a um segundo gabinete médico; melhoria da fenestração, iluminação artificial e climatização; novos revestimentos dos pavimentos e paredes para cumprimento da legislação em vigor, para este tipo de utilização; melhoria das redes de infraestruturas gerais;
- **Empreitada de requalificação de duas instalações sanitárias junto Jardim das Oliveiras, no Palácio de S. Bento, sendo que**, em linhas gerais os espaços foram adaptados às novas exigências e a compartimentação interior às novas funcionalidades. Assim, na I.S. feminina de dois wc, passaram a quatro; na I.S. masculina de dois wc passaram a um, tendo ainda sido dotadas de novos sistemas de infraestruturas;
- **Empreitada de reabilitação do teto da galeria da Sala do Senado no Palácio de S. Bento**  
- intervenção de reforço geral a nível das estruturas de madeira que suportam os tetos em estuque e reparação de uma zona de colapso localizado da estrutura junto à porta de entrada para a Sala do Senado e reposição do teto trabalhado a estuque arrastado na queda;

- **Construção de Passadiços metálicos para acesso aos Registos Corta-fogo integrados no sistema AVAC do Palácio de S. Bento**, garantindo, assim, o fácil acesso à manutenção destes equipamentos e a operacionalidade de todo o sistema em utilização;
- **Restauro dos azulejos do Refeitório dos Monges**, com o apoio técnico do Museu Nacional do Azulejo. Pela dimensão e pela complexidade da metodologia adotada para reduzir o grave impacto do excesso de humidade na parede lateral esquerda, que migrava para os azulejos.

Os investimentos, contabilizados em “**Edifícios**”, exceto o Palácio de S. Bento que constitui um bem do domínio público, respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República, assim como à melhoria das suas instalações.

As ações de conservação estenderam-se, igualmente, a outros projetos de igual relevância, direcionados para a Conservação do Património da AR sobre os quais importa referir as melhorias realizadas em cada um dos imóveis:

- **Palácio de S. Bento**

- Empreitada de poço de bombagem no extremo do túnel (casa das caldeiras/camarata da GNR), no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de construção de ramal de descarga no extremo da caleira das infraestruturas AVAC (túnel da casa das caldeiras) no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de abertura de vão de porta no topo da escada da Sala de Imprensa, no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de pintura da sala 3009 da DAPLEN no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de reparação de infiltrações na cave da ex-NATO no Palácio de S. Bento;
- Reparação e pintura das paredes e teto da Sala do Governo e de uma parede na escada de acesso ao MAP no Palácio de S. Bento;
- Beneficiação geral dos elevadores nºs 14, 15 e 16 - Cozinha do Palácio de São Bento;
- Empreitada de aplicação de revestimento antiderrapante nas rampas de acesso ao parque de estacionamento subterrâneo da Assembleia da República;
- Empreitada de reparação e pintura do poço do elevador nº 12 e hall de acesso na cave - Palácio de São Bento;
- Empreitada de substituição de molduras em pedra trabalhada, na base de fixação do portão metálico situado no pórtico;

- Empreitada de substituição do pavimento da sala 4060 (sala do secretariado dos Secretários da Mesa);
- Empreitada de fornecimento e colocação de soalho e rodapé junto ao lambril de azulejos no Refeitório dos Frades;
- Empreitada de reparação e pintura das paredes do corta-vento na entrada da porta de S. Bento e isolamento do terraço do Posto Médico, no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de reparação e pintura de paredes, rodapés e portas, dos gabinetes 3002 e 3003, no Palácio de S. Bento;
- Fornecimento e aplicação de cablagem e tomadas nas salas das Comissões e no espaço reservado à Comunicação Social.

● **Edifício D. Carlos I**

- Construção do Passadiço para manutenção das unidades AVAC exteriores, constituindo uma infraestrutura de apoio ao novo Sistema de Ventilação da Creche, prevista no âmbito da certificação energética do edifício, e que permitirá o fácil acesso à manutenção das unidades AVAC existentes no Alçado Posterior;
- Empreitada de remodelação e adaptação das instalações elétricas na CNE - 7º andar;
- Empreitada de pintura de paredes e lavagem de tetos falsos na DILP.

● **Casa Amarela**

- Empreitada de reparação de infiltrações de esgoto na sala de reuniões sob o anfiteatro da Casa Amarela.

● **Edifício Novo**

- Reparação da plataforma elevatória (para deficientes) do Edifício Novo;
- Beneficiação da instalação elétrica do elevador nº 4;
- Empreitada de aquisição e montagem de rede nas traseiras do Novo Edifício da Assembleia da República.

Os investimentos imputados a “**Equipamento de informática**” e a “**Software Informático**”, com taxas de execução orçamental de 75,78% e 67,95%, respetivamente, concorreram para a prossecução de objetivos de melhoria nesta área, muito embora num quadro de contenção orçamental.

No domínio do “**Equipamento Administrativo**”, com uma taxa de execução de 69,64% o investimento distribui-se por várias áreas, prossequindo a renovação, modernização e

apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República, de acordo com as necessidades sentidas, nos Grupos Parlamentares e nos Serviços da AR, e em termos de rentabilização do espaço existente, sendo de destacar:

- **Na área da segurança:**

- Aquisição de uma nova matriz e monitor para a Sala de Segurança;
- Aquisição de um Raio X para a porta dos fornecedores da Cozinha - Palácio de S. Bento;
- Vistoria aos extintores do Palácio de São Bento.

- **Mobiliário:**

- Fornecimento de mobiliário e equipamento médico específico para o Gabinete Médico e de Enfermagem;
- Aquisição de mobiliário destinado à UTAO - Unidade Técnica de Apoio Orçamental;
- Aquisição de expositores para a Livraria Parlamentar;
- Aquisição de mobiliário diverso para os Grupos Parlamentares: GP PP, GP PCP; GP PSD; GP PS, no Novo Edifício;
- Aquisição de mobiliário diverso para o gabinete dos Vice-Presidentes do GP PCP;
- Aquisição de mobiliário diverso destinado aos Serviços da AR: DAPLEN, DRAA, AHP, DAPAT, CFPI, DAC, Serviço de Segurança;
- Aquisição de cadeiras para as salas das comissões parlamentares;
- Aquisição de equipamentos diversos destinados às cafetarias e bares das AR.

- **Equipamentos de climatização e ventilação** - fornecimento e montagem de algumas unidades de ar condicionado destinados aos seguintes espaços:

- Ala dos Vice-Presidentes no Palácio de S. Bento;
- Salas 1 e 2 das Comissões - Palácio de S. Bento;
- Sala dos bastidores no Hemiciclo;
- 5º Piso do edifício D. Carlos (DE);
- Sala do bastidor do Canal Parlamento e para três salas do Canal Parlamento;
- Salas 4015 e 4017 afetas aos Secretários de Mesa;
- Bar do Hemiciclo.

- **Equipamentos de iluminação e elétricos:**

- Beneficiação da iluminação e da instalação elétrica na porta de acesso à Cozinha - Palácio de São Bento;
- Substituição de lâmpadas de projetores da fachada no Palácio de São Bento;

- Fornecimento e montagem de instalação elétrica e de comunicação, com tomadas especiais, no Gabinete anexo à Sala Lisboa, no Palácio de S. Bento;
- Continuação da substituição de vários quadros elétricos nos edifícios da AR, no seguimento da auditoria do Instituto da Soldadura e Qualidade (ISQ) que ocorreu em 2007. Neste âmbito, a AR tem vindo a investir na substituição de quadros elétricos, tendo no corrente ano, substituído o do Refeitório dos Frades; o da zona da reprografia/offset.

No que respeita à rubrica “**Equipamento de gravação e audiovisual**”, cuja taxa de execução foi de 24,34%, salienta-se: a entrada em funcionamento das novas régies de produção (4), a aquisição da plataforma de web-tv (software) para o Canal Parlamento, de modo a aumentar a sua presença *online* e caminhar progressivamente para o fortalecimento desta plataforma enquanto canal privilegiado de distribuição de conteúdos vídeo e áudio em multiplataforma na Internet, nos novos terminais como televisores com Internet (“Internet TVs”), assim como no *Iphone*, *iPAD* e outros dispositivos móveis.

### **9.1 Projetos transitados para 2012**

A identificação dos projetos com maior relevância financeira com encargos transitados para 2012, por via da respectiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

**Quadro 25 – PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2012**

<b>EDÍFÍCIOS - BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>	<b>Valor (€)</b>
Empreitada de requalificação do gabinete médico e de enfermagem (restante)	€6.392,93
<b>EDÍFÍCIOS</b>	
Empreitada de ventilação e climatização da creche da Assembleia da República	€49.037,49
<b>EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA</b>	
Impressoras Deskjet	€760,14
2 monitores LG 22" E2241S	€268,90
Memórias para impressoras	€3.223,83
Video porteiro para a porta de entrada do CINF	€2.496,90
30 unidades de HP Duplexer Refurbished	€3.643,14
Memórias para impressoras Séries 4000	€1.432,80
Memórias para os portáteis Fujitsu S6420	€1.289,53
Antenas Wireless	€5.641,09
Fontes de alimentação para antenas wireless	€437,04
Expansão do sistema de controlo de acessos do CPD/ZAS à porta de entrada do CINF	€2.632,20
Videoprojector	€869,61
Monitor de 42" e suporte com rodas	€769,98
Reforço da infraestrutura de armazenamento, processamento e memória	€152.397,00
10 scanners	€11.205,30
Equipamento de Rede	€15.280,29
<b>SOFTWARE INFORMÁTICO</b>	
Aplicação informática p/ acompanhamento de utilizadores nos procedim. de ajuste directo	€4.870,80
Solução de gestão dos serviços de tecnologia de informação e serviços complementares	€7.380,00
Sistema integrado de gestão dedicado à Assembleia da República	€27.630,31
Software para a Prescrição electrónica de medicamentos	€4.704,75
Serviços Adicionais ao Desenvolvimento do SIGAR- Controle ajustes directos com utilização do CPV	€11.070,00
Aquisição de aplicação para gestão das palavras-passe	€2.950,77
Migração do software MATRIZ e aquisição do MatrizWeb	€3.800,70
Licença de SharePoint para Servidor	€5.864,27
Licença RTV Polycom	€975,39
Desenvolvimentos de processos referentes à integração do Sistema Mercúrio com o CMS	€9.741,60
Sistema de protecção contra ataques informáticos de Negação de Serviço (DoS)	€12.300,00
Sistema de Acesso à Internet (Proxy) e Entrada/Saída de Emails (Relay)	€49.594,14
<b>EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO</b>	
Aquisição de estantes metálicas, c/ prateleiras amovíveis (DRAA)	€2.118,26
Aquisição de cadeiras de secretárias para o GP PP	€762,60
Aquisição de uma mala isotermica para sopa (cozinha)	€243,54
Aquisição de um fax instalado no Gabinete da Coordenadora do Pessoal Auxiliar	€207,87
Aquisição de armários vestiários metálicos para a DRI, DRHA, DAPAT	€341,48
Aquisição de biombos mistos para o S. Segurança	€690,03
Aquisição de cadeiras de secretárias para o GP PCP	€1.697,40
Aquisição de cadeiras de reunião para as salas das comissões parlamentares	€3.557,16
<b>Total</b>	<b>€408.279,24</b>

## 10. Execução Financeira

### 10.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 26 ressalta um grau de execução orçamental global de 80,60%, face a uma execução financeira que foi de 78,76%, valor que resulta do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

**Quadro 26 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)**

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2011			GR% Orçamental 4=2/1	GR% Financeira 5=3/1
	dotação corrigida	Encargos Assumidos	Despesa Paga		
	1	2	3		
<b>Corrente</b>	<b>76.596.198,87</b>	<b>59.971.830,92</b>	<b>58.100.768,68</b>	<b>78,30%</b>	<b>75,85%</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>48.161.505,73</b>	<b>43.486.343,51</b>	<b>43.476.937,02</b>	<b>90,29%</b>	<b>90,27%</b>
Remun. certas e permanentes	35.054.768,19	32.920.864,54	32.911.605,05	93,91%	93,89%
Abonos variáveis ou eventuais	5.013.828,54	3.807.931,18	3.807.931,18	75,95%	75,95%
Segurança social	8.092.909,00	6.757.547,79	6.757.400,79	83,50%	83,50%
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>21.499.220,12</b>	<b>15.204.667,75</b>	<b>13.345.093,87</b>	<b>70,72%</b>	<b>62,07%</b>
Aquisição de bens	2.293.511,34	1.518.932,98	1.213.254,69	66,23%	52,90%
Aquisição de serviços	19.205.708,78	13.685.734,77	12.131.839,18	71,26%	63,17%
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>14.026,53</b>	<b>8.047,17</b>	<b>7.517,17</b>	<b>57,37%</b>	<b>53,59%</b>
Juros e outros encargos	14.026,53	8.047,17	7.517,17	57,37%	53,59%
<b>Transferências correntes</b>	<b>75.017,36</b>	<b>69.525,86</b>	<b>69.525,86</b>	<b>92,68%</b>	<b>92,68%</b>
Entidades Privadas ou Públicas	59.517,36	59.517,36	59.517,36	100,00%	100,00%
Exterior	15.500,00	10.008,50	10.008,50	64,57%	64,57%
<b>Subvenções</b>	<b>880.082,00</b>	<b>880.081,44</b>	<b>880.081,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
Subvenção aos Grupos Parl.	880.082,00	880.081,44	880.081,44	100,00%	100,00%
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>5.966.347,13</b>	<b>323.165,19</b>	<b>321.613,32</b>	<b>5,42%</b>	<b>5,39%</b>
Dotação provisional	5.561.299,13	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Diversas	405.048,00	323.165,19	321.613,32	79,78%	79,40%
<b>Capital</b>	<b>5.432.663,33</b>	<b>2.567.797,82</b>	<b>2.159.518,58</b>	<b>47,27%</b>	<b>39,75%</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>4.483.612,48</b>	<b>2.531.162,46</b>	<b>2.122.883,22</b>	<b>56,45%</b>	<b>47,35%</b>
Investimentos	2.858.902,54	1.579.750,59	1.177.864,28	55,26%	41,20%
Bens do Domínio Público	1.624.709,94	951.411,87	945.018,94	58,56%	58,17%
<b>Transferência de Capital</b>	<b>101.550,85</b>	<b>36.635,36</b>	<b>36.635,36</b>	<b>36,08%</b>	<b>36,08%</b>
Resto do Mundo	101.550,85	36.635,36	36.635,36	36,08%	36,08%
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>847.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Dotação provisional	847.500,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Total AR</b>	<b>82.028.862,20</b>	<b>62.539.628,74</b>	<b>60.260.287,26</b>	<b>76,24%</b>	<b>73,46%</b>
<b>Transf. Entidades Aut. E subvenções</b>	<b>41.900.162,84</b>	<b>37.344.567,57</b>	<b>37.344.567,57</b>	<b>89,13%</b>	<b>89,13%</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>11.479.886,00</b>	<b>9.259.511,56</b>	<b>9.259.511,56</b>	<b>80,66%</b>	<b>80,66%</b>
Entidades Privadas ou Públicas	280.000,00	280.000,00	280.000,00	100,00%	100,00%
Administração Central	11.199.886,00	8.979.511,56	8.979.511,56	80,18%	80,18%
<b>Subsídios</b>	<b>29.832.984,34</b>	<b>27.537.344,51</b>	<b>27.537.344,51</b>	<b>92,31%</b>	<b>92,31%</b>
Instituições/ fins lucrativos	29.832.984,34	27.537.344,51	27.537.344,51	92,31%	92,31%
<b>Outras Despesas correntes</b>	<b>2.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
Diversas	2.750,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>Transferências de capital</b>	<b>584.542,50</b>	<b>547.711,50</b>	<b>547.711,50</b>	<b>93,70%</b>	<b>93,70%</b>
Administração Central	584.542,50	547.711,50	547.711,50	93,70%	93,70%
<b>Total Global</b>	<b>123.929.025,04</b>	<b>99.884.196,31</b>	<b>97.604.854,83</b>	<b>80,60%</b>	<b>78,76%</b>

A despesa assumida que não teve execução financeira deu origem à transição de encargos para 2012, no montante total de €2.279.341,48, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 27.

**Quadro 27 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2012 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2011				Encargos por pagar
	Encargos Assumidos	Estrutura	Despesa Paga	Estrutura	
	1	2=1/Σ1	3	4=3/Σ3	
					5=1-3
<b>Corrente</b>	<b>59.971.830,92</b>	<b>60,04%</b>	<b>58.100.768,68</b>	<b>59,53%</b>	<b>1.871.062,24</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>43.486.343,51</b>	<b>43,54%</b>	<b>43.476.937,02</b>	<b>44,54%</b>	<b>9.406,49</b>
Remun. certas e permanentes	32.920.864,54	32,96%	32.911.605,05	33,72%	9.259,49
Abonos variáveis ou eventuais	3.807.931,18	3,81%	3.807.931,18	3,90%	0,00
Segurança social	6.757.547,79	6,77%	6.757.400,79	6,92%	147,00
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>15.204.667,75</b>	<b>15,22%</b>	<b>13.345.093,87</b>	<b>13,67%</b>	<b>1.859.573,88</b>
Aquisição de bens	1.518.932,98	1,52%	1.213.254,69	1,24%	305.678,29
Aquisição de serviços	13.685.734,77	13,70%	12.131.839,18	12,43%	1.553.895,59
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>8.047,17</b>	<b>0,01%</b>	<b>7.517,17</b>	<b>0,01%</b>	<b>530,00</b>
Juros e outros encargos	8.047,17	0,01%	7.517,17	0,01%	530,00
<b>Transferências correntes</b>	<b>69.525,86</b>	<b>0,07%</b>	<b>69.525,86</b>	<b>0,07%</b>	<b>0,00</b>
Entidades Privadas ou Públicas	59.517,36	0,06%	59.517,36	0,06%	0,00
Exterior	10.008,50	0,01%	10.008,50	0,01%	0,00
<b>Subvenções</b>	<b>880.081,44</b>	<b>0,88%</b>	<b>880.081,44</b>	<b>0,90%</b>	<b>0,00</b>
Subvenção aos Grupos Parl.	880.081,44	0,88%	880.081,44	0,90%	0,00
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>323.165,19</b>	<b>0,32%</b>	<b>321.613,32</b>	<b>0,33%</b>	<b>1.551,87</b>
Dotação provisonal	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Diversas	323.165,19	0,32%	321.613,32	0,33%	1.551,87
<b>Capital</b>	<b>2.567.797,82</b>	<b>2,57%</b>	<b>2.159.518,58</b>	<b>2,21%</b>	<b>408.279,24</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>2.531.162,46</b>	<b>2,53%</b>	<b>2.122.883,22</b>	<b>2,17%</b>	<b>408.279,24</b>
Investimentos	1.579.750,59	1,58%	1.177.864,28	1,21%	401.886,31
Bens do Domínio Público	951.411,87	0,95%	945.018,94	0,97%	6.392,93
<b>Transferência de Capital</b>	<b>36.635,36</b>	<b>0,04%</b>	<b>36.635,36</b>	<b>0,04%</b>	<b>0,00</b>
Soc. não Financeiras- CFBD ADN	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Resto do Mundo	36.635,36	0,04%	36.635,36	0,04%	0,00
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>
Dotação provisonal	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
<b>Total AR</b>	<b>62.539.628,74</b>	<b>62,61%</b>	<b>60.260.287,26</b>	<b>61,74%</b>	<b>2.279.341,48</b>
<b>Transf. Entidades Aut. e Subvenções</b>	<b>37.344.567,57</b>	<b>37,39%</b>	<b>37.344.567,57</b>	<b>38,26%</b>	<b>0,00</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>9.259.511,56</b>	<b>9,27%</b>	<b>9.259.511,56</b>	<b>9,49%</b>	<b>0,00</b>
Entidades Privadas ou Públicas	280.000,00	0,28%	280.000,00	0,29%	0,00
Administração Central	8.979.511,56	8,99%	8.979.511,56	9,20%	0,00
<b>Subsídios</b>	<b>27.537.344,51</b>	<b>27,57%</b>	<b>27.537.344,51</b>	<b>28,21%</b>	<b>0,00</b>
Instituições/ fins lucrativos	27.537.344,51	27,57%	27.537.344,51	28,21%	0,00
<b>Outras Despesas correntes</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>
Diversas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
<b>Transferências de capital</b>	<b>547.711,50</b>	<b>0,55%</b>	<b>547.711,50</b>	<b>0,56%</b>	<b>0,00</b>
Administração Central	547.711,50	0,55%	547.711,50	0,56%	0,00
<b>Total Global</b>	<b>99.884.196,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>97.604.854,83</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.279.341,48</b>

A identificação dos projetos cujos encargos transitaram para a gerência de 2012 decorre da análise ao plano de investimentos anteriormente efetuada. O Quadro 27 evidencia ainda a estrutura da despesa assumida e paga, apresentando uma execução financeira global face aos encargos assumidos de 97,72%, indicador que em 2010 foi de 98,70% e em 2009 de 94,72%.

Considerando que as **despesas correntes** representam 60,04% do total da despesa assumida, verifica-se uma execução financeira face a encargos assumidos de 96,88%, sendo que em 2010 este indicador foi de 97,58%, tendo transitado por pagar o montante de €1.871.599,74.

Relativamente às **despesas de capital**, que têm um peso de 2,57% no que se refere aos encargos assumidos, verifica-se uma execução financeira face a encargos assumidos de 84,10%, face aos 89,68% de 2010, tendo transitado para 2012 um valor de despesa, autorizada e não paga, de €408.279,24, valor que reflete apenas os encargos transitados em aquisições de bens de capital.

No que respeita às **transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções**, cujo peso na estrutura de encargos assumidos é de 37,39%, a execução financeira face aos encargos assumidos é de 100%, em virtude da AR proceder à transferência da totalidade das importâncias que compromete.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2012, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas - uma vez que a implementação do POC-AR implica o encerramento do ano económico a 31 de dezembro, e à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projetos a que respeitam.

## 10.2 Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita, as receitas cobradas pela AR representam 1,09% das Receitas totais. Por outro lado, estas receitas, cuja análise se efetuará de seguida, registaram um acréscimo de 5,54%, correspondendo a um grau de realização de 126,13% (cfr. Quadro 29).

**Quadro 28 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS**

Unidade: Euro

Natureza das Receitas Cobradas	2010	2011	Var%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	41.857,55	27.573,35	-34,13%
Outros bens	47.120,79	33.882,74	-28,09%
Juros	299.800,38	388.117,22	29,46%
Guias de reposição não abatidas	67.045,65	95.591,20	42,58%
Vendas de senhas de refeição	307.965,21	273.580,75	-11,17%
Rendas	50.150,18	48.776,32	-2,74%
Venda de bens de investimento	6.865,51	15.860,08	131,01%
Receitas diversas - AR	27.725,72	12.184,13	-56,05%
<b>Receitas Cobradas</b>	<b>848.530,99</b>	<b>895.565,79</b>	<b>5,54%</b>
<b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>	<b>18.918.170,51</b>	<b>19.965.649,99</b>	<b>5,54%</b>
<b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b>	<b>70.081.352,22</b>	<b>61.153.347,21</b>	<b>-12,74%</b>
<b>Total</b>	<b>89.848.053,72</b>	<b>82.014.562,99</b>	<b>-8,72%</b>

A generalidade das receitas da AR apresenta variações negativas, com exceção das receitas provenientes de venda de bens de investimento/portáteis, que aumentaram 131,01%, guias de reposição não abatidas, que apresentam um acréscimo de 42,58%, ambas as situações decorrentes da mudança de Legislatura a meio do ano 2011, bem como um aumento de 29,46% das receitas provenientes dos juros bancários resultantes das aplicações no Instituto de Gestão de Crédito Público (IGCP).

O financiamento com origem no OE, que representa 74,56% do total do OAR2011, reflete uma variação de (-) 3,44% em relação a 2010, ano em que o financiamento do OE representou 78,0%. Se, para o efeito, não for considerado o saldo de gerência da AR de 2010, integrado no OAR2011 em sede de orçamento suplementar, **o peso do financiamento do OE aumenta para 98,56%**.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2011 constam do quadro abaixo:

**Quadro 29 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2011**

Unidade: Euro

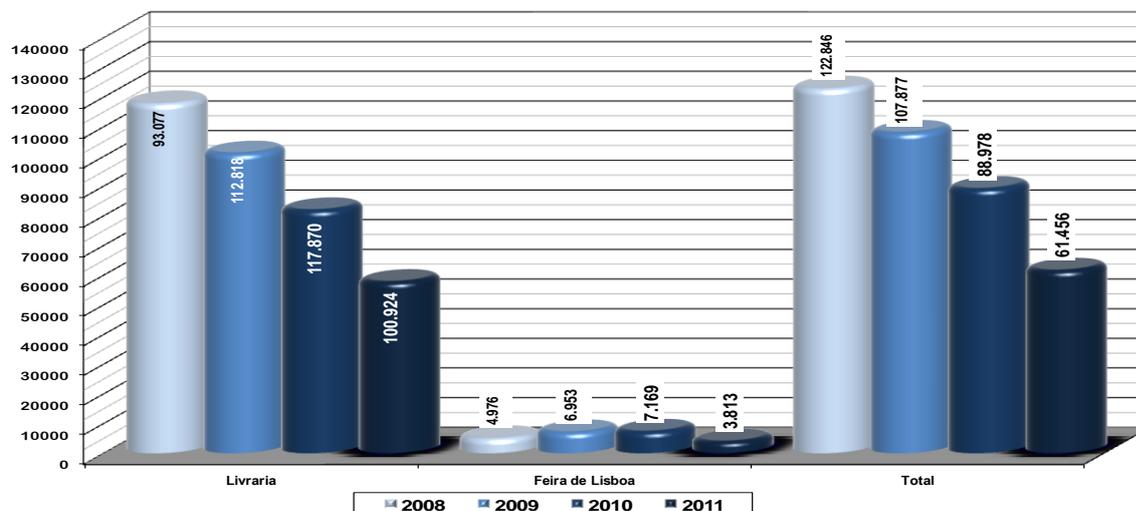
Natureza	Receita OAR2011		
	corrigida	cobrada	GR%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	25.400,00	27.573,35	108,56%
Outros bens	28.700,00	33.882,74	118,06%
Juros	232.800,00	388.117,22	166,72%
Guias de reposição não abatidas	69.200,00	95.591,20	138,14%
Vendas de senhas de refeição	276.700,00	273.580,75	98,87%
Rendas	30.200,00	48.776,32	161,51%
Venda de bens de Investimento	500,00	15.860,08	3172,02%
Receitas diversas - AR	46.550,00	12.184,13	26,17%
<b>Receitas Cobradas</b>	<b>710.050,00</b>	<b>895.565,79</b>	<b>126,13%</b>
<b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>	<b>19.965.649,99</b>	<b>19.965.649,99</b>	<b>100,00%</b>
<b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b>	<b>61.353.162,21</b>	<b>61.153.347,21</b>	<b>99,67%</b>
<b>Total</b>	<b>82.028.862,20</b>	<b>82.014.562,99</b>	<b>99,98%</b>

Da análise do Quadro 29 constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República foi superior à orçamentada, no que respeita à maioria das rubricas, nomeadamente nas vendas da livraria parlamentar ("publicações, impressos e artigos diversos" e "outros bens"), nos juros e nas reposições não abatidas.

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 14, registando-se um decréscimo face a 2010 (as vendas em 2011 foram de €57.643,00, inferiores às de 2010 que foram de €81.809,17), justificado não só pelo período de interrupção dos trabalhos parlamentares como também pela menor procura face à crise em geral.

Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS

Unidade: Euro



Por outro lado, as vendas realizadas na Feira do Livro de Lisboa (€ 3.813,09), única Feira do Livro em que a AR se fez representar no ano 2011, foram inferiores às do ano de 2010 (€ 7.169,17).

## 11. Situação Patrimonial da AR a 31 de dezembro de 2011

Importa referir que desde 1 de janeiro de 2010 a informação financeira se encontra registada num sistema integrado de gestão (SIGAR) cujos objetivos principais são melhorar a informação disponível e garantir a integração da informação patrimonial, nomeadamente a que respeita ao imobilizado e stocks, neste último caso quer do armazém de consumíveis, quer da Livraria Parlamentar, necessária à elaboração das duas demonstrações financeiras, neste caso relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2011, que em termos orçamentais se encontram refletidas numa só gerência.

Assim, houve que desenvolver, em 2011, um conjunto de alterações procedimentais, sobretudo nas áreas de stocks e de imobilizado, uma vez que a aplicação anterior (GESTOR) não possuía uma verdadeira vertente patrimonial, tendo-se procedido a um conjunto de parametrizações que no ano de arranque não haviam sido introduzidas, não permitindo tirar pleno partido de toda a informação patrimonial.

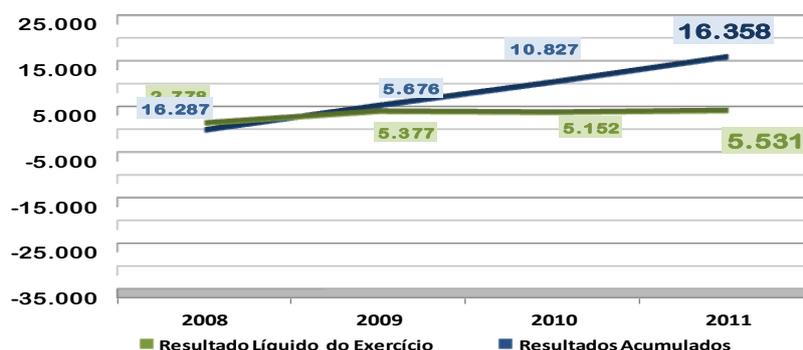
Tendo presente a implementação da contabilidade patrimonial na gestão corrente da Assembleia da República em 2006, salienta-se ainda o objetivo de aperfeiçoamento que tem vindo a ser posto em prática visando a transparência, conformidade legal e a regularidade financeira.

Na análise do Balanço e Demonstração de Resultados de 2011, importa referenciar a evolução do Resultado Líquido do Exercício e ainda alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e estrutura financeira.

A evolução dos Resultados Líquidos apurados nos últimos quatro anos consta do gráfico 15, que a seguir se apresenta:

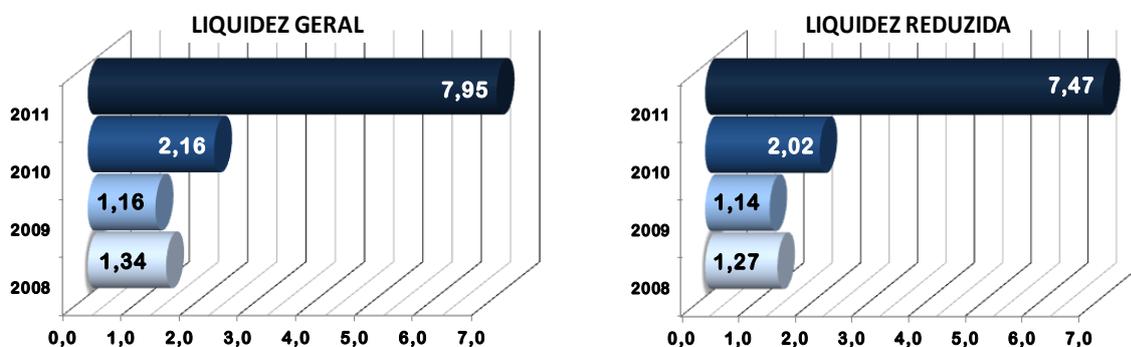
**Gráfico 15 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS**

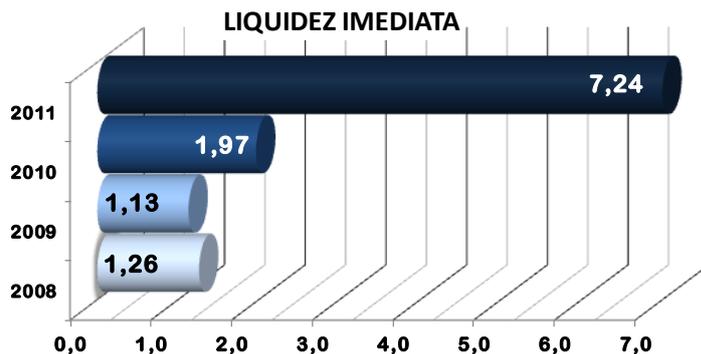
Unidade: Milhares de Euro



Ao longo do último triénio foram aperfeiçoados os registos de operações e o seu reflexo contabilístico, o que se traduziu num maior rigor da informação apresentada, apurando-se um Resultado Líquido de €5.530.866,06, representando um acréscimo de 7% face ao ano de 2010, em virtude das elevadas medidas de contenção que foram aplicadas, com reduções significativas quer ao nível dos proveitos (diminuição das transferências do OE) quer ao nível dos custos (reduções remuneratórias e contratuais e contenção nas despesas com “fornecimento e serviços externos” e “mercadorias”). **Face à variação positiva de resultado líquido pode concluir-se que o decréscimo dos custos foi superior ao decréscimo dos proveitos.**

À semelhança do evidenciado em 2010, a situação de liquidez financeira, refletida na situação patrimonial a 31/12/2011, apresenta valores elevados, traduzidos pelos rácios de liquidez.





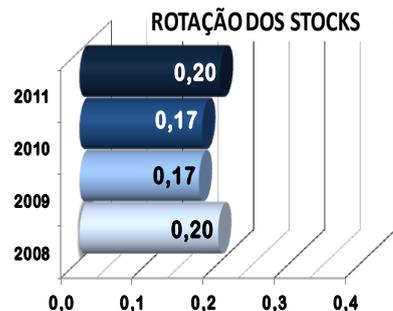
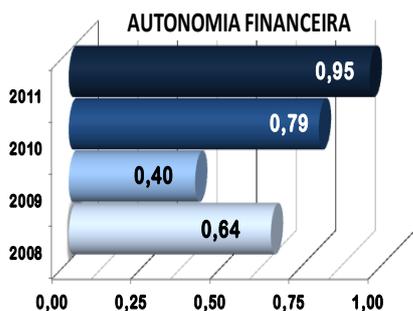
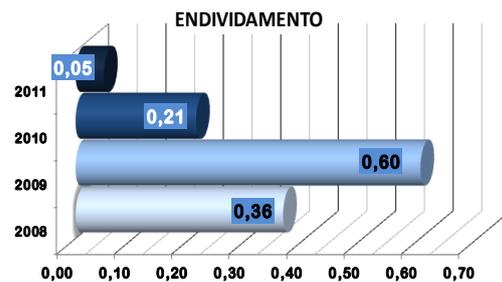
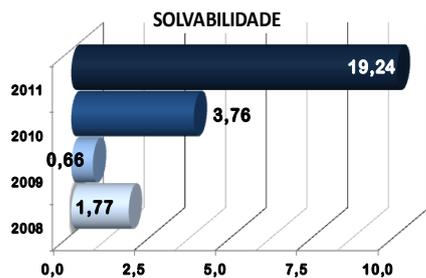
O aumento do valor dos rácios de liquidez geral, liquidez reduzida e liquidez imediata nos anos de 2010 a 2011 deve-se sobretudo à redução do passivo de curto prazo, em função da diminuição do saldo das subvenções públicas para as campanhas eleitorais.

Quanto ao rácio de Liquidez Geral (Ativo Circulante/Dívidas a terceiros de curto prazo), apresenta um valor de 7,95, sendo que o intervalo de equilíbrio mínimo se situa entre 1,5 a 2. Tal situação resulta de terem sido definidas medidas de contenção com o objetivo de redução de custos e aumento da liquidez e ainda do facto das “dívidas a terceiros” (faturas que transitam de anos anteriores por pagar) terem diminuído significativamente.

No que se refere ao rácio de liquidez reduzida (Ativo Circulante - Existências/Dívidas a terceiros de curto prazo), o valor deverá situar-se entre 0,9 e 1,1, sendo que, através do Balanço a 31 de dezembro de 2011, este rácio apresenta um valor de 7,47, pelas razões já apontadas nos parágrafos anteriores.

A liquidez imediata (Disponibilidades/ Dívidas a terceiros de curto prazo) deve ser superior a 0,9 (situando-se em termos médios entre 0,8 e 1,2), significando que a capacidade para a AR satisfazer as obrigações de curto prazo para com terceiros assenta em verbas em depósito, verificando-se que a Assembleia da República apresenta um rácio de 7,24.

Os rácios de liquidez, que demonstram o nível de equilíbrio financeiro, encontram-se, assim, acima dos valores de referência, evidenciando que a Assembleia da República, enquanto órgão de soberania desempenha atividades com carácter de prestação de serviço público, sendo financiada maioritariamente por verbas provenientes de transferências do OE.



No tocante ao indicador de Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo), o respetivo valor é de 19,24, valor que em termos académicos deve ser superior a 1. A solvabilidade enquanto indicador destina-se a medir a capacidade de a entidade desenvolver a respetiva atividade a médio prazo, não sendo por isso de relevar o valor do indicador apresentado atento o mecanismo legal que está subjacente ao financiamento deste órgão de soberania.

O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) em 2011 foi de 0,95, superando o exigido dado que o indicador referencial deverá ser igual ou superior a 0,33.

Importa salientar, que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por Endividamento (Passivo/Ativo Líquido), apresenta em 2011 o valor de 0,05, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1.

A racionalização do consumo e o controlo da gestão de aprovisionamento é evidenciada através do valor praticamente constante, apresentada ao longo do último quadriénio, do indicador de Rotação de Stocks (Vendas e Prestações de Serviços / Existências).

Assim, a análise da evolução apresentada pelos indicadores supramencionados, no período de 2008 a 2011, reflete o progresso decorrente de um permanente aperfeiçoamento dos registos das operações contabilísticas, que será melhor observado com o aproveitamento em pleno da informação veiculada pelo SIGAR – Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República.

## Nota Final

De acordo com os artigos 4º e 5º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Contas (XI e XII Legislaturas de 2011) são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respetivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



**XI LEGISLATURA**  
1 de janeiro a 19 de junho

**XII LEGISLATURA**  
20 de junho a 31 de dezembro

## **Serviços da Assembleia da República**

Secretária-Geral  
Maria Adelina de Sá Carvalho

Adjunta da Secretária Geral  
Maria do Rosário Rodrigues de Andrade de Paiva Boléo

Adjunta da Secretária Geral  
Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado  
Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Divisão de Apoio ao Plenário  
Isabel Maria Graça Pereira

Divisão de Apoio às Comissões  
Maria de Fátima Carvalho da Costa Figueira Abrantes Mendes

Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual  
José Nogueira Diogo

Direcção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão  
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar  
Fernando Carlos Marques Pereira

Divisão de Edições  
Maria Teresa Silvério da Fonseca

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas  
Victor Manuel Pires da Silva

Biblioteca  
Rosa Maria Barreto Pereira da Silva

Arquivo Histórico-Parlamentar  
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães



Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros  
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo

Divisão de Recursos Humanos e Administração  
Vítor Manuel Leal Madeira

Divisão de Gestão Financeira  
Susana de Oliveira Torres Martins

Divisão de Aprovisionamento e Património  
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo  
José Manuel Araújo

Divisão de Relações Internacionais  
Cristina Isabel Gonçalves Ferreira

Divisão de Protocolo  
Ana Isabel de Sá Linhares de Andrade Pais Moreira

Centro de Informática  
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar  
João José da Costa Santos Gil